

O impacto das Guerras Mundiais no êxodo dos Judeus: o trânsito pelo Atlântico e o caso da ilha da Madeira

Autor: Sílvia Natacha da Silva Martins Pereira

Orientador: Professor Doutor Nuno Canas Mendes

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais

Lisboa

2014

VALORIZAMOS PESSOAS

Índice

Agradecimentos	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Enquadramento do tema.....	8
1.2. Enquadramento metodológico.....	10
1.3. Enquadramento teórico	12
2. OS JUDEUS EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX	17
2.1. A consolidação da presença dos judeus em Portugal Continental	17
2.1.1. A implantação da República e reconhecimento legal da comunidade judaica de Lisboa	18
2.1.2. Projetos sionistas em Portugal – projeto de colónia judaica em Angola e Moçambique...	19
2.2. A ilha da Madeira no início do século XX - entre o imperialismo britânico e o alemão..	21
2.2.1. A questão dos Sanatórios.....	23
2.2.2. O papel das famílias judaicas na sociedade e economia	25
3. A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918).....	33
3.1. Contexto internacional	33
3.2. Contexto nacional.....	37
3.3. Contexto regional: o caso da Madeira.....	39
3.3.1. Súbditos alemães residentes na ilha da Madeira	39
3.3.2. Bombardeamento do Funchal por submarinos alemães	41
3.3.3. O impacto da Primeira Guerra Mundial na vida dos judeus na Madeira	43
4. O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA VIDA DOS JUDEUS EM PORTUGAL.....	47
4.1. O Estado Novo e a questão judaica.....	47
4.1.1. O Estado Novo e o nacional-socialismo.....	47
4.1.2. A chegada dos primeiros judeus e as restrições à sua entrada.....	48
4.1.3. Portugal e os refugiados judeus no período da Segunda Guerra Mundial.....	51
4.2. A arianização na ilha da Madeira	53

4.2.1. A propaganda hitleriana.....	53
4.2.2. O anti-semitismo na sociedade madeirense - O Visconde do Porto da Cruz	56
4.3.O impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos judeus residentes na ilha da Madeira...	58
4.3.1. A ilha da Madeira na Segunda Guerra Mundial: aspeto estratégico-militar	58
4.3.2. O impacto da Segunda Guerra Mundial na ilha da Madeira: aspeto económico-social.	60
4.3.3. A comunidade alemã - denúncias, acusações e intrigas	62
4.3.4. Gesche & Schnitzer – Processo de saneamento e separação de sócios judeus.....	64
4.3.5. Casamento entre judeus e cidadãos de sangue alemão - “Lei para a proteção do sangue alemão e da honra alemã” - Artigo 1.º, n.º1	65
4.4. Os judeus refugiados na Madeira	66
4.4.1. Os judeus refugiados de Gibraltar – “os gibraltinos”	66
4.4.2. Os judeus refugiados do Leste europeu	70
5. OS JUDEUS EM PORTUGAL NO SÉCULO XXI	80
5.1. Contexto nacional – Presença, memória e assimilação.....	80
5.2. Contexto regional: o caso da ilha da Madeira	81
5.2.1.Memórias da presença judaica na Madeira.....	84
5.2.1.1.O Cemitério Israelita do Funchal.....	87
5.2.1.2.A Sinagoga do Funchal	90
6. CONCLUSÃO.....	95
7. BIBLIOGRAFIA	98
Anexo 1	105
Anexo 2	111
Anexo 3	115
Anexo 4	117
Anexo 5	119
Anexo 7	124
Anexo 8	127
Anexo 9	132
Anexo 10	134
Anexo 11	136

Índice de Imagens

Imagem 1 – Cartoon de Portugal oferecendo Angola como segunda noiva	20
Imagem 2 – Joseph (José) Abudarham- Photographia – Museu “Vicentes”.....	26
Imagem 3- Jacob Abudarham - Photographia – Museu “Vicentes”.....	28
Imagem 4 – Rótulo de vinho Madeira da Viúva Abudarham & Filhos	30
Imagem 5 - Cartaz pelos 12 mil soldados judeus que lutaram e morreram pela Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial.....	35
Imagem 6 – Poster de recrutamento em inglês e em yiddish, produzido em Montreal durante a Primeira Guerra Mundial.....	36
Imagem 7 - Willy Schnitzer - Photographia – Museu “Vicentes”	44
Imagem 8 – Família Athias (1887) - Photographia – Museu “Vicentes”.....	46
Imagem 9 – Placa evocativa da passagem dos refugiados da Segunda Guerra Mundial pela Ericeira.....	52
Imagem 10 - Visita das excursões KdF na entrada da cidade do Funchal (1938) - Photographia – Museu “Vicentes”.....	54
Imagem 11 – Emma Bach - Photographia – Museu “Vicentes”	63
Imagem 12 - The British School for Gibraltar Children (1942) - Photographia – Museu “Vicentes”.....	67
Imagem 13 – Notícia publicada no <i>Diário de Notícias</i> , da Madeira nos dias 27 e 28 de março de 1942	68
Imagem 14 – Sinagoga e residência de David Benaim, na Calçada do Socorro, n.º 2.....	69
Imagem 15 – Imagem das Galerias da Madeira, de João Wetzler - Photographia – Museu “Vicentes”.....	74
Imagem 16 – Farmácia Portuguesa (Rose Schnitzer no lado direito)	75
Imagem 17 - Rose Schnitzer e Eduardo Gama-Lobo no dia do casamento (23 de março de 1938).....	76
Imagem 18 - Valérie Isabella Melich de Agrela Farinha	79
Imagem 19 – Publicidade da Fábrica de Bordados Oliveiras.....	86
Imagem 20 – Porta do Cemitério Israelita do Funchal	88
Imagem 21 – Muro exterior do Cemitério Israelita do Funchal, junto a uma ravina	90

Imagem 22 – Janela do edifício da Rua do Carmo n. 33 – vista exterior.....	92
Imagem 23 – Janela do edifício da Rua do Carmo n. 33 – vista do interior	93
Imagem 24 – David Benaim.....	128
Imagem 25 – Festa na “Jewish Room”	128
Imagem 26 – Cerimónia de casamento da comunidade judaica de Gibraltar - Calçada do Socorro n.º2 (1940-1945)	129
Imagem 27 – Estado atual do edifício na Calçada do Socorro n.2 (2014)	129
Imagem 28 – Membros de uma família judaica na varanda da sua residência – Esquina da Rua do Surdo com a Rua da Mouraria (1940-45).....	130
Imagem 29 - Esquina da Rua do Surdo com a Rua da Mouraria (2014).....	130
Imagem 30 – Representantes judeus na Madeira	131
Imagem 31 – Festa de aniversário de Clara Serruya (?) (15 de novembro de 1941)	131

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Estrangeiros a viver na Madeira, por anos, segundo a sua nacionalidade (1930,40,50)	82
Gráfico 2 – Percentagem de estrangeiros a viver na Ilha da Madeira, segundo a sua religião (1940)	82

Agradecimentos

Todos os agradecimentos na minha vida terão de começar pelos meus pais, que sempre depositaram em mim as maiores esperanças e a sua confiança. À minha irmã que me ensinou a ler e a escrever, aos meus sobrinhos e ao meu namorado um obrigado por fazerem da minha vida um lugar muito mais feliz.

Este trabalho só se tornou possível graças ao acompanhamento e amizade do meu orientador Nuno Canas Mendes que nunca me deixou desistir, e que com os seus conselhos conseguiu manter-me dentro dos parâmetros aceitáveis da sanidade mental.

Um agradecimento especial a todas as entidades públicas regionais que contribuíram no âmbito das suas áreas de intervenção para este estudo. Não podendo deixar de dar uma palavra de apreço aos funcionários do Arquivo Regional da Madeira que sempre me receberam com a maior simpatia e profissionalismo.

Por último, uma palavra de grande estima a todos que dispensaram do seu tempo para responder às minhas questões e partilhar as suas memórias, sobretudo aos descendentes das famílias judaicas e aos judeus residentes na Madeira, que simpaticamente me acolheram.

A todos os meus amigos que assistiram à minha caminhada, por estes trilhos nem sempre fáceis, desde sempre que acredito que a amizade não se agradece, retribui-se, pelo que estarei aqui para retribuir o vosso apoio e incentivo.

1. Introdução

A escolha do tema “O impacto das Guerras Mundiais no êxodo dos Judeus: o trânsito pelo Atlântico e o caso da ilha da Madeira” foi motivada por dois momentos que desencadearam a vontade de desenvolver esta temática e procurar resposta para várias questões.

O primeiro momento prendeu-se com o facto de ter recebido o livro de Esther Mucznik (2012), *Portugueses no Holocausto*, e o segundo momento, a leitura de um artigo sobre o estado de degradação a que se encontra devotado o Cemitério Israelita do Funchal.

No seguimento destas leituras iniciais e de estudos preparatórios começaram a ser formuladas as seguintes perguntas de partida, para as quais procuramos dar resposta ao longo deste trabalho:

- Quem foram os judeus que passaram pela ilha da Madeira?
- Quais foram as suas motivações e atividades desenvolvidas?
- Qual o impacto das guerras mundiais na vida dos judeus que viviam na ilha da Madeira?
- Em que medida a Madeira foi importante enquanto ponto de escala ou de eventual fixação dos judeus, no quadro do seu êxodo pelo atlântico?
- O que resta dessa sua presença nos nossos dias?

Tratando-se de uma dissertação no âmbito das Relações Internacionais, especificamente na área da História das Relações Internacionais, não se pretendeu apresentar um estudo exaustivo sobre todos os judeus que viveram ou passaram pela ilha da Madeira, mas acompanhar a presença judaica no contexto das esferas de interesse britânica e alemã que se fizeram sentir fortemente na ilha, e do impacto das guerras mundiais no trânsito atlântico, nomeadamente o acolhimento de refugiados judeus de Gibraltar e da Europa ocupada pelo regime nazi.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, partindo do século XIX, com o ressurgir das comunidades judaicas em Portugal, que com o fim oficial da Inquisição começaram a estabelecer-se em pequenos núcleos em Lisboa, no Algarve (Faro) e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Estavam assim criadas as condições para uma nova

diáspora atlântica, composta inicialmente por judeus sefarditas provenientes do norte de África com passaportes britânicos e franceses.

1.1. Enquadramento do tema

Este estudo, no âmbito da História das Relações Internacionais, pretende assim focar a temática do êxodo dos judeus, enquadrada na política externa e na balança de poderes britânica e alemã no período das Guerras Mundiais e do impacto no microcosmos regional da Madeira, muitas vezes distante da realidade nacional portuguesa. A Madeira surge assim como um *case-study* que ilustra o choque entre aquelas duas potências mundiais e a sua relação com a diáspora judaica. Nos parágrafos subsequentes, situar-se-á o tema.

A amenidade do clima e a beleza paisagística, a localização geográfica e a hospitalidade das gentes da ilha da Madeira permitiram que desde Oitocentos se tivesse começado a praticar uma actividade que marcaria desde então a sua história: o turismo. Ao longo do século XIX, este espaço insular atlântico começou a despertar nos alemães e britânicos um profundo interesse, inicialmente de carácter científico e lúdico, enquanto local de passagem de inúmeras personalidades da monarquia europeia, botânicos e médicos, que aí procuravam a cura para os seus males de saúde, especialmente as doenças pulmonares, atraídos pelas qualidades terapêuticas do clima da ilha.

E mais tarde, devido à sua localização estratégica e à crescente influência económica e política das *colónias* britânicas e alemãs aí fixadas, começou a traçar-se a possibilidade de implementação de projetos de interesse político e económico, que desencadearam a discórdia entre as duas potências com impacto a nível diplomático, particularmente a questão da concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira. Assim, a rivalidade entre as duas potências que competiam no plano global teve uma incidência local com contornos especialmente interessantes.

Também na área da indústria do Bordado da Madeira, se fez sentir esta pressão britânica vs germânica, 1850 marca uma nova fase do Bordado Madeira, a partir da qual ganha um cariz mais comercial e é-lhe reconhecido o seu potencial económico, sobretudo pelos britânicos. Com a entrada dos germânicos nesta indústria é dado um salto qualitativo, no que diz respeito às técnicas, ao tecido e às linhas utilizadas. E não obstante a animosidade entre as duas comunidades, a Alemanha conseguiu firmar uma posição de destaque no comércio do

Bordado Madeira, apenas fortemente abalada com o eclodir da Primeira Guerra Mundial e a expulsão e arrolamento dos bens dos alemães na Madeira.

Nesta indústria do Bordado da Madeira encontramos vários elementos das famílias judaicas, bem como na área do Vinho da Madeira, a vocação dos judeus para o negócio tantas vezes enunciada é sobejamente aplicada no contexto da Madeira, uma vez que estes estiveram ligados às principais indústrias e áreas de comércio madeirenses, e dependendo dos seus países de origem ou da rede de influências, tinham as suas ligações com os interesses britânicos ou com os interesses germânicos.

A afirmação comercial e económica de alguns dos judeus que se fixaram na Madeira, alicerçaram-se em alianças matrimoniais, como se verificou nas famílias de José Abudarham e de Abraham Adida, tendo os seus descendentes ocupado lugares de destaque, como a presidência da Associação Comercial do Funchal.

Depois dos tempos atribulados da Primeira Guerra Mundial, e no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial assistiu-se à chegada dos judeus, sozinhos ou acompanhados das suas famílias, fugindo às dificuldades crescentes que se faziam sentir na Alemanha nacional-socialista, este fluxo de imigrantes crescia à medida que a intensidade dos ataques à sua integridade física aumentavam. No período da Segunda Guerra Mundial encontramos na Madeira judeus de culto asquenaze vindos do Leste europeu, e os de culto sefardita refugiados de Gibraltar e os descendentes dos primeiros judeus que se fixaram no século XIX.

Finda a Segunda Guerra Mundial muitos dos judeus regressaram aos seus países de origem, outros partiram para os Estados Unidos da América e os descendentes dos primeiros judeus foram sendo progressivamente assimilados na sociedade madeirense por via do casamento, partindo muitos deles para Portugal Continental.

A Inglaterra e a Alemanha continuam a ser dos principais mercados emissores de turistas para a ilha da Madeira, e o número de nacionais desses países a viver na Região destaca-se das demais nacionalidades. De acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteira, em 2013 residiam na Madeira cerca de 823 indivíduos britânicos (número apenas ultrapassado pelos 871 indivíduos brasileiros), seguido pelos venezuelanos (552) e pelos alemães com cerca de 409 indivíduos.

1.2. Enquadramento metodológico

Nos últimos anos foram publicadas várias obras de referência na temática do impacto das guerras mundiais no êxodo dos judeus no contexto atlântico, nomeadamente, estudos sobre os refugiados ou sobre a questão judaica em Portugal Continental no âmbito da Segunda Guerra Mundial, de autores como Jorge Martins¹, Irene Flunser Pimentel² ou Esther Mucznik autora do livro *Portugueses no Holocausto* (2012). Mas especificamente sobre a presença judaica na ilha da Madeira nesse período apenas foi possível identificar alguns artigos em publicações regionais, tais como a revista *Islenha*.

Os dados disponíveis são escassos, imprecisos e dispersos, uma vez que não existem estatísticas oficiais, nem registos da Comunidade Israelita de Lisboa ou de outras entidades, que indiquem o número certo de judeus que viveram ou vivem atualmente neste território insular.

Os dados recolhidos junto ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) apenas indicam a origem e a nacionalidade dos indivíduos, mas não são esclarecedores quanto à religião praticada por estes. Especificamente no caso da Madeira, esta entidade apresenta registado, um indivíduo do sexo masculino israelita, no entanto essa informação relativa à sua nacionalidade, não é de modo algum garante que professe a religião judaica.³

Relativamente aos dados fornecidos através dos Censos, estes apresentam também problemas, uma vez que dependem de uma massa de respostas cujas motivações são ambivalentes e facultativas.

Neste sentido, a dificuldade na recolha de informação, obrigou a uma investigação mais profunda junto do Arquivo Regional da Madeira, através da consulta da imprensa da época, do registo de passaportes, dos registos de entrada dos passageiros dos navios, dos registos de

¹ **Jorge Martins** é doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, diretor da coleção *Sefarad* da editora Nova Vega e membro do Conselho Consultivo da Rede de Judiarias de Portugal. Nos últimos 13 anos tem-se dedicado à temática dos estudos judaicos, destacam-se as seguintes publicações: 3 volumes da obra *Portugal e os Judeus, A República e os Judeus* e a *Breve história dos judeus em Portugal*.

² **Irene Flunser Pimentel** é doutorada em História Institucional e Política do Século XX, dedicou-se ao estudo do período contemporâneo português, o que inclui a temática dos judeus em Portugal no contexto da Segunda Guerra Mundial, pelo que referimos algumas das obras de referência utilizadas na contextualização do presente estudo: *Judeus em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, Espiões em Portugal Durante a II Guerra Mundial* e em co-autoria com Cláudia Ninhos - *Salazar, Portugal e o Holocausto* (vide bibliografia).

³ Portal de Estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) - Mapa de total de estrangeiros residentes no Distrito: Madeira, Ano: 2013 (última actualização de dados: 31-12-2012). Dados disponíveis em <http://sefstat.sef.pt/Madeira.aspx>
Data de acesso 13 de setembro de 2014

casamentos e batizados, dos processos de sucessão, testamentos, inventários de bens, registos de notários, processos judiciais, etc..

Tratando-se de uma comunidade muitas vezes fechada e de difícil acesso foram encetados contactos com alguns informadores qualificados e investigadores da temática judaica em Portugal, que indicaram algumas abordagens para desenvolver a investigação.

Foram realizadas ainda várias entrevistas a entidades oficiais da Região, nomeadamente com a Secretária Regional da Cultura, Turismo e Transportes, dr.^a Conceição Estudante; com a então sub-diretora da Direção Regional de Assuntos Culturais (2013), dr.^a Fátima Barros⁴; com o diretor do Arquivo Regional da Madeira, dr. Luís Miguel Jardim; com o Presidente do Centro de Estudos da História do Atlântico, dr. Alberto Vieira; com a directora do Museu Vicentes, dr.^a Helena Araújo; e ainda, com entidades oficiais fora da região, como a Assessora do Departamento Político e de Relações Públicas da Embaixada de Israel em Portugal, dr.^a Helena Cordeiro e a vice-presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, Esther Mucznik.

Realizaram-se vários estudos exploratórios, através da leitura de obras e artigos relacionados com esta temática, nomeadamente as obras de Marina Pignatelli, e ainda a consulta de dicionários como o *Dicionário da História Religiosa de Portugal* (Azevedo, 2001) ou o *Dicionário do Judaísmo Português* (AAVV, 2009), de enciclopédias de referência como a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* ou a *Chambers's Encyclopaedia* (1950) e ainda de literatura de ficção como *O Bazar alemão*, de Helena Marques (2010).

Pelo facto de ter nascido, crescido e feito a escolaridade obrigatória e ensino superior em Portugal Continental, e apenas após a idade adulta ter-me estabelecido no Funchal, limitou em grande parte os conhecimentos que tinha da história da Madeira, pelo que foi necessário encetar várias leituras preparatórias, de modo a ser capaz de enquadrar a temática da diáspora judaica e do impacto da influência britânica e alemã neste território insular.

Para acompanhar o impacto das guerras mundiais no êxodo dos judeus e em especial o caso daqueles que escolheram a ilha da Madeira para se fixarem foi necessário recorrer ao estudo da história dessas famílias judaicas e da sua genealogia, pois só deste modo era possível avaliar a importância do seu papel na sociedade madeirense, o grau de assimilação a que foram votados ou localização atual dos seus descendentes.

Em termos metodológicos podemos assim considerar que foram feitos pequenos *case-study* no próprio *case-study* maior que é a Madeira, uma estratégia que conta com “muitas das

⁴ Responsável pela orientação técnica, conferência e revisão da obra *Rol dos judeus e seus descendentes* (2003).

técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistémica de entrevistas”. (Yin, 2001:27) Após conseguir acompanhar até aos nossos dias o percurso destas famílias judaicas, através do estudo da sua genealogia, foi possível criar condições para o contacto com os seus descendentes, quer pessoalmente, em reuniões e entrevistas no caso dos que ainda se encontram na Madeira, quer via eletrónica, através da troca de correspondência e de informação, com aqueles que se encontram por exemplo nos Estados Unidos da América, Austrália e Costa Rica.

Por outro lado, relativamente aos judeus a viver actualmente na Madeira, depois de ultrapassadas as dificuldades iniciais em identificá-los foi possível uma observação direta ao ser autorizada a participar em algumas celebrações religiosas judaicas⁵. No desenvolvimento do presente projeto foram realizadas entrevistas abertas, ainda que munida de um guião de tópicos, de modo a aferir dos principais desafios de ser judeu nos nossos dias, na ilha da Madeira.

1.3. Enquadramento teórico

A presente dissertação não pretende enquadrar-se exclusivamente no âmbito da História ou das Relações Internacionais, mas constituir um estudo da área da História das Relações Internacionais. A História foi sempre uma disciplina indissociável do estudo das Relações Internacionais, e como refere Nuno Canas Mendes (2008): “é certo que a disciplina das Relações Internacionais tem mostrado predileção pela contemporaneidade, de interesse mais imediato e futuro, não implicando esta tendência, no entanto, menor consideração pelos acontecimentos pretéritos e respectiva projecção”.

A autonomização da disciplina da História das Relações Internacionais está ligada ao conceito de *forças profundas*, referenciado nas obras de Pierre Renouvin (1925) e do seu discípulo Jean-Baptiste Duroselle (1953-58), e que são as seguintes: as condições geográficas, os

⁵ No dia 25 de março de 2013 realizou-se numa unidade hoteleira do Funchal o “Seder de Pessach” (jantar cerimonial judaico em que se recorda a história do Êxodo e a libertação do povo de Israel), organizado pelo casal Danby e Marvin Meytal, que contou com a presença de mais de 13 pessoas e para o qual tive a oportunidade de ser convidada.

Para mais informações sobre o evento consultar:

Nóbrega, Tolentino (2013). “Antiga sinagoga na Madeira descoberta um século depois”. Jornal *Público* de 31 de março de 2013. Disponível em www.publico.pt/j582041;

Site oficial da organização Shavei Israel, http://www.shavei.org/other_languages/portugues/artigos-diversos/shavei-israel-patrocina-o-primeiro-seder-de-pessach-publico-que-acontece-na-ilha-da-madeira-em-portugal/?lang=en Data do último acesso 13 de setembro de 2014.

movimentos demográficos; os interesses económicos e os interesses sentimentais. Deste modo, a disciplina da História das Relações Internacionais, num ambiente onde prevalecia o primado do Estado e das Organizações Internacionais, passou a contemplar uma diversidade de novos atores internacionais e a incluir um contexto sociológico, a que estão sujeitas as suas conexões. Esta diversidade de interpretações pode no entanto, constituir um problema pelo desmesuramento do seu objecto, e levantar sérias dificuldades operacionais.

A História das Relações Internacionais pelo seu carácter inclusivo contempla uma diversidade de novos atores das relações internacionais e a sua multiplicidade de manifestações. Neste estudo temos presente não só a política externa da Alemanha e da Inglaterra, relativamente ao interesses dos seus nacionais em território de um terceiro Estado que é Portugal, como também, lidamos com uma questão de política internacional quando o jogo de interesses entre os três Estados ultrapassa a questão regional da ilha da Madeira e se torna num acidente diplomático, como foi, por exemplo, o caso dos Sanatórios da Madeira.

No século XX, a ação destas duas potências e o jogo de alianças que se instalou na Europa motivou o eclodir dos dois conflitos mundiais, com fortes consequências no êxodo dos judeus pelo espaço atlântico e mais especificamente no caso da ilha da Madeira, pelo que a história local desta região foi fortemente marcada pela política internacional europeia. Na Primeira Guerra Mundial, a cidade do Funchal foi mesmo bombardeada por duas vezes, por submarinos alemães, com vista a surpreender e neutralizar o tráfego marítimo localizado na área e sabotar as comunicações atlânticas do cabo submarino, prejudicando assim os interesses britânicos.

Cada capítulo do estudo faz uma breve análise dos acontecimentos em determinada época, a nível local, nacional e internacional, reconhecendo a ligação entre as três dimensões e o impacto da política internacional na história nacional, e neste caso específico na história da ilha da Madeira.

Para um enquadramento teórico deste projeto de tese, será necessário uma reflexão terminológica sobre determinados conceitos operacionais, como os de **judaísmo, diáspora, comunidade e assimilação**.

O **judaísmo** foi a primeira das religiões monoteístas e a única da antiguidade Pré-clássica que persiste até aos nossos dias, baseada na crença de um Deus único e invisível, não gerado nem criado, mas criador do universo e da humanidade (Azevedo, 2000). “O judaísmo é uma

concepção cosmológica, uma forma de estar na vida, na morte e para além destas – uma ética de relacionamentos que, seguramente, tem na base fundamentos teológicos” (Pignatelli,2008:24).

Segundo a lei judaica da Halakah, é judeu, todo aquele que é filho de mãe judia ou se tenha convertido ao judaísmo. No entanto, encontrar uma resposta consensual para as perguntas: “quem são os Judeus?” e “quem é judeu?”, conduz-nos a grandes discussões antropológicas e religiosas, visto que “para ser encontrada uma definição de identidade judaica, seria necessário, na realidade, encontraram-se pontos comuns para aqueles que se chamam de judeus” (Pignatelli, 2008:50-51), que se pode basear tanto na religião, como na cultura ou tradição, numa ligação a Israel ou ao sionismo, na dimensão experiencial, etc..

As alterações nesta identificação judaica reflectem o aumento não só das oportunidades de igualdade, mobilidade e interação, bem como da aceitação dos judeus por parte da população não judia, em grande parte consequência dos casamentos, que levou cada vez mais famílias a serem constituídas por membros judeus e não judeus.

Relativamente ao conceito de **diáspora**, este distingue-se do de viagem, exílio, desterro ou imigração, e quando aplicado à realidade judaica ganha ainda outros contornos e significados.

William Safran (1991, apud Pignatelli, 2008: 55) utiliza o conceito de diáspora para definir comunidades minoritárias expatriadas, dispersas de um centro original por duas ou mais regiões estrangeiras, que retêm uma memória colectiva acerca de uma “terra natal original” à qual continuam ligados e que se mantem como um lugar de eventual retorno mantendo a crença que não são totalmente aceites no local onde se encontram.

A primeira diáspora do povo judaico ocorreu com o exílio babilónico (séc. VI a.C.) e a partir desta errância, os judeus universalizaram-se, tornando-se naturais e mais tarde cidadãos de diferentes reinos ou estados, havendo uma acomodação seletiva em termos políticos, sociais, culturais e comerciais, e dos próprios modos de vida quotidiana das sociedades de acolhimento, mas nem sempre pacífica ou consensual, e com inúmeros percalços nos diversos locais de fixação. Essa acomodação seletiva contribuiu para o que António de Sousa Lara (2000) classifica como um dos preconceitos raciais mais antigos e generalizados - o mito dos judeus.

Ainda no contexto do "judeu errante", surge em meados do século XIX, a lenda do sapateiro judeu Ahasverus, que terá recusado que Jesus apoiasse na sua casa para descansar, quando

transportava a cruz a caminho do Calvário, recebendo assim como castigo divino, a partir daí levar uma vida errante, na “infindável” diáspora judaica (Martins, 2010).

Dentro do contexto da “constante” diáspora judaica (voluntária ou forçada), podemos destacar a diáspora hispano-portuguesa de judeus conversos, que se cristalizou como uma diáspora à parte, pois “os seus elementos consideravam-se membros de um grupo étnico e social diferente, unido por mitos, tradições e memórias históricas comuns e exclusivas” (Mucznik, 2009), o que contribuiu para o ressurgimento do fenómeno marrano em Portugal e dos movimentos *bnei anussim* (“filhos dos conversos” ou marranos), que também encontramos na ilha da Madeira.

Outro dos conceitos teóricos fundamentais a referir, é o de **comunidade**, uma vez que através deste trabalho cabe-nos aferir se podemos considerar que existiu uma comunidade judaica na Madeira. Aristóteles utilizou o termo para expressar um conjunto de indivíduos ligados por laços sociais, confundindo-se com o próprio conceito de sociedade. Por sua vez, em 1887, o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, introduziu no discurso científico contemporâneo o dualismo “sociedade” (*Gemeinschaft*) / “comunidade” (*Gesellschaft*). Segundo ele o conceito de comunidade assenta numa vontade orgânica que se manifesta na afetividade, no hábito e na memória. Seria assim um tipo especial de associação que teria a ver com os imperativos profundos do próprio ser, dizendo respeito mais à vontade de ser, enquanto vontade essencial, do que à vontade de escolher. Distingue-se assim do conceito de sociedade, que este considera ser composta por grupos constituídos por relações baseadas em interesses.

No âmbito deste estudo considerando a definição de “comunidade” na perspectiva de Tönnies, não podemos considerar que existiu apenas uma comunidade judaica na ilha da Madeira, mas sim várias comunidades pequenas e discretas em determinados períodos da história. Isto é, existiram pequenos grupos integrados por pessoas que compartilhavam um território, com laços de intimidade e convívio pessoal, com uma herança cultural comum. Mas que se distinguiam pela nacionalidade ou país de origem, e pelo culto judaico (askenazim vs sefarditas), sobretudo no período entre a Primeira Guerra Mundial e o fim da Segunda Guerra Mundial, com a presença na ilha da Madeira dos descendentes das primeiras famílias judaicas do século XIX, dos refugiados judeus de Gibraltar e dos refugiados judeus do Leste europeu.

Por último, um dos conceitos que se revelou fundamental para a compreensão de um dos grandes desafios da atualidade, em termos da presença judaica em Portugal, foi o conceito de **assimilação**.

Um dos principais teóricos da assimilação foi o sociólogo americano Milton Gordon que definiu sete estágios da assimilação (1964)⁶: cultural ou aculturação (os recém chegados adotam a língua, a maneira de vestir e os hábitos diários da sociedade receptora); estrutural (entrada em grande escala das minorias em clubes, instituições, organizações da sociedade receptora); marital (casamento entre os que chegam e os locais); identificacional (a minoria sente-se ligada à cultura dominante); atitudinal (ligada à ausência de preconceito); comportamental (ausência de discriminação) e assimilação cívica (ausência de lutas de valores e poder).

Antes da emancipação dos judeus estes viviam confinados nos seus bairros, com restrições ao exercício da atividade profissional, com uma língua e cultura próprias, com a Revolução Francesa e os ideais da liberdade e igualdade perante os direitos cívicos e políticos deu-se uma abertura à influência cultural dos países onde se encontravam instalados.

Pelo que neste estudo consideraremos a definição de assimilação do *Dicionário do Judaísmo Português* (2009:61) “entendida como a perda progressiva da identidade judaica e a absorção do indivíduo ou até da comunidade no contexto envolvente, maioritariamente não judaico”.

Como refere Marina Pignatelli (2000), uma das grandes ameaças atuais não é tanto o anti-semitismo, mas a assimilação por casamentos mistos, que leva a um autêntico “etnocídio”, isto é, a uma ruptura de identidade étnica, que podemos considerar por conversão espontânea.

No caso da ilha da Madeira, a assimilação progressiva dos elementos das famílias judaicas sobretudo por via dos casamentos mistos, como os Abudarham ou os Adida, cujo papel foi central na ilha da Madeira, fez com que o seu nome deixasse progressivamente de surgir no registo dos membros da Comunidade Israelita de Lisboa, que sempre estiveram presentes ao longo do século XX, nomeadamente como subscritores das obras de edificação e restauro da sinagoga de Lisboa. (Mucznik, et al, 2009)

Das famílias que referimos ao longo deste trabalho, sejam elas das primeiras que se fixaram na ilha ou das que chegaram mais tarde, verificamos que dos seus descendentes, que ainda continuam a viver na Madeira, não podemos afirmar que algum deles ainda professe a religião

⁶ GORDON, Milton (1964) *Assimilation in American Life: The Role of Race, Religion, & National Origins*. Oxford University Press

judaica, começaram no entanto a surgir pequenos movimentos de *bnei anussim*⁷, bem como se regista a presença de judeus estrangeiros que se encontram na Madeira a residir, sobretudo por razões profissionais.

2. Os judeus em Portugal no início do século XX

2.1. A consolidação da presença dos judeus em Portugal Continental

As comunidades judaicas em Portugal começaram a ressurgir no início do século XIX, em parte devido às condições proporcionadas pela legislação pombalina do final do século XVIII, à abolição da inquisição e à revogação do decreto de expulsão em 1821. A Carta Constitucional de 1826 previa a liberdade religiosa aos estrangeiros, desde que o culto permanecesse doméstico ou particular.

Estavam assim criadas as condições para uma nova diáspora atlântica, composta inicialmente por judeus sefarditas provenientes do norte de África com passaportes britânicos e franceses, que começaram a estabelecer-se em pequenos núcleos em Lisboa, no Algarve (Faro) e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, motivados principalmente por interesses económicos e comerciais.

Eram indivíduos de elevada cultura, pequenos comerciantes com contactos internacionais importantes, devido não só à atividade económica desenvolvida, bem como, aos laços familiares espalhados por várias partes do mundo. (Abecassis, 1991)

Sendo pessoas de muita religiosidade, logo de início trataram de se organizar, reunindo-se em grupos de orações em casas particulares (Pignatelli, 2000), adquirindo ou alugando faixas de terrenos para enterrarem dignamente os seus mortos. Em 1801, os judeus de Lisboa alugaram a título privado uma secção do cemitério inglês (Wilke, 1962), e em 1850 foi comprado também a título privado, um terreno para a construção do Cemitério Israelita do Funchal.

Tendo em conta o disposto no artigo 6.º da Carta Constitucional, que iria vigorar até à queda da monarquia: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Reino. Todas as outras religiões serão permitidas aos estrangeiros com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo” (Wilke,

⁷ Bnei anussim significa “filhos dos conversos” ou marranos.

1962:181), os judeus estabeleceram sinagogas privadas tanto em Lisboa, como nos Açores (nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial) e no Algarve (Faro).

O primeiro indício de reconhecimento oficial enquanto comunidade, segundo Marina Pignatelli (2000:76) terá sido a licença do Governo de 30 de outubro de 1868 dando “aos judeus de Lisboa a permissão de instalar um cemitério para inumação dos seus correligionários”, na Calçada das Lages, perto do cemitério municipal do Alto de São João. Enquanto aguardavam o reconhecimento oficial da comunidade, começaram a surgir ao longo do século XIX várias associações beneméritas de cariz solidário, na maioria dirigidas por senhoras e cujos estatutos foram submetidos à aprovação do governo civil.

Como refere Carsten L. Wilke (1962), nas vésperas do século XX os judeus de Lisboa tentavam agrupar-se, e para tal destacam-se: em 1892, a fundação por Moses Anahory, da associação *Guemilut Hassadi*; em 1894, a organização centralizada dos serviços de *Shehitá* (abate ritual dos animais); em 1897, a eleição de um comité para a construção de uma sinagoga (“Comissão para levantamento do depósito da Caixa Geral de Depósitos e edificação da Sinagoga”) e em 1899, a instalação da Cozinha Económica.

No início do século XX são aprovados os primeiros estatutos da Comunidade, no entanto ainda sem reconhecimento jurídico, o que só viria a ser possível após a instauração da República.

Essa falta de reconhecimento oficial devido aos dispostos do artigo 6.º da Carta Constitucional de 1826 ditaram a construção sem fachada para o exterior na Rua Alexandre Herculano, da sinagoga *Shaaré-Tikvá* (As Portas da Esperança), que viria a ser inaugurada em 1904.

2.1.1. A implantação da República e reconhecimento legal da comunidade judaica de Lisboa

A 1.ª República instaurada em 5 de outubro de 1910, criou as condições para a legalização das comunidades judaicas, nomeadamente através da Lei da Separação da Igreja e do Estado (20 de abril de 1911) e da Constituição da República (21 de agosto de 1911), que definem “ a liberdade e a inviolabilidade das crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém ser perseguido, privado dos seus direitos, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico.” (Martins, 2010).

Estavam assim criadas todas as condições para a legalização da Comunidade Israelita de Lisboa, bem como para a criação da Comunidade Israelita do Porto, com a construção nessa cidade da sinagoga *Mekor Haim* (1938), esta já com a fachada visível para a via pública.

A Comunidade Israelita de Lisboa agora reconhecida juridicamente ganhava outro dinamismo, sendo de realçar a criação de várias instituições como: a Associação de Estudos Hebraicos *Ubá-le-Sion* (1912), o Boletim da comunidade (1912), a Biblioteca Israelita (1914), o Albergue Israelita (1916), a Associação de Juventude Israelita *Hehaver* (1925).

Várias famílias judaicas destacar-se-iam na vida económica e cultural do nosso país durante a 1.^a República, sendo de referir os Bensaúde, Abecassis, Buzaglo, Cohen, Levy, Ruah, Sequerra, Anahory, Athias, Amzalak, entre outras. (Martins, 2010)

2.1.2. Projetos sionistas em Portugal – projeto de colónia judaica em Angola e Moçambique

O caso Dreyfus marca o culminar do anti-semitismo do final do século XIX e abre portas para a emergência de novos conceitos e doutrinas, como o sionismo político, que ganhou expressão com a publicação das obras *O Estado Judaico* (1896) de Theodor Herzl e a *Auto-emancipação*, de Léon Pinsker, que consideravam a solução para os judeus emigrar e construir uma pátria sua, e que teve a sua confirmação com o primeiro congresso sionista de Basileia (1897). No entanto, as suas raízes mais profundas advêm das próprias preces dos judeus na Diáspora – a “nostalgia de Sião”.

O sionismo encontrou terreno fértil para se desenvolver não só em França, mas na Rússia czarista onde os pogroms se intensificaram a partir da década de 80 do século XIX. Com o intuito de aglutinar as diversas tendências nacionalistas judaicas, Theodor Herzl organizou o I Congresso Sionista que iniciou os seus trabalhos a 29 de agosto de 1897, na Basileia, de onde saiu o “Programa de Basileia”, a fundação da Organização Sionista Mundial promotora de um Fundo de Colonização, de um Banco Sionista, de um Fundo Nacional Judeus para a compra de terras e uma Agência judaica, e onde começaram a ser discutidos os locais para a edificação de um Estado judaico.

O movimento sionista internacional desenvolveu-se sob três tendências políticas fundamentais (Lara, 2005) que prosseguem um objectivo comum: os socialistas marxistas; os religiosos e os neonacionalistas.

Neste contexto, surgem em 1903 os esforços de Theodor Herzl junto da diplomacia portuguesa em Viena para negociar a hipótese da instalação de uma colônia judaica em Moçambique. Herzl pretendia uma concessão larga de terrenos, a fim de instalar em Moçambique 50 000 famílias de judeus provenientes sobretudo da Prússia, em troca de avultadas contrapartidas financeiras. (Martins, 2006)

No entanto, apesar das insistentes tentativas este projeto seria abandonado por Theodor Herzl face ao desinteresse manifestado das autoridades portuguesas e à proposta do Ministro das Colônias britânico para estabelecimento da colônia judaica no Uganda.

A primeira proposta de colonizar Angola com famílias judaicas data de 1886, na sequência dos primeiros *pogroms* na Rússia e foi defendida por S. A. Anahory, mas não teve seguimento. (Mucznik, 2009)



Imagem 1 – Cartoon de Portugal oferecendo Angola como segunda noiva⁸

A possibilidade real da colonização judaica do Planalto de Angola foi discutida pelas autoridades republicanas portuguesas. Em 1912, foram apresentadas duas propostas para discussão no Parlamento: uma por parte do ex-ministro das Colônias, o deputado Freitas Ribeiro para a colonização agrícola do planalto de Benguela sem referência expressa aos judeus. E outra proposta apresentada pelo deputado Manuel Bravo, dinamizada por Wolf

⁸ Fonte: Imagem publicada pelo “Yiddish Satirical Weekly” (1912), Nova Iorque. Disponível em <http://malomil.blogspot.pt/2012/12/a-portuguese-palestine.html>. Data de acesso 13 de setembro de 2014.

Terló e Alfredo Bensaúde, com o suporte da *International Territorial Organisation* (ITO), que se designaria por “Projeto Bravo” e que previa uma colonização israelita no Planalto de Benguela numa área com a extensão de cerca de 45.000 km².

Aprovado o “Projeto Bravo” na Câmara de Deputados, a ITO patrocinou uma expedição a Angola, dirigida pelo geólogo John Walter Gregory, a fim de estudar as condições oferecidas pela colónia portuguesa, cujo relatório seria favorável mas com diversas reservas.

O governo de Afonso Costa em 1913-14 manifestou pouco interesse pelo projeto que requeria a reunião do Congresso da República (Câmara dos Deputados e Senado) para ser aprovado, o que nunca aconteceu.

Os planos de colonização em Angola foram abandonados em 1917, com a Declaração Balfour que preconizava a construção de um lar judaico na Palestina. Ressurgindo apenas na década de 30, no contexto da proclamação das leis anti-semitas de Nuremberga de 1935 e no agravamento da situação dos judeus da Alemanha e Polónia.

Apesar da apresentação em 1938, pelo advogado J. Politis a António de Oliveira Salazar do “Projeto Angola”, que propunha salvar milhares de judeus do holocausto nazi, a troco de um financiamento de 230 milhões de dólares (Mucznik, 2009), esta tentativa saiu gorada, face ao contexto de neutralidade do regime do Estado Novo e como havia referido o Conselho do Império em 1936, os judeus constituíam um colectivo “pouco inclinado à agricultura” e tinham uma religião que “perturbaria a organização social” das colónias. (Flunser e Ninhos, 2013: 256)

A presença de judeus em Angola não resultaria assim de projetos de emigração em massa, mas da iniciativa individual. Aida Freudenthal (2004) dá nos conta no seu artigo sobre *Judeus em Angola – séculos XIX-XX* que a presença de judeus sefarditas remonta o século XIX, implicados sobretudo na atividade mercantil e com fortes ligações de laços familiares e de parcerias comercial com a diáspora judaica em Portugal Continental, nos Açores e em Marrocos.

2.2. A ilha da Madeira no início do século XX - entre o imperialismo britânico e o alemão

A fixação de estrangeiros na Madeira remonta ao tempo da colonização da ilha, o comércio do açúcar levou ao estabelecimento de genoveses, flamengos e italianos. Com a crise

açucareira a economia insular ganhou um novo alento motivado pelo comércio de vinho da Madeira, o que conduziu a uma nova projecção deste destino no seio dos mercadores britânicos, que utilizavam o porto do Funchal como ponto de passagem na travessia do Atlântico, onde se abasteciam de carvão e aproveitavam para levar consigo o vinho da Madeira.

(...) durante os séculos XVII e XVIII o comércio insular era efetivamente gerido pela burguesia estrangeira, com particular destaque para a comunidade inglesa.(...) Os mercadores britânicos detinham a grande maioria das lojas e vendiam posteriormente os seus produtos em pequenos retalhistas locais. (Gouveia, 2008: 26)

Desde 1658 que os britânicos estabelecidos na ilha da Madeira puderam contar com o apoio de um consulado, com um cônsul próprio independente do de Lisboa.

A “tempestade napoleónica” que varreu a Europa nas primeiras décadas do século XIX reflectiu-se na Madeira, através de duas ocupações por tropas britânicas, a primeira entre 1801 e 1802 e a segunda entre 1807 e 1814. No contexto das lutas liberais, “a Inglaterra e a presença britânica foram um dos principais fatores da manutenção da soberania portuguesa no arquipélago”. (Rodrigues, 2008:645)

Deste modo, ao longo dos séculos a presença britânica na Madeira consolidou-se tanto a nível político e económico, como a nível social com relevante impacto cultural.

No final do século XIX, inícios do século XX a ilha da Madeira devido à sua localização estratégica enquanto ponto de confluência das rotas marítimas do Atlântico Norte e à crescente influência económica e política britânica, rapidamente se transformou num palco de discórdias entre os interesses britânicos e alemães. Esta disputa deverá ser entendida sob o ponto de vista de um conflito de interesses mais vasto, entre uma potência marítima como a Inglaterra e a emergência da Alemanha como potência continental europeia.

O jogo de poderes entre estas potências teve dois episódios principais na região: a questão do Caminho de Ferro do Monte e a questão dos sanatórios da Madeira, ou como lhe chamaram os diplomatas alemães - a *Madeirasache*, com consequências nacionais e internacionais por se ter transformado num incidente diplomático, que envolveu o governo português, britânico e alemão.

Num contexto em que força económica britânica começava a ser suplantada no plano industrial por uma Alemanha dinâmica, com sucesso na área da siderurgia, na indústria química e eléctrica. A hegemonia comercial britânica baseada numa forte marinha mercante

assistia a um fortalecimento considerável do poder naval alemão, sob orientação do almirante Von Tirpits. (Guevara, 1997)

A importância estratégica da Madeira para estas potências oferecia três oportunidades de investimento, enquanto ponto de abastecimento dos navios a carvão nas rotas atlânticas e mediterrâneas, como ponto de comércio e como ponto de estabelecimento de um sistema de comunicação por cabos submarinos.⁹

O agravamento da precariedade da situação financeira e económica de Portugal desde meados do século XIX levou o país a contrair avultados empréstimos, colocando as colónias portuguesas sobre a mira dos ingleses como garantes do pagamento das dívidas. A situação de dependência de créditos externos, o aproveitamento do sentimento anti britânico em Portugal depois do Ultimatum inglês de 1890, facilitou a penetração germânica no nosso país.

2.2.1. A questão dos Sanatórios

A partir do século XVIII, começaram a chegar visitantes de origem germânica a este espaço insular atlântico que despertava um profundo interesse, inicialmente de carácter científico e lúdico, enquanto local de passagem de inúmeras personalidades da monarquia europeia, botânicos e médicos, que aí procuravam a cura para os seus males de saúde, especialmente as doenças pulmonares, atraídos pelas qualidades terapêuticas do clima da ilha, mas que rapidamente se revestiu de interesses económicos.

Em 1903, a pedido do príncipe alemão Frederick Charles de Hoenlohe Oehringen, mediante o parecer prévio positivo da ANT (Assistência Nacional aos Tuberculosos), o governo português autoriza a um sindicato alemão a construção de sanatórios marítimos e de altitude, para fazer face ao grassar do problema da tuberculose, que afetava tanto residentes, como aqueles que procuravam nestas paragens a cura dos seus males.

Neste sentido, o projeto alemão previa a construção de sanatórios para ricos com toda a sumptuosidade e envolvência de infra estruturas de luxo (hotéis, jardins, parques), tento por contrapartida “reservar parte das instalações para admissão gratuita de doentes pobres”. (Veríssimo, 1990:125)

⁹ Os britânicos em 1901 estabeleceram linhas de comunicação de cabos para a África do Sul que passavam pela Madeira. Os alemães tentavam quebrar o monopólio britânico sob os cabos submarinos, o que só foi possível com a invenção da telegrafia sem fios. (Guevara, 1997)

O sindicato alemão apresentava no entanto três condições principais, que passavam por facilidades ao nível da aquisição dos locais para a construção dos estabelecimentos, através da expropriação por utilidade pública, a isenção da taxa fiscal na importação de materiais necessários para a construção dos empreendimentos e para evitar a concorrência de outros investidores e a concessão do direito de exploração por quinze anos.

Tal como refere Rui Carita (2008: 303):

Em breve o projeto avançava para outras vertentes, como eram as facilidades de navegação para o Funchal, prevendo a instalação de um depósito de carvão de pedra não só para os navios que iam servir os hotéis e sanatórios, como para a restante navegação. Previa-se assim retirar aos ingleses esses monopólios, passando o Funchal a funcionar como nó de comunicação no Atlântico Norte, por exemplo, entre a América do Norte e a África do Sul, onde os alemães já possuíam largos interesses.

Os interesses ingleses na Madeira viam-se assim ameaçados, os proprietários britânicos que detinham o monopólio de determinados produtos e atividades inerentes à atividade turística, inquietam-se face à concorrência alemã, dá-se início a um período de animosidade direta, em que apenas culminará com o abandono do projeto e o pagamento de uma pesada indemnização aos concessionários alemães pelo Estado Português.

Os jornais regionais “pró-britânicos” disseminam a ideia que a empresa alemã escondia por trás da construção dos sanatórios, um projeto para explorações de casinos na Madeira.

Para a construção dos sanatórios de baixa altitude a companhia alemã, adquiriu no litoral as Quintas Vigia e Bianchi que consideravam reunir as condições para acolher estes empreendimentos. No entanto, não conseguiram comprar a Quinta Pavão, propriedade que fica localizada entre as duas outras quintas, comprada pela família Reid’s com o intuito de travar as pretensões alemãs e de acordo com a estratégia dos grandes proprietários ingleses.

Face a este impedimento, o governo português acabou por ficar numa posição difícil entre pressões dos governos, alemão e britânico, em que os alemães exigiam os direitos de expropriação da Quinta Pavão por utilidade pública, enquanto os britânicos que se opunham claramente à concessão exigiam uma indemnização ao governo português em caso da expropriação da propriedade dos seus súbditos.

A recusa do governo português em iniciar o processo de expropriação levou ao aumento das movimentações diplomáticas, e ditou um incidente diplomático com a Alemanha, com pesadas consequências para o erário público português, devido à anulação em 1908 da concessão aos alemães e o pagamento de uma indemnização ao Príncipe Hohenlohe, no valor de 4 425 000 marcos (acrescida de juros).

Esta rescisão da concessão transferiu para o governo português as quintas e as propriedades adquiridas e construídas para o efeito, que são colocadas em 1925 à venda em hasta pública, não recolhendo porém licitantes, pelo que ficaram devotadas ao abandono durante vários anos. Os polémicos sanatórios só ficariam definitivamente desocupados após vários leilões que incluíram todo o tipo de objectos, como móveis, loiças e roupas. (Veríssimo, 1990)

Os hoteleiros britânicos que haviam acusado os alemães de esconderem as suas intenções de implementarem casinos na Madeira por detrás do projeto dos sanatórios, acabaram por ver inaugurado a 17 de janeiro de 1907 o *Stanger's Club*, onde começaram a explorar o jogo, exatamente na Quinta Pavão que deu origem ao incidente diplomático.

2.2.2. O papel das famílias judaicas na sociedade e economia

A partir da segunda metade do século XIX, e início do século XX destacam-se na ilha da Madeira, sobretudo duas famílias de origem judaica, os Abudarham e os Adida, cujos descendentes podemos encontrar ainda hoje na sociedade madeirense, no entanto, já assimilados e aparentemente sem sinais da religião professada pelos seus antepassados.

- Os Abudarham

O fundador da **família Abudarham** no Funchal terá sido Joseph (José) Abudarham¹⁰ que terá chegado à Madeira na primeira metade do século XIX. Além do sucesso no comércio, conquistou um lugar de destaque na sociedade funchalense da época, sendo um dos fundadores da Associação Comercial do Funchal. A sua atividade comercial era diversificada, negociando no ramo das fazendas, fancaria, mantimentos e vinhos. Foi ainda agente de navios, e parece ter-se também dedicado ao empréstimo de dinheiro.

Casou-se em 1843, em Lisboa, com Clara Hadida, filha de Isaac Hadida e Luna Anahory, nascida em 1821, natural de Gibraltar, com nacionalidade inglesa. Residiram na Rua dos Ferreiros, na casa apalaçada dos Ornelas, e do seu casamento nasceram no Funchal: Jacob (29

¹⁰ Joseph Abudarham, filho de Jacob Abudarham, nasceu em 1807, em Orão, Argélia francesa, de nacionalidade francesa. (Abecassis, 1990: v.1,204)

de junho de 1844), Salomon (27 de junho de 1847), Regina (Reyna, 15 de março de 1852)¹¹, Fortunato (Meny, 16 de março de 1854) e Isabelle (27 de fevereiro de 1856), todos eles registados com a nacionalidade francesa.

O patriarca da família faleceu no Funchal, a 13 de fevereiro de 1869, e encontra-se sepultado no cemitério Israelita do Funchal, tal como a sua mãe Reina Pariente Abudarham (1854), que terá sido o primeiro sepultamento no cemitério, o seu irmão Fortunato, cuja campa caiu ao mar, devido ao tremor de terra ocorrido em 1975, e a sua esposa Clara (falecida a 9 de abril de 1887).



Imagem 2 – Joseph (José) Abudarham- Photographia – Museu “Vicentes”

¹¹ Regina (Reyna) Abudarham casou com Henri Duret de Brie em 19 de maio de 1890, numa cerimónia realizada na casa dos Abudarham na Rua dos Ferreiros. Pressupõe-se que o noivo tenha sido um doente que procurou na Madeira, cura para os seus males, faleceu em 1897 com apenas 41 anos sem deixar descendentes. A viúva embarcou para Lisboa após a morte do marido, e aí faleceu em 1900. (Santos, 1993:128)

Com a sua morte, terá sido em primeira instância a sua viúva a tomar a chefia da família, como podemos ver num anúncio que fez publicar dois dias depois do falecimento do marido, onde informa que a firma de Joseph Abudarham, continuaria as suas funções com a designação de Viúva Abudarham & Filhos.¹²

O seu filho mais velho **Jacob Abudarham** irá tornar a firma Viúva Abudarham & Filhos, numa empresa consolidada na praça do Funchal, exercendo por várias vezes a presidência da Associação Comercial do Funchal¹³, a direção da Associação Protetora dos Animais Domésticos, membro de várias associações, como o Club dos Estrangeiros (1897) e membro da comissão de receção do rei D. Carlos I e da rainha D. Amélia na Madeira. Casou em 1880, em Lisboa, com Simy Mathilde Buzaglo¹⁴, filha de Moisés Buzaglo e de Jane Isaac, de nacionalidade inglesa.

Tiveram uma única filha, Joana Abudarham, nascida a 18 de março de 1880 no Funchal, registada no vice-consulado de França e que teve um papel de destaque na vida social madeirense, enquanto elemento de várias comissões promotoras de eventos de beneficência e por via do seu casamento em 31 de outubro de 1903, com o Tenente-coronel António Bettencourt da Câmara.¹⁵

Com o falecimento de Jacob Abudarham (1903), da sua esposa Clara (1887) e do seu irmão Salomão (1896) é o seu genro António Bettencourt da Câmara, que adquire em 1904 juntamente com António Justino Henriques de Freitas, a firma Viúva Abudarham & Filhos. Tal como o seu sogro, também presidirá a Associação Comercial do Funchal (1919-1920) e após o 28 de maio de 1926, exercerá funções com Presidente da Junta Geral do Funchal, até ao seu falecimento em agosto de 1927.

¹² Arquivo Regional da Madeira, Imprensa Livre, 20 de fevereiro de 1869, 2.ª p/1.ª coluna

¹³ Jacob Abudarham foi Presidente da Associação Comercial do Funchal por quatro mandatos entre 1900 e a sua morte a 9 de setembro de 1903, e encontra-se sepultado no Cemitério Israelita do Funchal.

¹⁴ A **família Buzaglo** constituía uma das importantes famílias judaicas que se haviam estabelecido em Portugal, sendo o seu avô Shalom Buzaglo, um dos primeiros seis judeus que desembarcaram na Ilha de S. Miguel (1819), um dos fundadores da Sinagoga de Ponta Delgada (1836) e o seu casamento com Simhá Conquy, foi considerado o primeiro casamento de judeu em Portugal, desde o seu regresso oficial no século XIX. (Mucznic, et al., 2009:127)

A família Abudarham havia ainda de se unir com a família Buzaglo por mais duas vezes, em 1881, através do casamento de Fortunato Abudarham (filho de Joseph Abudarham) e Joana Adelaide Buzaglo (irmã de Simmy Buzaglo), numa cerimónia em casa dos Abudarham na Rua dos Ferreiros; e em 1911, através do casamento de Carlos Moisés Amzalak Buzaglo (irmão de Simmy Buzaglo), com Clara (neta de Joseph Abudarham), em Lisboa, na Sinagoga Shaaré Tikvá. (Abecassis, 1990:v.1, 464).

Simmy Buzaglo Abudarham faleceu no Funchal a 12 de janeiro de 1931 e encontra-se sepultada no Cemitério Israelita do Funchal.

¹⁵ O casamento civil celebrou-se na Administração do Concelho do Funchal, seguido pela cerimónia religiosa católica, na Igreja de S. Pedro (Funchal). Arquivo Regional da Madeira, ADC-FUN, Ano 1903, Livro 533, Folha 3, verso



Imagem 3- Jacob Abudarham - Photographia – Museu “Vicentes”

Do casamento de **Joanna Sultana Abudarham**¹⁶ e António Bettencourt da Câmara, nasceram duas filhas: Clara e Vera.¹⁷ A filha mais velha do casal, Clara nasceu a 11 julho de 1906 e foi baptizada na igreja de S. Pedro. E será através do seu casamento com António Manuel Lopes Vieira de Castro, que as famílias Abudarham e Adidas se vão encontrar, assunto que abordaremos no ponto seguinte.

Relativamente a **Salomão Abudarham**¹⁸, o segundo filho de Joseph e Clara Abudarham, tal como os seus irmãos Jacob e Meny, integrou-se na vida funchalense e nos negócios da família, viajando pelas capitais europeias onde detinham contactos comerciais importantes.

¹⁶ Joana Sultana Buzaglo Abudarham Bettencourt da Câmara faleceu a 8 de janeiro de 1976, com 95 anos, e foi a última pessoa a ser sepultada do Cemitério Israelita do Funchal.

¹⁷ Vera Abudarham Câmara nascida a 5 de novembro de 1909 foi baptizada na igreja de S. Pedro e casou com Alfredo Henriques de Araújo, eminente advogado, deputado e diretor do *Diário de Notícias*, da Madeira. Pertenceu à Cruz Vermelha Portuguesa, às Guias de Portugal e presidente do Movimento Nacional Feminino na Madeira. Faleceu em 1982 sem deixar descendência e foi sepultada no Cemitério das Angústias (S. Martinho). (Santos, 1993:123)

¹⁸ Salomão Abudarham encontra-se sepultado no Cemitério Israelita do Funchal.

Casou em 1874, com Esther Amzalak¹⁹, em Lisboa, e desse casamento nasceram no Funchal, Clara e Mary Annete (Merita). Ambas as filhas casaram em Lisboa, na Sinagoga Shaaré Tikvá, a primeira com Carlos Moysés Amzalak Buzaglo e a segunda com Max (Moses) Bensaude Abecassis.

Por último, **Isabella** a filha mais nova de Joseph e Clara Abudarham casou em 1888, no Funchal, com Francisco de Paula Sárrea Prado, numa cerimónia civil na casa dos Abudarham, na Rua dos Ferreiros. Francisco de Paula Sárrea Prado foi inspector de Fazenda e diretor da repartição de Fazenda do distrito do Funchal, e o seu casamento não passou despercebido ao Bispo do Funchal que lançou a excomunhão sobre si e sobre a sua descendência.

Excomungado...por casar!

O bispo do Funchal (ilha da Madeira), lançou excomunhão sobre o sr. Francisco de Paula Sarrea Prado, inspector de fazenda d'aquelle districto, que alli casou civilmente com uma dama da colonia israelita, a sra. D. Isabel Abbudaram.

A excommunhão estende-se a toda a descendência do novo casal, privando-os a todos dos soccoros espirituais na hora da morte e do enterramento em logar sagrados, e foi mandado ler três vezes à hora da missa conventual pelos parachos da freguesia da diocese.

O funcionario sobre quem recahiram os raios da mitre funchalense pertence a uma das mais fidalgas famílias de Portugal, cujos membros actuaes são em extremo dedicados ao sr. d. Miguel de Bragança.

A Republica, 25 de outubro de 1888

De acordo com a carta de D. Manuel Agostinho Barreto ao Núncio, um funcionário público, que professava a religião católica, não podia ser admito no casamento civil destinado só a portugueses não católicos. (Franco, 2011) Nos últimos anos do século XIX, o casal parte para Lisboa com a sua filha Maria Abudarham Prado.

- A firma Viúva Abudarham & Filhos

Em 1904, com a morte do patriarca da família Abudarham e dos seus filhos mais ligados ao negócio de família, e ainda da vontade de alguns dos herdeiros abandonar o Funchal, a firma Viúva Abudarham & Filhos e os respectivos negócios de vinho e aguardente acabam por ser vendidos como já referimos, a António Bettencourt da Câmara, à sua esposa Joana

¹⁹ Esther A. Amzalak nasceu em Lisboa, em 1845, filha de Leão e Mary Amzalak e tinha a nacionalidade francesa. Com a morte do seu marido Salomão e do seu cunhado Jacob, parte para Lisboa com as suas filhas, onde permanece até à sua morte a 2 de agosto de 1907. (Santos, 1993:125)

Abudarham Bettencourt da Câmara e a António Justino Henriques de Freitas pelo montante de 33.480\$00.²⁰



Imagem 4 – Rótulo de vinho Madeira da Viúva Abudarham & Filhos²¹

Em 1913, é criada a Madeira Wine Association, quando as duas companhias Welsh & Cunha e Henriques & Câmara²² juntam esforços para reduzir custos, mantendo a independência comercial. Em 1925, juntaram-se outras firmas vinícolas, nomeadamente as firmas Blandy e Leacock, e assim, como Rui Santos refere, “a velha sociedade da família Abudarham, passou a englobar a maior entidade local que se dedica ao comércio de vinhos”, criada com o “intuito de diminuir os encargos que oneram o negócio de vinhos da Madeira e aproveitar os benefícios que resultam de orientação comum”. (Santos, 1993:134)

- Os Adida

Outra das famílias judaicas com especial influência na Madeira, no final do século XIX e início do século XX, foi a família Adida.

²⁰ Arquivo Regional da Madeira, Notários, L.º 1408, fls. 66-72

²¹ Arquivo Regional da Madeira – “Rótulo de vinho Madeira da Viúva Abudarham & Filhos” (s.d), JST, Cx.1, cap.8-9

²² Henriques & Câmara tem por sócios António Bettencourt da Câmara (marido de Joanna Abudarham), António Justino Henriques de Freitas e Max Abecassis (marido de Mary Annete (Merita) Abudarham).

Por volta de 1873, **Abraham Adida** foi o primeiro da família a estabelecer-se no Funchal como mercador.²³ Começou por ser proprietário de uma tipografia e editor, mas rapidamente graças ao seu esforço pessoal e espírito de iniciativa nos negócios, conseguiu enriquecer. Casou em 1881, com Helena Leonor de Gouveia de Portugal da Silveira, viúva do Tenente Cristóvão Gil Curvo Semedo Portugal da Silveira²⁴.

Deste casamento nasceram quatro filhos, todos nascidos no Funchal²⁵: Alegria, David²⁶, Esther²⁷ e Menahem (Meny) Gouveia Adida²⁸.

No âmbito do presente estudo cabe-nos referir especificamente a filha, **Alegria Gouveia Adida**, uma vez que no seu ramo familiar encontramos vários casamentos com outras famílias judaicas, como os Buzaglo, Amzalak e os Abudarham, enquanto nos ramos dos seus irmãos, as marcas do judaísmo diluíram-se mais rapidamente, por via do casamento.

Em 1897, Alegria Gouveia Adida casa com Henrique Augusto Vieira de Castro, oriundo do Porto, mas que havia fixado residência no Funchal em 1893, como diretor da Agência do Banco de Portugal.²⁹ Este foi também sócio gerente da casa bancária “Reid, Castro & C.” e presidente da Associação Comercial do Funchal, um activo banqueiro, comerciante e industrial. Deste casamento nasceram três filhos: Carolina, António e Luiz Adida Vieira de Castro.³⁰

²³ Abraham Adida, filho de Meny e Alegria Adida, nasceu em Orão, Argélia francesa. (Abecassis, 1990:v.1, 38)

²⁴ Registo de Casamento de **Abraham Adida** e **Helena Leonor Gouveia de Portugal da Silveira** – Arquivo Regional da Madeira-ADC-FUN-1881- Livro 451, folha 0.v.º

²⁵ Registos de Nascimento:

Alegria Gouveia Adida - Arquivo Regional da Madeira -ADC-FUN-10-02-1882-Livro 43, folha 2 v.º;

David Gouveia Adida - Arquivo Regional da Madeira -ADC-FUN-12-11-1885-Livro 44, folha 3;

Esther Gouveia Adida - Arquivo Regional da Madeira -ADC-FUN-14-07-1887- Livro 44, folha 2;

Meny Gouveia Adida- Arquivo Regional da Madeira -ADC-FUN-18-11-1888- Livro 44, folha 4 v.º

²⁶ De **David Gouveia Adida** dispomos de pouca informação, para além de que casou com Alice Ester de Freitas da Silva, e faleceu no Funchal a 18 de março de 1958. Encontramos ainda os registos de passaporte de duas viagens, uma em 1905 e outra em 1921 para a Suíça.

Arquivo Regional da Madeira – Registo de Passaportes, 1905, caixa 129-A, n.º78

Arquivo Regional da Madeira – Registo de Passaportes, 1921, caixa 269, n.º 48

²⁷ No que diz respeito à importância dos casamentos para o prestígio da família Adida na praça madeirense, de referir o casamento da filha **Esther Adida de Gouveia**, com Pedro Augusto de Gouveia (1882-1967), uma figura iminente da sociedade madeirense da época, industrial e proprietário, da Fajã do Ovelha (concelho da Calheta), foi vice-presidente da Câmara Municipal da Calheta e Funchal, procurador à Junta Geral do Funchal, e presidente da Câmara Municipal do Funchal. Deste casamento nasceu Augusto Adida de Gouveia, conhecido médico na Madeira.

²⁸ Relativamente a **Meny Gouveia Adida**, pudemos consultar o seu processo de divórcio com Jenny Anna Ritter, com quem se havia casado em Dresden, a 1 de fevereiro de 1908 (Diário da Republica n.º128, artigo 36, serie I, de sexta-feira, 2 de junho de 1911). Arquivo Regional da Madeira - Processos Judiciais, 1911, Caixa 398, n.º 18

Segundo informação disponibilizada pelos seus netos, terá casado por mais duas vezes, com Melitina Veríssimo d’Ornelas, com quem teve três filhas: Yolanda, Zuleika e Melitina Ornelas Adida, e com Eugénia Barreto de Lara (1922), de quem teve duas filhas: Ondina e Maria Eugénia Adida. Terá ainda vivido no final da sua vida com Deolinda das Virtudes Ramos, falecendo a 15 de janeiro de 1972.

²⁹ Registo de Casamento de **Alegria Gouveia Adida** e **Henrique Augusto Vieira de Castro** – Arquivo Regional da Madeira -ADC-FUN, 1897, Livro 527, folha 1

³⁰ Registos de Nascimento:

Luiz Adida Vieira de Castro - Arquivo Regional da Madeira -ADC-FUN,10-05-1898, Livro 52, folha 2 v.º;

António Adida Vieira de Castro - Arquivo Regional da Madeira -ADC-FUN, 25-03-1899, Livro 52, folha 3 v.º.

A filha **Carolina Adida Vieira de Castro**³¹ casou a 6 de junho de 1918, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Monte, com o banqueiro Luís da Rocha Machado. Deste casamento nasceram duas filhas: Maria Josefina Rocha Machado e Helena do Carmo Rocha Machado. (Abecassis, 1990:v.1, 43)

O filho mais velho, **Luiz Adida Vieira de Castro** foi presidente da Junta de Crédito Público, deputado da nação, escritor e historiador. Casou a 12 de maio de 1924, em Lisboa com Lydia Amzalak Buzaglo (sobrinha de Simy Mathilde Buzaglo, prima de Joanna Abudarham da Câmara).³²

Por sua vez, **António Manuel Adida Vieira de Castro**, casou com Clara Abudarham Bettencourt da Câmara, filha de Joanna Sultana Buzaglo Abudarham e António Bettencourt da Câmara, como já referimos, será através deste casamento que as famílias Abudarham e Adidas se vão encontrar.³³

Tal como Rui Carita (2003: 11) afirma: “A afirmação senhorial e económica na Madeira durante o Antigo Regime sempre se procurou alicerçar por alianças matrimoniais, só a partir daí passando para uma tentativa de afirmação empresarial”, característica não só das grandes famílias terra-tenentes, mas que também se verificou nos comerciantes estrangeiros que se fixaram na Madeira, como são exemplo, José Abudarham e Abraham Adida.

A consolidação do tecido empresarial madeirense manteve-se numa pequena rede de interesses, e mesmo no caso dos Adida e Abudarham, a passagem dos negócios de família passou muitas vezes, não de pais para filhos, mas em vários casos de sogros para genros, numa autêntica teia familiar, independentemente das convicções religiosas.

Esta influência pode ser vista por exemplo, na quantidade de vezes que a família Abudarham teve elementos (filhos ou genros) que foram presidentes ou membros da direção da Associação Comercial do Funchal.

³¹ **Carolina Adida Vieira de Castro** distinguiu-se na sociedade madeirense pelo seu envolvimento em várias obras de beneficência, de cariz social e humanitário, nomeadamente, fundou o “Grupo de Voluntariado” da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa na Madeira e foi presidente da “Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa”. Em 1929 foi uma das fundadoras do movimento das Guias de Portugal, em 1933 foi eleita Chefe Regional para a Madeira e Açores. Pela sua intensa atividade foi condecorada por várias ocasiões, nomeadamente, com a Cruz de Agradecimento de 1ª classe (ouro) do Corpo Nacional de Escutas (1938); Medalha de Mérito da Cruz Vermelha Portuguesa (1962); Medalha de Autonomia, pelo Governo Regional da Madeira (1983). Faleceu no Funchal a 18 de março de 1986.

³² Deste casamento nasceram duas filhas: Maria Teresa e Maria Eugénia, que casou com Fernando Maria Pinto Leite (5.º visconde dos Olivais).

³³ Deste casamento nasceram: José Luiz (2 de novembro de 1925) e Isabel da Câmara Vieira de Castro (18 de outubro de 1927), cujos descendentes podemos encontrar atualmente na Madeira.

3. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

3.1. Contexto internacional

Segundo a obra *História do Século XX* de Martin Gilbert (2009: 8), a Primeira Guerra Mundial: “foi feita predominantemente pelos impérios ocidentais, cada um dos quais tinham assegurado durante a segunda metade do século XIX o domínio comercial e a soberania territorial de grande parte do globo”, pelo que entre as causas da guerra podemos incluir as políticas imperialistas estrangeiras das grandes potências da Europa, como o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano, o Império Russo, o Império Britânico, a Terceira República Francesa e a Itália.

As rivalidades entre as grandes nações industrializadas e militarizadas acabaram por pôr os seus povos uns contra os outros, levando a 51 meses de guerra, que se saldou em mais de 65 milhões de homens mobilizados, 8,5 milhões de mortos, 20 milhões de feridos e tantos outros milhares e milhares de prisioneiros e desaparecidos.

Esta guerra demonstrou quanto era frágil a ordem internacional, baseada no equilíbrio de poderes e na rede de alianças tecida por uma complexa e intrincada matriz de relações entre as nações. (Afonso, 2007)

Em 28 de junho de 1914, o arquiduque Francisco Fernando da Áustria, herdeiro do trono da Áustria-Hungria, foi morto em Sarajevo por um estudante bósnio. Este evento é considerado como o gatilho imediato da guerra, dado o desencadeamento dos factos que lhe seguiram, o ultimato Habsburgo contra o Reino da Sérvia e a posterior declaração de guerra da Áustria à Sérvia. A partir daqui diversas alianças formadas ao longo das décadas anteriores foram invocadas, pelo que em algumas semanas, as grandes potências estavam em guerra: tropas alemãs invadem a Bélgica, a Inglaterra considera-se em guerra com a Alemanha (4 de agosto 1914), a Áustria-Hungria declara guerra à Rússia (5 de agosto 1914).

As operações espalharam-se assim rapidamente por praticamente toda a Europa e para fora dela, envolvendo países com ligações às potências europeias ou com interesses na sua participação ao lado de um dos beligerantes principais.

Portugal não possuía condições para entrar no conflito, apresentava lacunas evidentes em termos de armamento, equipamento ou organização, constringido pela aliança luso-britânica e acaba por intervir na guerra impelido não pelo espírito de conquista, mas em grande parte pela necessidade de conservação e manutenção das colónias africanas.

- Declaração Balfour

Nesta ótica de interesses e de alianças no contexto da Primeira Guerra Mundial podemos aludir a um acontecimento importante para a concretização dos objectivos do movimento sionista, quando a Inglaterra para assegurar o controlo estratégico sobre a Palestina, até então sob domínio turco-otomano, procurou ganhar o apoio do movimento sionista para a causa Aliada, através da Declaração Balfour.

A 2 de novembro de 1917, ainda antes do exército britânico ter ocupado a Palestina, é tornado público uma carta de Arthur James Balfour, endereçada ao Barão Rothschild, dando conta do compromisso do governo britânico que encarava favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu, disponibilizando-se a empregar todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo. Ressalvando que nada seria feito contra os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina.

A Palestina era vista como ponto estratégico de máxima importância, enquanto corredor entre a Anatólia e o Egito e via de acesso para Iraque e Irão pelo que o seu controle garantiria uma proteção mais eficaz do Canal de Suez, atacado pelos turcos em 1914.

Os árabes sentiram a Declaração Balfour como uma traição inglesa, uma vez que lhes tinham sido feitas promessas análogas de cedência de um vasto reino independente, após o fim da Primeira Guerra Mundial, em troca de apoio aos esforços de guerra britânicos contra o Império Otomano. No entanto, a Inglaterra já no acordo secreto de Sykes-Picot de 16 de maio de 1916, no âmbito da partilha do Império Otomano, cedia à França um enorme parte dessa zona prometida, contrariando as promessas feitas através de T. E. Lawrence aos árabes, no sentido de criar-se uma nação em território sírio.

As ondas migratórias “para Sião” (*aliyot*) sucediam-se desde 1882, estima-se que em 1914 estariam já na Palestina 100.000 judeus. O fim da Primeira Guerra Mundial marca o início de uma nova onda migratória, composta pelos “sobreviventes dos massacres perpetrados pelos exércitos dos russos brancos e pelas hordas de ucranianos anti-semitas”.

Estavam assim lançadas as sementes de discórdia que caracterizariam o Mandato Britânico para a Palestina (1923-1948), aprovado pela Sociedade das Nações, que confiava à Inglaterra a administração daquela região e das expectativas de judeus e árabes.

- Nos dois lados da barricada

A intervenção dos judeus na Primeira Guerra Mundial pode ser ainda vista sob uma perspectiva militar, enquanto soldados do exército alemão ou pelos aliados.

Como refere o professor Derek J. Penslar (2013), na sua obra *Jews and Military: A History*, o serviço militar permite ao judeu enquanto parte integrante da sociedade de um país, a possibilidade de provar que merece ter os mesmos direitos que os resto dos seus concidadãos. E apesar das dificuldades religiosas relativamente ao cumprimento do Sabbath ou da dieta alimentar rigorosa, isso não os impediu de se alistarem.

O professor Tim Grady (2011), na sua obra *The German- Jewish soldiers of the First World War in History and Memory*, dá conta que aproximadamente 100.000 judeus alemães vestiram o uniforme do exército alemão e 12.000 soldados morreram em combate.

No entanto, a memória pública desta participação no conflito foi abafada, com o declínio da República de Weimar e a subida ao poder do Partido Nacional Socialista, chegaram mesmo a retirar ou a recusar o nome de soldados dos memoriais em homenagem aos soldados mortos na Primeira Guerra Mundial.



Imagem 5 - Cartaz pelos 12 mil soldados judeus que lutaram e morreram pela Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial.³⁴

³⁴ Tradução: “12 mil soldados judeus morreram pela pátria, nos campos da honra. Heróis cristãos e judeus lutaram lado a lado e repousam juntos em solo estrangeiro. 12 mil judeus pereceram em batalha! O ódio cego do partido enfurecido não se detém

A memória desta intervenção foi também votada ao esquecimento, tendo em conta que grande parte dos judeus alemães veteranos da Primeira Guerra Mundial acabou por sucumbir durante o Holocausto.

No que concerne à intervenção militar dos judeus no bloco dos aliados, para além dos judeus integrados nos exércitos dos seus países, destaca-se a criação da Legião Judaica, depois de Vladimir Jabotinsky e Joseph Trumpeldor terem convencido o governo britânico a deixar judeus voluntários participarem na libertação da Palestina do Império Otomano.



Imagem 6 – Poster de recrutamento em inglês e em yiddish, produzido em Montreal durante a Primeira Guerra Mundial³⁵

diante dos túmulos dos mortos. Mulheres alemãs, não permitam que a dor das mães judias seja desdenhada! Associação Nacional de Veteranos de Guerra Judeus.”

Fonte: Site oficial do Museu Anne Frank Amsterdão. Disponível em www.annefrank.org/en/subsites/timeline/inter-war-period-1918-1939/a-family-business/1918/a-poster-commemorating-the-12000-jewish-soldiers-who-fought-for-germany-and-died-during-world-war-one/#!/en/subsites/timeline/inter-war-period-1918-1939/a-family-business/1918/a-poster-commemorating-the-12000-jewish-soldiers-who-fought-for-germany-and-died-during-world-war-one Data de acesso 13 de setembro de 2014

³⁵ Na parte superior do poster os retratos dos membros judeus do parlamento britânico - Rt. Hon. Herbert Samuel, Viscount Reading e Rt. Hon. Edwin S. Montagu.

Fonte: Library of Congress - United States of America. Disponível em www.loc.gov/pictures/item/2005696922. Data do acesso 13 de setembro de 2014

A Legião Judaica era constituída por 3 batalhões formados por voluntários da Inglaterra (38.º Batalhão), dos Estados Unidos e Canadá (39.º Batalhão) e da Palestina (40.º Batalhão), para além de voluntários de outros países que integravam os batalhões mencionados.

3.2.Contexto nacional

A decisão da entrada de Portugal na Grande Guerra não foi consensual, o panorama nacional dividia-se entre guerristas e anti-guerristas, uns pela neutralidade, outros pelo patriotismo, mesmo dentro das fações republicana e monárquica.

A posição de Portugal perante a guerra, nem neutral, nem beligerante, manter-se-ia até 9 de março de 1916, quando após o aprisionamento dos navios alemães nos portos portugueses, a Alemanha declara guerra a Portugal, formalizando um conflito que já há algum tempo portugueses e alemães vinham travando no sul de Angola e norte de Moçambique.

No teatro de operações europeu, o esforço militar português centrou-se na frente ocidental, num troço de trincheiras na Flandres francesa, entre Armantière e Béthune, onde as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português chegaram em janeiro de 1917 e começaram a entrar nas linhas em abril do mesmo ano.

A guerra das trincheiras foi dura não só pelas batalhas travadas, mas pelas condições difíceis de vida nesses troços insalubres, segundo o Coronel da Força Aérea, Luís Alves de Fraga, no caso do setor português de “plano e alagadiço, incapaz de suportar escavações profundas (...) não permitiam a construção de abrigos que possibilitassem algum mínimo repouso nos intervalos do serviço de vigilância”. (Fraga, 2003)

O rude golpe sobre as tropas portuguesas deu-se a 9 de abril de 1918, a Batalha de La Lys, uma ofensiva alemã sobre as linhas aliadas, inserida na sua estratégia de rutura da frente em setores estreitos, com grande superioridade de meios, que depois de um ataque cerrado de artilharia -1.500 bocas de fogo sobre uma frente de cerca de 15 km ditou o fim do setor português. O que restou do Corpo Expedicionário Português ficou subordinado ao Comando Britânico, passando os soldados da infantaria portuguesa a ser utilizados como meros trabalhadores de enxada e picareta.

A Primeira Guerra Mundial teve sobre Portugal reflexos que excederam largamente o campo militar aqui referido. O seu impacto fez-se sentir extremamente ao nível político, económico, financeiro e social.

- Os Cripto-judeus portugueses

Em 1915, chega a Portugal o engenheiro de minas Samuel Schwarz, filho de Isucher Moisés Shwartz e Sara Glucksmann, nascido em 12 de janeiro de 1880, em Zgierz (Polónia). Aqui se estabeleceu, adoptando a nacionalidade portuguesa em 1939 e os seus estudos tornaram-se de referência na área das questões judaicas. (Martins, 2010)

Em 1917, de visita à Beira Baixa e Trás-os-Montes estabeleceu o seu primeiro contacto com o fenómeno cripto-judeu de Belmonte. Como resultado desse contacto com as populações marranas de Belmonte e da Covilhã, publicou em 1925 o livro *Os cristãos novos em Portugal no século XX*.

O marranismo português caracteriza-se pela preservação de uma dupla identidade por parte dos cristãos-novos baptizados à força, resistindo a três séculos de perseguições.

Na sequência da publicação desta obra, Adolfo Benarus enquanto líder da Comunidade Israelita de Lisboa procurou divulgar a existência de cripto-judeus em Portugal, junto das comunidades e organismos judaicos, com vista a angariar fundos para integrar os marranos portugueses no judaísmo oficial.

Em 1926, a *Anglo Jewish Association*, a *Alliance Israelite Universelle* e a *Spanish and Portugueses Jew's Congregation of London* enviaram um observador para analisar esta realidade e observar as práticas cripto-judaicas, o que resultou no relatório de Lucien Wolf intitulado *Report of the "Marranos" or Crypro-Jew of Portugal* que sugeria a criação de uma missão no Porto que facilitasse e impulsionasse o regresso dos cripto-judeus ao judaísmo.

Surge-nos a figura de Artur Barros Basto e o seu empenho notável na “Obra de Resgate”, com o objectivo de trazer voluntariamente ao judaísmo os cripto-judeus das Beiras e Trás-os-Montes. Artur Carlos de Barros Basto nasceu a 18 de dezembro de 1887 em Amarante, militar de carreira, condecorado por bravura pela sua participação na I Guerra Mundial, onde comandou um batalhão do Corpo Expedicionário Português na Flandres.

Depois de se converter à religião dos seus antepassados em 1920, tomou o nome hebraico de Abraão Israel Ben-Rosh e deu início a uma revitalização da comunidade israelita, deixou as bases da sinagoga do Porto - *Mekor Haim* (Fonte da Vida) - e um instituto teológico e daí partiu para o estabelecimento de novas comunidades por todo o norte de Portugal.

Foi afastado do Exército em 1937, quando o Conselho Superior de Disciplina do Exército decidiu pela "separação do serviço" do capitão Artur Carlos Barros Basto por considerar que não possuía "capacidade moral para prestígio da sua função e decoro da sua farda".

Em causa estava a realização de operações de circuncisão a alunos do Instituto Teológico Israelitas do Porto, que havia fundado, e a saudação com um beijo dos mesmos alunos, à maneira dos judeus sefarditas de Marrocos.

Divergências entre Barros Basto e os dirigentes do *Portuguese Marranos Comitee* de Londres e Amesterdão e os líderes da Comunidade Israelita de Lisboa ditaram o seu afastamento da direção da “Obra de Resgate” e o declínio do “judaísmo de Bragança e Covilhã, que havia sobrevivido a três séculos de Inquisição”. (Wilke, 1962:193)

3.3. Contexto regional: o caso da Madeira

3.3.1. Súbditos alemães residentes na ilha da Madeira

Por solicitação de Inglaterra, a 24 de fevereiro de 1916 o governo português mandou apreender todos os navios ancorados em portos nacionais.³⁶

No porto do Funchal encontravam-se ancorados os vapores alemães *Colmar*, *Petropolis*, *Guahyba* e *Hochfeld*, que foram apreendidos no dia 2 de Março de 1916, pelo Capitão do Porto Sales Henriques, e pelo Comandante da Guarda Fiscal, o Tenente Leovegildo Rodrigues.

A tripulação dos navios foi transferida para o Lazareto, não sem antes inutilizar várias peças dos maquinismos para que os navios não pudessem navegar, e dali foram transferidos para o depósito de concentrados na ilha Terceira. Estes navios após algumas reparações seguiram para Portugal Continental, com os novos nomes: *Madeira*, *Porto Santo*, *Machico* e *Desertas*.

Mesmo antes da entrada de Portugal na Grande Guerra, os comerciantes e consulados ingleses organizavam-se em apoio aos aliados, criando as maiores dificuldades possíveis aos comerciantes e interesses alemães. Na praça do Funchal, onde persistia o confronto de interesses entre britânicos e alemães, ainda bastante acesso devido à questão dos sanatórios,

³⁶ **Decreto n.º2:350, de 20 de abril de 1916:** “Cap. IV – Regime dos navios inimigos e respetiva carga – art. 20.º - Todos os navios de comércio alemães, surtos em águas portuguesas à data da declaração de guerra, que pela sua construção, armamento, ou disposição e arranjo interno, indicarem que são susceptíveis de ser transformados em navios de guerra, serão capturados e entregues ao Tribunal das Presas para que ele se resolva sobre o seu destino definitivo.”

vários comerciantes e casas comerciais foram acusadas de contacto com os alemães, colocando-as na chamada *The Black List* e na *Statutory List* (lista de classe B).

A declaração de guerra da Alemanha a Portugal

Aviso aos súbditos alemães

Por edital do Sr. Comissário de polícia são avisados todos os súbditos alemães residentes nesta ilha, a comparecerem no comissariado no prazo de 24 horas, contadas desde as 4 horas da tarde de ontem, sob pena de prisão.

Declaração de guerra

Sua Ex.^a o Sr. governador civil recebeu ontem um telegrama da declaração de guerra da Alemanha a Portugal.

Diário de Notícias, da Madeira, de 11 de março de 1916

O decreto n.º 2:350, de 20 de abril de 1916, pressupôs não só restrições ao direito de residência, em Portugal Continental mas também em todo o território português fora do continente da República, proibiu todo o comércio direto ou por interposta pessoa com os nacionais do estado inimigo, e previu o arrolamento e apreensão de todos os bens mobiliários e imobiliários pertencentes aos súbditos inimigos.

Para superintender a administração dos bens arrolados, foi criado pelo decreto n.º 2:366 de 4 de maio de 1916, a “Interdência dos bens dos inimigos”.

O Arquivo Regional da Madeira tem no seu espólio um conjunto de processos de autos cíveis de arrolamento, interpostos pelo Ministério Público aos súbditos dos estados inimigos, entre os quais vários comerciantes alemães ligados às casas de bordados.³⁷

Para além destas medidas restritivas a nível comercial e dos bens, mobiliários e imobiliários, dos súbditos dos estados inimigos, o art. 2.º, do capítulo I, do decreto n.º: 350, de 20 de abril de 1916 estabeleceu o confinamento dos súbditos alemães em locais designados pelo governo.

No caso da Madeira, os súbditos alemães residentes na ilha, e as tripulações dos navios apreendidos no porto do Funchal foram encaminhadas para o depósito de concentrados alemães no castelo de S. João Batista, em Angra do Heroísmo.³⁸

³⁷ **Anexo 1:** Lista de autos cíveis de arrolamento de súbditos alemães na ilha da Madeira.

³⁸ A lista de passageiros enviados para o depósito de concentrados alemães da Ilha Terceira está disponível em: Corsépius, Yolanda (2010), *O Depósito de Concentrados Alemães no Castelo de S. João Batista, Angra do Heroísmo (1916-1918- I Grande Guerra)*. Boletim do Instituto histórico da ilha Terceira, LXVII e LXVIII:225 a 251.

A partida os alemães para os Açores

Finalmente seguem no transporte Pedro Nunes, para o campo de concentração em Angra de Heroísmo todos os alemães que se achavam na cidade, com exceção de três, por impossibilidade física atestada por médicos, e dos srs. Gesche e Janson, antigos representantes da Alemanha e Áustria, nesta ilha, bem como de dois alemães que recolheram à cadeia de S. Lázaro.

No transporte Pedro Nunes seguem também 190 alemães, procedentes de S. Vicente de Cabo Verde, que vão ser concentrados em Angra de Heroísmo.

Cerca das 7 horas, os alemães que estavam recolhidos no Lazareto de Gonçalo Aires, foram transportados em lanchas a vapor para bordo do Pedro Nunes. A aproximação da primeira lancha os alemães que estavam a bordo do transporte acolheram os recém-chegados com ruidosas saudações. Os alemães residentes embarcaram no cais da Pontinha.

Diário de Notícias, da Madeira, de 3 de agosto de 1916

3.3.2. Bombardeamento do Funchal por submarinos alemães

Durante a Primeira Guerra Mundial, a cidade do Funchal foi bombardeada por duas vezes, por submarinos alemães, com vista a surpreender e neutralizar o tráfego marítimo localizado na área e sabotar as comunicações atlânticas do cabo submarino.

O primeiro bombardeamento ocorreu no dia 3 de dezembro de 1916 pelo submarino alemão U38, comandado pelo capitão-tenente Max Valentiner, que torpedeou a pequena distância da terra a canhoneira *La Surprise* da marinha de guerra francesa, o *Kanguroo*, vapor da mesma nacionalidade, e o *Dacia* vapor mercante inglês, ao serviço do governo francês. (Silva, 1984)

Pelas 8h30 da manhã, a canhoneira *La Surprise* foi o primeiro navio a ser alvejado, submergindo em apenas 2 minutos, levando consigo a barça tripulada por trabalhadores madeirenses da casa britânica Blandy, que lhe estava a fornecer carvão, resultando em 33 mortes.

A tripulação dos outros navios conseguiu a nado ou de barco chegar a terra. O comandante do *Kanguroo* conseguiu disparar 25 tiros de peça sobre o submarino, a bateria da Quinta Vigia disparou 34 tiros e a Fortaleza de Santiago 18, mas nenhum dos tiros atingiu o submarino, que conseguiu escapar, colocando-se fora do alcance da artilharia mas não antes de lançar 50 granadas sobre a cidade (apenas a registar prejuízos materiais).

Ainda hoje podemos encontrar no cemitério de São Martinho, um monumento do escultor Francisco Franco de Sousa em homenagem aos mortos neste bombardeamento, mandado erguer graças à subscrição pública promovida pelo banqueiro Henrique Vieira de Castro.

O segundo bombardeamento deu-se a 12 de dezembro de 1917, pelas 6h30 da manhã e durou cerca de 30 minutos. Tendo o submarino sido detectado por um barco de pesca, este avisou a tripulação dos dois pequenos vapores de uma pequena peça, o *Dekade I* e o *Mariano Carvalho*, tripulados por marinheiros da marinha de guerra que foram ao encontro do submarino para lhe oferecer combate. Os vapores não sofreram nada, mas na cidade registaram-se vários prejuízos, saldando-se em 5 mortos e cerca de 30 feridos.

A população fugiu para as zonas mais altas e o medo instalou-se. A iluminação pública foi proibida, e só voltou a ser restabelecida quando chegaram à Madeira as primeiras notícias do fim da guerra, a 11 de novembro de 1918.

A 1 de novembro de 1927 foi inaugurado um monumento à Nossa Senhora da Paz, no Terreiro da Luta, fruto da promessa do padre José Marques Jardim, no seguimento dos bombardeamentos, financiado por contribuições madeirenses, continentais e estrangeiras, bem como, por duas jóias da Imperatriz Zita aquando do seu exílio no Funchal. O terço em volta do monumento foi feito de calhaus, enfiados em correntes das âncoras dos três vapores torpedeados - *La Surprise*, *Kanguroo* e *Dacia*.

Os submarinos inimigos percorreram com frequência as águas do arquipélago da Madeira, registando-se vários afundamentos de embarcações da praça do Funchal, ou ao serviço da mesma, dificultando consideravelmente o abastecimento da ilha em termos de matérias primas e bens de consumo, agravando as condições de vida dos madeirenses ensombrados pela ameaça da fome.

Foram também várias as tripulações de navios estrangeiros abatidos por submarinos alemães que vieram procurar a salvação nas costas marítimas da Madeira, tal como o vapor *Etna* torpedado a 150 milhas da ilha do Porto Santo, tendo os 44 tripulantes conseguido chegar a salvo à ilha.

A 15 de outubro de 1918 deu-se o confronto militar mais célebre deste conflito nos mares da Madeira, envolvendo o vapor *San Miguel*, comboiado pelo caça-minas *Augusto de Castilho*, que apesar da desigualdade das forças e do armamento, bateu-se com o submarino alemão permitindo a fuga do vapor, mas saldando-se na morte do 1.º Tenente José Botelho de Carvalho Araújo e dos seus subordinados.

3.3.3. O impacto da Primeira Guerra Mundial na vida dos judeus na Madeira

O impacto da Primeira Guerra Mundial na vida dos habitantes da ilha da Madeira foi acentuado, pelo que as consequências do conflito não deixariam também de afetar tanto a nível económico, como social, os judeus que aí viviam.

As dificuldades no transporte de mercadorias devido à insegurança dos mares penalizaram gravemente a Madeira dependente do abastecimento externo, ditando a redução do turismo, do comércio, da exportação de bordados e do vinho da Madeira, com consequências graves a nível da própria subsistência da população, face ao risco iminente de fome.³⁹

Neste período destacamos três figuras de origem judaica, ambas ligadas à ilha da Madeira que se distinguiram por diferentes motivos e em áreas distintas: Willy Schnitzer, Jaime e Mark Anahory Athias.

Willy Schnitzer era natural de Tuchal, nascido a 31 de agosto de 1869, filho de Gotischalk Schnitzer e de Rose Heyman de Schnitzer. (Santos, 1992)

Deslocou-se à Madeira nos finais do século XIX, enquanto representante da firma alemã Kretschmar, ligada à indústria do bordado. Os motivos profissionais e os problemas de saúde ao nível pulmonar acabaram por ditar a sua permanência na ilha, onde casou⁴⁰ com Pauline Levy, uma francesa natural de Bordéus, filha de Joseph Levy e de Rose Jacob. Tiveram dois filhos nascidos no Funchal, Gilbert e Lisbeth, cujo percurso acompanharemos no próximo capítulo, face ao grande impacto que a Segunda Guerra Mundial teve nas suas vidas.

No princípio do século XX, a indústria do bordado madeira encontrava-se sobretudo concentrado na posse de seis casas alemãs: William Marum, Georg Wartenberg, Otto von Streit, Dutting & Gaa, Wolffanstein & Horwitz e a R. Kretschmar, que Schnitzer dirigia.⁴¹

Em 1913 e 1914, estando integrado completamente na vida comercial madeirense fez parte da direção da Associação Comercial do Funchal.

³⁹ Em 1915, “em consequência do conflito mundial, o porto do funchal regista apenas 646 escalas, enquanto nos anos anteriores, entraram 1.369 (1913) e 1.021 embarcações (1914).” (Carita, 2013:194)

⁴⁰ Registo de casamento de **Willy Schnitzer** e **Pauline Levy**: Arquivo Regional da Madeira, Registos de Casamento, ADC-FUN, Ano 1900, Livro 530, Folha 4 v.º

⁴¹ A presença alemã na área do comércio de bordados da Madeira teve várias consequências, não só ao nível da própria execução das peças, como também da melhoria das condições de trabalho das bordadeiras. (Wilhelm, 1990)

“O Senhor Emil Gesche e os seus colegas Willy Schnitzer e Georg Wartenberg tiveram a iniciativa de criar para as casas de bordados alemãs existentes no tempo - uma Caixa de Socorros para o pessoal de bordados através da qual todo este tinha assistência médica e medicamentos gratuitos. O médico desta "Caixa" era o falecido Dr. Carvalho, e para mantê-la, as firmas contribuíam com 50 reis semanais por cada empregado ou operário ao serviço, sem nenhum encargo para estes.” *Diário de Notícias*, da Madeira, de 20 de maio de 1960

Após o nascimento da filha Lisbeth em 1914, e com apenas 8 semanas de vida viajaram para a capital alemã para apresentarem ao seu irmão que se encontrava a estudar no liceu de Leibniz. No entanto, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial ficaram ai retidos até ao final do conflito, apenas regressando à Madeira a 26 de novembro de 1920, no primeiro barco com passageiros que deixou a Alemanha rumo à Madeira após o conflito. (Wilhelm, 1990)

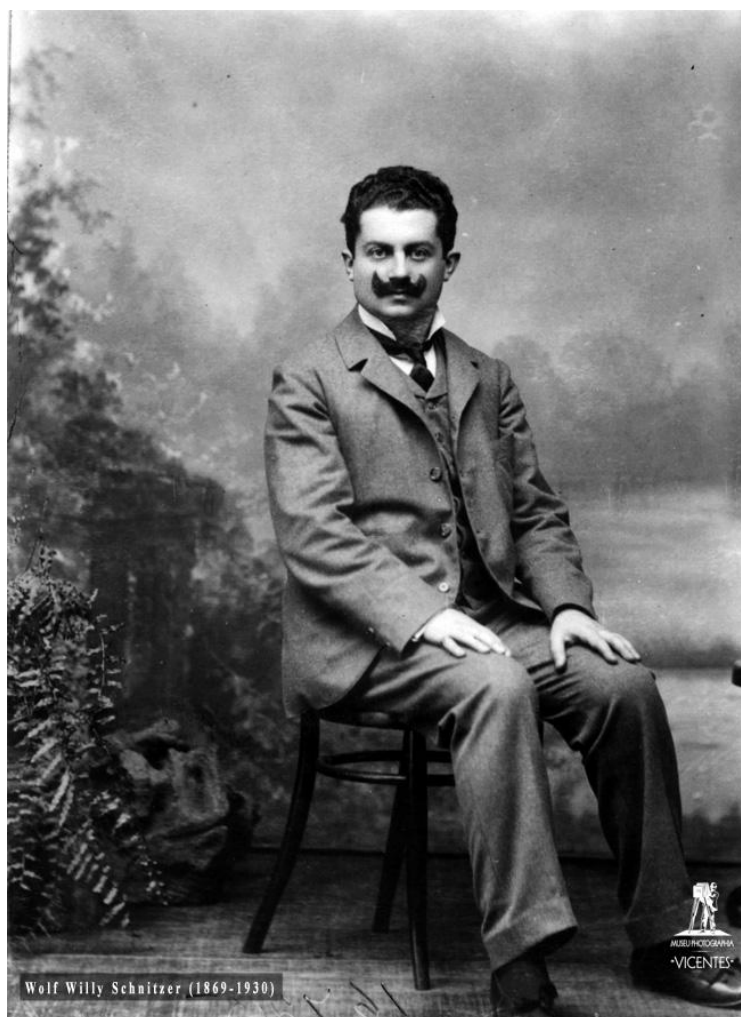


Imagem 7 - Willy Schnitzer - Photographia – Museu “Vicentes”

Terminada a Primeira Guerra Mundial, as casas de bordado alemãs tinham passado em grande parte para a posse de empresas americanas, dirigidas por sírios, uma vez que os súbditos alemães durante esse período tinham visto os seus bens arrolados e muitos deles deslocados para a ilha Terceira.

A casa de bordados em que Willy Schnitzer trabalhou de 1900 a 1914 deixara de existir, pelo que em 1921 fundou com Emil Gesche⁴², um dos seus antigos concorrentes, a firma Gesche & Schnitzer de importação e exportação em diversos ramos e artigos, onde trabalhou até à sua morte a 6 de setembro de 1930, foi sepultado no cemitério israelita do Funchal⁴³, onde também se encontram sepultados a sua esposa Pauline e o seu filho Gilbert.

Jaime Anahory Athias e **Mark Anahory Athias** não se encontravam na Madeira por altura da Primeira Guerra Mundial, mas estes irmãos nascidos no Funchal oriundos de uma família judaica destacaram-se a nível nacional, um pelas funções militares e políticas que exerceu, outro enquanto médico e investigador na área das ciências biomédicas, pioneiro da histologia e da bioquímica em Portugal

Das famílias judaicas que chegaram à Madeira a partir da segunda metade do século XIX, destacaram-se não só a família Abudaraham e Adida, mas também os Athias, que acabaram por partir para o continente português, onde o médico Mark Athias e o seu irmão, comandante Jaime Anahory Athias ganharam notoriedade.

Abraham Athias nascido em Gibraltar, filho de Mark Athias e de Mary Athias⁴⁴, foi levado ao Funchal por razões profissionais, onde exerceu funções como guarda-livros da Agência do Banco de Portugal e chegou a ser professor de Cálculo e Escrituração Comercial. Casou em Lisboa, a 3 de março de 1875, com Deborah Anahory, e tiveram quatro filhos, todos nascidos no Funchal: Mark, Moses, Jaime e Regina.⁴⁵

⁴² **Emil Gesche** – Nascido em Lads-berg-do-Warta a 16 de julho de 1876. Fixou residência na Madeira em setembro de 1898, entrando ao serviço da Casa de Bordados Wilhelm Marum. Em 1910, foi nomeado cônsul do Império Alemão. Casou em 1914, com Dorothea Sattler, filha mais nova do antigo cônsul alemão na Madeira, dr. Georg Friedrich Sattler. Em 1916, deixou o Funchal depois de Portugal ter entrado na Guerra, seguindo para Espanha onde exerceu as funções de Cônsul em Algeciras. Tal como Schnitzer, terminada a Guerra regressa ao Funchal em 1920, com quem funda a firma Gesche & Schnitzer. O Consulado da Alemanha no Funchal encerrou em 1945. E apenas em maio de 1957, Emil Gesche volta a ser nomeado Cônsul da República Federal da Alemanha, exercendo o cargo até ao seu falecimento na cidade do Funchal em 1 de junho de 1966.

⁴³ Obituário de Willy Schnitzer publicado no *Diário de Notícias*, da Madeira a 6 de setembro de 1930:

“À última hora chega-nos a notícia da morte, por virtude dos seus padecimentos cardíacos, do sr. Willy Schnitzer, sócio conceituado da firma Gesche & Schnitzer Lda. E um dos mais considerados membros da colónia alemã na Madeira.

O finado pelas suas qualidades de educação e de carácter era muito estimado nesta cidade, razão por que a sua morte deve ser muito sentida no Funchal.

O funeral realiza-se hoje, às 6h da tarde, no Cemitério Israelita em S.Gonçalo.”

⁴⁴ Mary Athias faleceu a 20 de janeiro de 1892, com 87 anos, o seu funeral saiu da Rua da Carreira (Igrejinha) onde residia e foi sepultada no Cemitério Israelita do Funchal.

⁴⁵ O segundo filho do casal Moses Anahory Athias nasceu a 3 de outubro de 1880 e a filha mais nova do casal, Regina Judith Anahory Athias em 1891.



Imagem 8 – Família Athias (1887) - Photographia – Museu “Vicentes”

O terceiro filho do casal **Jaime Anahory Athias** nasceu a 3 de fevereiro de 1882, entrou na Escola Naval onde fez carreira militar e para desempenhar funções públicas teve de ser converter ao catolicismo.⁴⁶

Foi chefe de gabinete do Ministro da Marinha no tempo de Sidónio Pais, e em 1919 começou a exercer o cargo de secretário-geral da Presidência da República, como António de Oliveira Salazar o caracterizou: “arauto sempre amável da Presidência”.

Exerceu estas funções até ao seu falecimento em 1951, passando incólume por seis Chefes de Estado. Foi agraciado por várias ordens nacionais e estrangeiras, como a Grã-Cruz da Ordem de Cristo (1935), foi Comendador da Ordem de Santiago da Espada (1929) e Comendador da Ordem de Avis (1919).

O filho mais velho **Mark Anahory Athias** nasceu a 11 de dezembro de 1875, foi muito jovem estudar para França, onde se licenciou em Medicina na Faculdade de Medicina de Paris (1897), no rescaldo do *Affaire Dreyfus* não conseguiu nessa cidade colocação, pelo que regressou ao Funchal onde não permaneceu por muito tempo, indo fixar-se em Lisboa.

⁴⁶**Anexo 2:** Assento de nascimento de Jaime Anahory Athias. Arquivo Regional da Madeira – Administração do Concelho do Funchal – ACFUN, Livro 349, Folha 1, 3 e 3 verso

Na sua atividade de investigação passou por diferentes instituições: o Hospital de Rilhafoles, o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, o Instituto Pasteur de Lisboa, a Escola Médico-Cirúrgica, o Instituto de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, o Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral, e, o Instituto Português de Oncologia. Foi presidente da Junta de Educação Nacional e recebeu a Comenda da Ordem de S. Tiago da Espada.

Faleceu em 1949 deixando uma vasta obra, que inclui biografias científicas; textos didáticos; artigos de divulgação, relatórios de viagens ao estrangeiro ou das instituições em que trabalhou ou dirigiu e, artigos científicos.⁴⁷

4. O impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos judeus em Portugal

4.1. O Estado Novo e a questão judaica

4.1.1. O Estado Novo e o nacional-socialismo

O Estado Novo enquanto regime nacionalista exaltava o retorno de Portugal à sua grandeza histórica de vasto império, considerado antiliberal, antidemocrático, anticomunista porque repudiava a luta de classes em nome do “Interesse Nacional” e ainda, autoritário pois a defesa da Pátria teria de ser feita através de um Estado forte, que não se inibe de usar a força, contra os “inimigos da Nação”.

Este regime assumiu características e instituições que existiam noutros regimes ditatoriais europeus, que partilhavam os mesmos ideais, de oposição à democracia, ao liberalismo, ao parlamentarismo e ao comunismo, em defesa de um Estado forte, policial e militarizado, ainda que em detrimento das liberdades individuais.

Ainda que com evidentes similitudes com os restantes regimes fascistas europeus, nomeadamente com o nacional-socialismo alemão, o regime português ainda que compartilhando o comunismo como inimigo comum, não se revia porém no antissemitismo nazi, quer a nível político, quer a nível da ideologia.

⁴⁷ A lista completa das obras do dr. Mark Athias encontra-se disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p41.html#anchor4> Data de acesso 13 de setembro 2014

A população portuguesa em geral, à excepção de alguns integralistas⁴⁸ e admiradores do nazismo, na sua maioria não manifestava sentimentos anti-semitas, e nem compreendia por que é que um judeu alemão deixava de ser alemão por ser judeu.

O antissemitismo em Portugal teve a sua expressão sobretudo ao nível da escrita, sendo de destacar algumas obras⁴⁹ e artigos na imprensa. No entanto num país com elevadas taxas de analfabetismo e iliteracia, a difusão destes ideais acabaram por não ter maior impacto e disseminação.

Em termos práticos, o antissemitismo fez-se sentir sobretudo com maior expressividade e com consequências diretas no dia-a-dia dos judeus que viviam em Portugal, pela pressão exercida no seio da comunidade alemã aqui instalada, que se traduziu, nomeadamente, em despedimentos de elementos judeus de empresas alemãs, denúncias junto das autoridades alemãs, etc..

A própria PVDE, ainda que tenha tido nos seus altos cargos germanófilos convictos, relativamente aos refugiados judeus que Portugal recebeu, durante e nos anos que antecederam o conflito, podemos afirmar como Irene Pimentel e Cláudia Ninhos (2013:458) que “era melhor ser-se refugiado judeu do que refugiado político”, uma vez que estes atuaram de forma extremamente violenta contra os opositores políticos de Salazar e daqueles de quem tinha desconfiança política (particularmente contra os comunistas) do que com os refugiados que só careciam de documentação.

4.1.2. A chegada dos primeiros judeus e as restrições à sua entrada

Na primeira metade dos anos 30, com a ascensão de Hitler ao poder e a implementação de políticas anti-semitas, começaram a sair da Alemanha milhares de judeus, entre os quais

⁴⁸ **Integralismo Lusitano** – Este movimento político teve por um dos principais ideólogos António Sardinha e defendia o retorno a um sistema político monárquico tradicional e nacionalista, como tal, antiparlamentar e antirepublicano, onde o monarca assumiria o papel de chefe de Estado, congregando em si as funções governativas e executivas.

Alguns dos seus dirigentes defendiam “que toda a forma de republicanismo era sinónimo de imperialismo étnico israelita, e que o judaísmo seria a grande ameaça ao domínio da Igreja e da tradição”. (Pignatelli, 2000:82)

⁴⁹ Em 1923 foram traduzidos para português *Os Protocolos dos Sábios do Sião*, uma obra da responsabilidade da polícia secreta czarista, que descreve um projeto de conspiração por parte dos judeus e maçons de modo a atingirem a dominação mundial. Estes Protocolos “alimentaram as hostes nacionalistas lusas com o mito da conspiração judaica mundial” (Martins, 2006:191). Em 1925, a obra *A Invasão dos Judeus* do integralista Mário de Saa, atribuí raízes judaicas a todos os políticos e intelectuais republicanos, responsabilizando os judeus por todos os males do reino e pela queda da monarquia.

Em 1928 é publicado também o livro *Crimes da Franco-maçonaria Judaica*, de Paulo de Tarso (pseudónimo de António da Silva Peralta) onde apela para a tomada de medidas concretas contra os judeus para pedir a sua influência e ligações à política e à Maçonaria.

Relativamente à imprensa Marina Pignatelli (2000:82) menciona a publicação *A Voz* de cunho declaradamente antissemita, nomeadamente pelos seus ataques à figura de Barros Basto.

médicos, intelectuais, cientistas, homens de negócios, que a princípio poderiam ser considerados como imigrantes, mas com o passar dos anos rapidamente se transformaram em vagas de refugiados, sobretudo devido à promulgação a 15 de setembro de 1935, das Leis de Nuremberga, que ditaram “só as pessoas de sangue alemão podiam ser nacionais e nenhum judeu podia ser nacional alemão”.

Portugal não era à partida considerado um país receptor de imigrantes. O receio da introdução de ideias contrárias ao regime, potenciadores de tensões sociais e desestabilizadoras do “espírito nacional” faziam com que Salazar evitasse a fixação de estrangeiros no país.

Com o argumento da debilidade do mercado de trabalho português foram desde 1930 promulgados vários diplomas que dificultavam o acesso de estrangeiros a licença de trabalho, nomeadamente, prevendo multas para os que se empregassem por conta de outrem. Os estrangeiros podiam exercer profissões liberais desde que não competissem com os nacionais, e as empresas nacionais e estrangeiras segundo um decreto de 1933, só podiam empregar estrangeiros com a autorização especial do Subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência.⁵⁰

A partir da segunda metade dos anos 30, Portugal e sobretudo a cidade de Lisboa funcionaram como plataformas de escala e de trânsito para o continente americano de milhares de judeus, que ali acorriam. Os estrangeiros que pretendiam deslocar-se a Portugal e aí permanecerem, deveriam solicitar aos consulados portugueses um visto de imigração, para receberem uma autorização de residência no país.

Tal como informa Marina Pignatelli (2000:86) existem três razões principais para Portugal ter-se tornado local de refúgio: em primeiro lugar, a própria neutralidade que Portugal assumiu, no quadro da aliança luso-britânica que permitiu que fossem concedidos vistos de trânsito (de curta duração); em segundo lugar, o papel do presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, que pelas suas relações de amizade com Salazar, de tudo fez para conter as vagas anti-semitas em Portugal e para acolher os refugiados judeus, e por último, pela sua posição geográfica e estratégica privilegiada, Portugal era a fronteira para o Atlântico e para o Mediterrâneo, último ponto de embarque na Europa para o continente americano.

⁵⁰ Face aos rumores da possível vinda para Portugal de uma grande leva de médicos alemães, foi aprovada a lei n.º 1976 de abril de 1939, que proibia o exercício de Medicina a todos os estrangeiros que não tivessem feito o exame de equivalência até 28 de fevereiro desse ano.

Estas proibições acabaram por se estender a outras áreas profissionais como é o caso da proibição em outubro de 1940 de actuação de artistas, actores e companhias de teatro estrangeiras, e em março de 1942 o impedimento de engenheiros e arquitectos estrangeiros trabalharem em Portugal. (Pimentel, 2006:40)

À medida que o número de refugiados judeus aumentava devido ao agravar das perseguições movidas pelo regime nazi, a concessão de vistos consulares sofria cada vez mais restrições, condicionada não só pela desconfiança política, como algumas vezes pela própria fortuna dos refugiados.⁵¹

Neste período o Ministério dos Negócios Estrangeiros português foi confrontado com alguns esquemas fraudulentos de obtenção de passaportes nos consulados de Portugal em Atenas, Zurique e Viena. Alguns judeus alegavam serem descendentes dos que haviam fugido à Inquisição nos séculos XV e XVI para obterem os seus passaportes portugueses.⁵²

Em 1936, a colonização de Angola por judeus surge mais uma vez como uma hipótese, mas como já havíamos exposto no capítulo 1, esta tentativa saiu gorada, devido à política de neutralidade do regime do Estado Novo e aos argumentos do Conselho do Império que consideravam que os judeus constituíam um colectivo “pouco inclinado à agricultura” e com uma religião que “perturbaria a organização social” das colónias. (Flunser e Ninhos, 2013: 256)

Estes acontecimentos internacionais tiveram as suas repercussões na comunidade judaica em Portugal, que viu alterações importantes na sua estrutura com a chegada dos judeus askenazim, que vão sendo integrados na comunidade israelita de Lisboa e do Porto, que até então eram maioritariamente compostas por judeus de origem sefardista, chegados a Portugal desde a segunda metade do século XIX, e ainda, pelos cripto-judeus, “herdeiros das comunidades pré-inquisitórias”. (Pignatelli, 2000:86)

Durante este período que antecedeu o conflito mundial destacam-se dois acontecimentos marcantes na comunidade judaica portuguesa: a concretização do sonho de Barros Bastos com a construção da sinagoga do Porto (1938), e os primeiros passos de Samuel Schwarz para a

⁵¹ O embaixador **Alberto da Veiga Simões** é por vezes apresentado como o “paradigma da ambivalência”, a sua colocação enquanto chefe da representação portuguesa na Alemanha, permitiu-lhe através dos seus relatórios acompanhar o evoluir da situação nesse território, após a ascensão de Hitler ao poder, expressando muitas vezes a sua oposição “à ideologia e ao ardor nazi místico e pseudo-religioso”.

Mas apesar disso como Avraham Milgram (2010:92) refere: “o seu comportamento para com os judeus (...) reflectia distanciamento e ambivalência”. O seu receio de uma emigração massiva de judeus desprovidos de meios de subsistência para Portugal, levava-o a ignorar a maioria dos judeus perseguidos, ao mesmo tempo que mostrava especial interesse em alguns casos, em que os judeus possuíam dinheiro, prestígios e relações privilegiadas com o pessoal diplomático de Portugal na Alemanha.

As críticas de Veiga Simão ao regime alemão e a protecção de determinados judeus contra as indicações da PVDE e das recomendações do MNE, ditaram a sua substituição em 1940 do seu posto na Alemanha, sendo votado a um estado de “hibernação” relativamente a funções consulares até 1946. O facto de ter recusado assumir funções na China, levou a que Salazar o tivesse exonerado por despacho, tal como havia castigado Aristides de Sousa Mendes, dando evidentes sinais que não permitiria que desafiassem a sua autoridade.

⁵² O cônsul português em Atenas, Lencastre e Menezes aproveitando uma disposição da República Portuguesa de 1913, que concedia a descendentes dos judeus fugidos da Inquisição residentes em Salónica a possibilidade de obterem a nacionalidade portuguesa, caso provassem a sua ascendência, concedeu centenas de passaportes portugueses em troca de dinheiro.

criação de um museu nacional da herança judaica em Portugal (1939), no edifício da antiga sinagoga de Tomar, que havia comprado e doado ao Estado português.

4.1.3. Portugal e os refugiados judeus no período da Segunda Guerra Mundial

- A ação dos diplomatas portugueses

A pressão exercida sobre Portugal aumentou com o início do conflito mundial, com o avanço das tropas alemãs em França, a obtenção de um visto de trânsito português era a única esperança de escapar à deportação, o que levou a uma maior pressão sobre os diplomatas portugueses colocados em pontos nevrálgicos da Europa, confrontados com decisões de vida ou de morte.

A circular n.º 10, de 28 de outubro de 1938 marca o início das directrizes oficiais das autoridades portuguesas para impedir a entrada dos refugiados judeus em Portugal, ficando as representações consulares proibidas de permitir a sua fixação, apenas autorizando a sua entrada, como turistas num prazo de 30 dias.

Esta política foi porém radicalizada, quando o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) divulgou em novembro de 1939, a circular n.º 14 com diretivas claras para impedir a entrada de “indesejáveis” e de judeus em Portugal e a concessão de vistos consulares sem a sua prévia consulta, a estrangeiros de nacionalidade indefinida, contestada ou em litígio, a apátridas, a portadores de passaporte Nassen, a russos, e aos que no seu passaporte apresentassem a declaração que não podiam regressar livremente aos seus países de origem⁵³.

Esta circular veio assim dificultar a entrada dos judeus que até aí podiam entrar em Portugal como turistas por tempo limitado, mas graças à persistência e insubordinação de alguns cônsules portugueses, como foi o caso de Aristides de Sousa Mendes, estas diretivas acabaram por não ser cumpridas na íntegra.

- As zonas de residência fixa

Em junho de 1940, Agostinho Lourenço então chefe da PVDE, face ao amontoar de refugiados na fronteira de Vilar Formoso, que as autoridades espanholas recusavam receber,

⁵³ Referência à letra J que era colocado a vermelho nos passaportes dos judeus.

sugeriu desviar muitos deles para as zonas balneares e termais, nas proximidades de Lisboa e na zona centro do país, nomeadamente na Costa da Caparica, Setúbal, Estoril, Cascais, Sintra, Coimbra, Caldas da Rainha, Buçaco, Luso, Curia e Figueira da Foz.

A partir de 1942 foram criadas “zonas de residência fixa”, de onde os refugiados não podiam sair sem autorização da PVDE, sem permissão para trabalharem viviam do apoio financeiro e material das organizações humanitárias judaicas que operavam em Portugal (HICEM/JOINT). As “zonas de residência fixa” das Caldas da Rainha, Ericeira e Estoril, recebiam sobretudo os refugiados: com vistos de trânsito provisórios que esperavam pelo transporte para outros países; com vistos caducados e que não conseguiam visto para outro país de exílio ou aqueles com dificuldade em obter transporte marítimo para sair de Portugal.



Imagem 9 – Placa evocativa da passagem dos refugiados da Segunda Guerra Mundial pela Ericeira

- Organizações humanitárias de assistência aos refugiados em Portugal

Desde 1933, com a chegada das primeiras vagas de refugiados foi criada a Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados (COMASSIS), que se manteve em funções até 1941, que se estima ter prestado assistência moral e material a cerca de 40 000 refugiados, mediante o apoio financeiro de organismos judaicos de assistência internacional, como a HICEM (organização que reunia a *Hebrew Immigrant Aid Society*, a *Jewish Colonization Association* e a *Emigdirect*) e a JOINT (*American Jewish Joint Distribution Committee*).

Com a queda da França surge a necessidade de encontrar um novo local para sediar as organizações humanitárias judaicas, pelo que a COMASSIS conseguiu obter das autoridades portuguesas a autorização para a instalação em Portugal da JOINT e da HICEM, tornando-se Lisboa a sede central na Europa destas organizações humanitárias.

A aceitação das autoridades portuguesas, nomeadamente de Salazar e da PVDE destas organizações a operar em Portugal, deveu-se em grande parte ao seu desejo de escoar mais rapidamente os refugiados judeus para o exterior, uma vez que estas organizações tratavam de todos os aspetos burocráticos e financeiros da retirada dos refugiados da Europa.

A partir do Verão de 1942, o número de refugiados diminuiu drasticamente, e Lisboa perdeu a sua importância enquanto porto de saída para refugiados do nazismo, pelo que começou a funcionar a Secção de Assistência aos Refugiados da Comunidade Israelita de Lisboa, que se dedicou sobretudo a resolver problemas inerentes às “zonas de residência fixa”, como por exemplo, a burocracia para obtenção de vistos de saída, os cuidados médicos ou a libertação de refugiados judeus presos nas prisões de Caxias, Aljube e Tarrafal.

4.2. A arianização na ilha da Madeira

4.2.1. A propaganda hitleriana

- Visitas dos cruzeiros da “Força pela Alegria” (1935-39)

O movimento de ocupação dos tempos livres dos trabalhadores teve origens em Itália, quando Mussolini em 1925 integra na Carta do Trabalho a “Obra Nacional dos Tempos Livres” (*Opera Nazionale Dopolavoro*), um serviço encarregado de organizar o lazer dos trabalhadores, em particular nas suas férias.

Este modelo foi reproduzido em vários países, nomeadamente pela Alemanha que cria em 1933, a “Força pela Alegria” (*Kraft durch Freude*) com o objectivo de organizar, promover e gerir milhares de viagens e atividades de lazer da população alemã, dentro da Alemanha e no estrangeiro.

Em Portugal, o Estado Novo adopta semelhantes políticas estatais relativas aos tempos livres dos trabalhadores, criando em 1935 a “Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho”

(FNAT) que manteve esta designação até 3 de abril de 1975, quando passou a denominar-se Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores – INATEL. Também na Grécia e em Espanha são criadas organizações deste âmbito, respetivamente em 1937 – a “Saúde dos Trabalhadores” (*Ergatixi Estia*), e em 1940 - a “Educação e Descanso” (*Educación y Descanso*).

A “Força pela Alegria” passa a funcionar praticamente como uma operadora turística para os trabalhadores alemães de todas as classes e profissões, uma autêntica “companhia estatal de propaganda refinada, organizadora de excursões» (Wilhelm, 2002a:51).

Entre 1935 e 1939 foram realizadas por esta organização várias viagens atlânticas com escala em Lisboa e na Madeira, que terão contado com cerca de vinte mil visitantes alemães, funcionando como viagens de propaganda política para o partido nacional-socialista e a sua ideologia, contribuindo para o estreitamento diplomático entre a Alemanha e Portugal.



Imagem 10 - Visita das excursões KdF na entrada da cidade do Funchal (1938) - Photographia – Museu “Vicentes”

A comunidade alemã residente na ilha recebia os visitantes no cais, participavam nas festas a bordo e nos passeios. Durante todas as excursões KdF a Portugal houve contactos, convites e visitas mútuas a nível oficial, era habitual a troca de elogios entre os ilustres da vida pública portuguesa e alemã por ocasião das festas a bordo dos paquetes alemães ou de receções dadas

quer pela embaixada alemã em Lisboa, quer pelo cônsul alemão no Funchal. (Matos, 1996:210).

Estas viagens funcionaram tanto como instrumento de difusão ideológica e de propaganda para o nacional-socialismo, como para demonstrar o “pretense pacifismo do regime”.

Existe há tempos na Alemanha uma instituição oficial denominada «Kraft durch Freude», o que na nossa língua significa «Força pela Alegria». Um dos fins desta agremiação é proporcionar a todos os alemães, não só viagens maiores, de «weekend», mas passeios dentro do próprio país, para assim conhecerem os do Norte o Sul da Alemanha e vice-versa. É desejo do Estado novo alemão proporcionar aos cidadãos que nunca tenham saído da aldeia ou cidade onde nasceram, o conhecimento de outras partes do seu país por meio de viagens, intensificando assim o intercâmbio entre os compatriotas dos diversos pontos da Alemanha. Uma viagem de recreio cria novas energias e produz uma melhor disposição. Ao voltar dela sente-se cada um mais forte e com mais entusiasmo para o trabalho.

Diário de Notícias, da Madeira, 14 de Março de 1935, pág. 1

Sob o ponto de vista regional, estas viagens eram vistas como meios de promoção do destino Madeira, como podemos ver pelo seguinte artigo:

(...) eles serão porém certamente ótimos propagandistas da nossa terra e da nossa hospitalidade, e as boas impressões de que se fizeram eco acerca da Madeira, contribuirão com certeza grandemente para que depois muitos e muitos dos seus compatriotas venham a visitar a nossa ilha. Isso concorrerá de certo também muito para que os vapores de carreiras regulares e os de recreio, tragam de futuro um maior número de turistas alemães para a Madeira.

Diário de Notícias, da Madeira, 14 de Março de 1935, pág. 4

Estas viagens apesar do ambiente festivo e de amizade que transpareciam para a imprensa, deixaram hesitante Veiga Simão que expressou preocupações com possíveis atos de espionagem por parte dos participantes nas excursões.⁵⁴

No seguimento do telegrama enviado a 20 de março de 1936 pelo Ministério do Interior ao Governador Civil do Funchal, as desconfianças levaram a realização de relatórios confidenciais que davam conta da vigilância discreta aos grupos dos turistas da *KdF*, por se suspeitar da presença de elementos do governo alemão, com a missão de registar aspetos ligados a estratégia militar. (Wilhelm, 2002 a: 55-57).

⁵⁴ Em janeiro de 1935, o Governador Civil da Madeira informou a Legação de Portugal em Berlim de que alguns membros do grupo de cineastas que fazia parte das excursões da *KdF* tinham sido apanhados a fotografar a amarração do cabo submarino. (Pimentel, 1914:37)

- Colégio Alemão do Funchal e os acampamentos da Juventude Hitleriana na Madeira

Em 1928, foi fundado no Funchal o Colégio Alemão, uma instituição privada, de instrução primária do ensino geral e jardim de infância, com ensino especial do idioma alemão e de outras disciplinas. Era frequentado não só pelos filhos dos membros da comunidade alemã residente na ilha, mas também por crianças portuguesas.

Este Colégio e a sua diretora eram supervisionados por Wilhelm Hoffman⁵⁵, o Presidente da Comunidade Escolar Alemã e delegado regional do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). (Perneta, 2011)

Durante os Verões de 1935 a 1937, a convite do cônsul da Alemanha na Madeira deslocaram-se vários grupos de membros da Juventude Hitleriana, constituídos por cerca de 12 a 14 elemento, entre os 11 e 16 anos, que acampavam nos jardins da residência do cônsul.

Dedicavam-se a atividades diversas, desde passeios, caminhadas ou jogos de futebol, algumas delas envolvendo os escuteiros madeirenses.

Estas visitas não passaram despercebidas junto das autoridades nacionais, sendo instaurada a abertura de um dossier por parte da PVDE, relativamente a estes intercâmbios culturais organizadas pela Administração da Juventude do Reich.

4.2.2. O anti-semitismo na sociedade madeirense - O Visconde do Porto da Cruz

A hospitalidade da população madeirense perante o estrangeiro de visita à ilha sempre foi uma realidade, uma vez que desde o século XIX até aos nossos dias a atividade turística marca social, cultural e economicamente este espaço insular.

Para a população madeirense no seu geral os turistas sempre foram bem-vindos fossem germânicos, britânicos ou de qualquer outra nacionalidade. Mais uma vez isso ficou patente durante e no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, tendo a Madeira sido um destino de refúgio para aqueles que fugiam da perseguição do regime nazi (apesar das restrições nacionais ao acolhimento de judeus) para os 2000 deslocados de Gibraltar, que aqui foram recebidos durante o conflito.

⁵⁵ Wilhelm Hoffmann era vice-cônsul do consulado alemão na Madeira, adjunto de Emil Gesche (Cônsul alemão) e chefe da secção local NSDAP.

Os ideais nacional socialistas que proliferavam na Europa fizeram eco junto de alguns membros da sociedade madeirense mais letrada, que não deixaram de revelar a sua particular simpatia e admiração pela Alemanha, entre eles Alfredo António de Castro Teles de Meneses de Vasconcelos de Bettencourt de Freitas Branco (1890-1962) -1.º visconde do Porto da Cruz – assumido germanófilo, filho de Luís Vicente de Freitas Branco e de D. Ana Augusta de Castro Leal Freitas Branco.

O título de visconde foi-lhe atribuído em abril de 1921, por D. Manuel II que se encontrava no exílio, e a concessão confirmada pelo Conselho de Nobreza, com investidura do pretendente D. Duarte Nuno, a 20 de março de 1949.

Autor de vários artigos em jornais e revistas, dirigiu a *Revista Portuguesa* e o semanário *Independência*, integrou o Centro Monárquico, a Junta Central do Integralismo Lusitano da Madeira (JCIL), e em Lisboa associou-se ao movimento político-cultural Acção Realista Portuguesa.

Entre maio de 1944 e julho de 1945, durante a Segunda Grande Guerra Mundial, esteve em Berlim a convite do ministro do Reich, o Barão Von Hoyningen Huene para observar a estrutura do partido nacional-socialista e realizar algumas conferências culturais. Neste período proferiu várias palestras ao microfone da Emissora de Berlim sob o título “Pontos nos ii» e desta sua experiência derivaram as obras: *Como Vi o Fim da Guerra na Alemanha*, *Memórias da guerra na Alemanha* e *Contos vividos na guerra*.

Cometeram erros, abusos, atropelos. Exorbitaram, brutalizaram, mereceram censura. Mas tudo quanto nos “S.S.” era censurável, ficou perdida perante a grandeza dos seus sacrifícios e a heroicidade que demonstraram. (Branco,1952: 166)

Marcado pelo Integralismo Lusitano, pelos pensamentos de António Sardinha de ódio ao judeu e pela viagem a Berlim, alguns dos escritos do Visconde do Porto da Cruz demonstram claramente uma vertente anti-semita.

Quando em 1938 o III Reich alemão deliberou expulsar os judeus do seu território, afirmando que constituíam uma perigosa ameaça para a paz interna e para a prosperidade da Nação, levantou-se em todo o mundo um intenso clamor contra medida de tamanha violência. (...) Mas logo que se viam instalados os judeus “refugiados” procediam de forma que os Governos que os tinham recebido de braços abertos compreendiam a conveniência de se desembaraçarem rapidamente de hóspedes tão incómodos. Foi então que seguiram para o Norte de África e para a América verdadeiros carregamentos destes foragidos. (Branco,1952: 49)

4.3. O impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos judeus residentes na ilha da Madeira

4.3.1. A ilha da Madeira na Segunda Guerra Mundial: aspeto estratégico-militar

A Madeira ainda que não possuísse o mesmo valor estratégico que o Açores no quadro Atlântico, em termos de apoio à navegação aérea e marítima aliada, não deixava de ser um importante ponto no controlo do acesso ao Mediterrâneo. A partir de 1940 o governo português, ainda que mantendo uma política de neutralidade, não deixou de implementar medidas de defesa nesse espaço insular, com o aumento dos efetivos aí estacionados e a construção de obras de defesa antiaérea e de costa.

Neste esforço de defesa, em 1942 foi montado no Funchal, duas baterias antiaéreas inglesas 9,4 cm, uma no Pico do Buxo e outra no Palheiro Ferreiro, em terreno cedido pela família britânica Blandy. Enquanto ao mesmo tempo era construído no Pico de São Martinho um complexo enterrado de defesa de costa, com material Krupp alemão.

Entre fevereiro de 1942 e meados de 1943, apesar da declarada “neutralidade” portuguesa e no caso da via diplomática falhar, os britânicos equacionaram um plano secreto de captura da Madeira, que denominaram de “Operação Ripper”⁵⁶.

Esta operação e a “Operação Brisk”, que previa a captura de São Miguel, Faial e Terceira estavam interligadas, e foram pensadas de modo a garantir aos britânicos, vias de comunicação relativamente seguras no oceano atlântico, e bases navais como alternativa a Gibraltar.

O plano de ataque previa o desencadear da “Operação Brisk”, e depois de ocupada a ilha de São Miguel lançados a partir dali os ataques à ilha da Madeira, cuja maioria do material havia sido fornecido pelo próprio governo britânico. Esta intervenção previa pouca resistência da população, uma vez que havia muitos anglófilos junto dos madeirenses e a população britânica aí residente era substancial e enraizada.

O desenrolar da guerra fez com que estes planos viessem a ser abandonados em definitivo em meados de 1943, face à retirada dos submarinos alemães do Atlântico, à confirmação do êxito das operações em Itália e no norte de África, mas sobretudo devido ao acordo da Base das Lajes, para a utilização dos Açores por forças britânicas. (Rodrigues, 2009)

⁵⁶ Rodrigues, Paulo Miguel (2004) – “Operação Ripper”. Revista *Diário, Diário de Notícias*, da Madeira (21 a 27 de março 2014), p. 14 a 19

Segundo a memória oral e fotografias de família de Harry Hinton (ainda não sustentada por documentos oficiais) pensa-se que o empresário madeirense de origem britânica poderá ter assumido ao abrigo do esforço de guerra o patrocínio de dois caças da Royal Air Force (RAF), a quem deu os nomes de “Palmeira” em alusão ao nome da quinta onde residia e “Santa Isabel” ao nome da sua esposa.⁵⁷

- O espião madeirense Gastão de Freitas Ferraz

Portugal foi considerado o paraíso dos espões durante a Segunda Guerra Mundial, não só de espões dos principais campos beligerantes, Alemanha e Grã-Bretanha, como também dos serviços secretos italianos, franceses, norte americanos, e ainda polacos, checos, romenos e soviéticos, que atuaram em Portugal Continental, nas Ilhas atlânticas, nas colónias de África, na Índia e em Timor.

A “neutralidade” portuguesa e a sua situação geográfica faziam do nosso país uma plataforma de negociações políticas, de trocas de informações, comerciais, económicas e financeiras, entre as partes em conflito.

A rede de espionagem que se desenvolvia em Portugal não estava circunscrita a estrangeiros, também os portugueses, entre os quais alguns elementos quer da Legião Portuguesa, quer da PVDE, estiveram ao serviço, à vez ou em simultâneo, dos campos beligerantes.

Neste contexto surge a figura de Gastão Crawford de Freitas Ferraz, radiotelegrafista madeirense, graduado da Legião Portuguesa, presidente do Sindicato Nacional de Radiotelegrafistas, Telegrafistas e Ofícios Correlativos, com residência na Rua do Til (Funchal).

A 3 de novembro de 1942 o navio português S.S. Gil Eannes foi interceptado pelo britânico Destroyer HMS Oriibi, onde prenderam a bordo o radiotelegrafista Gastão Ferraz acusado de ser um espião ao serviço dos alemães. Este acabou por confessar ter sido recrutado pela Abwehr para fornecer informações marítimas, em troca de 1500 escudos por mês deveria comunicar com uma estação clandestina na zona do Estoril, informando sobre o que via nos portos e os navios que via em alto-mar.

⁵⁷ Gomes, Nélcio (2013) - Aviões “madeirenses” na II Guerra Mundial. Revista *Mais, Diário de Notícias*, da Madeira. nº 44695, p.10 a 13

O seu processo e depoimento podem ser consultados nos Arquivos Nacionais do Reino Unido, que nos dão conta da sua detenção, envio para Gibraltar, e Campo 020, um estabelecimento dos serviços secretos britânicos nos arredores de Londres, onde ficou prisioneiro até setembro de 1945, apesar dos esforços da sua filha Maria Estefânia Ferraz, junto do embaixador de Portugal em Londres, e do Sindicato Nacional dos Radiotelegrafistas junto de Salazar e do Ministério da Marinha, atestando que era um homem ponderado, de irrepreensível conduta, nomeadamente enquanto graduado da Legião Portuguesa. (Pimentel, 2014)

No Funchal foi identificado ainda o agente Helmut Uhse⁵⁸, da rede alemã “Grimm/Scholz”, que por sua vez controlava os portugueses Filipe João da Câmara, Manuel M. Gomes, José Fernandes Rocha, Júlio Antunes da Silva, Mário Lucas Teixeira e Humberto Freitas, funcionário da Marconi na Madeira.⁵⁹

4.3.2. O impacto da Segunda Guerra Mundial na ilha da Madeira: aspeto económico-social

Discurso do Governador Civil José Nosolini: Madeirenses: parece que se aproximam para o mundo horas graves. A Madeira, ainda que afastada da tragédia, há-de sentir e sofrer os seus reflexos; mas não lhe faltará nem valor, nem espírito de sacrifício para vencê-los. Pedi, quando pela primeira vez cheguei a esta ilha, a vossa completa e desinteressada colaboração. Hoje mais do que nunca conto com ela; e a sua principal e maior prova é e será a vossa calma, a vossa serenidade, a vossa disciplina. Com tais virtudes que conservareis sem hesitação e que eu até por imperioso dever do meu cargo manterei firmes, não-de vencer-se todas as dificuldades.

Diário de Notícias, da Madeira, 2 de setembro de 1939

A Segunda Guerra Mundial afetou de tal maneira a navegação marítima na Madeira, que as consequências tornaram-se desastrosas para o turismo, para as atividades que gravitavam em torno desta fonte de receita e conduzindo ao risco de iminente de ruptura de stock, com efeitos ao nível da própria carência de bens alimentares.

Face a esta situação, o Governador Civil da Madeira José Nosolini, apelou à calma da população, ao racionamento dos géneros alimentícios de primeira necessidade, tentando evitar

⁵⁸ **Anexo 3:** Visto de autorização de residência de Helmut Uhse. Dos quatro maços de vistos de autorização de residência consultados, este foi dos únicos a quem foi retirada a fotografia. Arquivo Regional da Madeira – Governo Civil - GCFUN – 1066-3 – p.121b

⁵⁹ “A Marconi era uma das empresas mais procurada para recrutar espões, aos quais eram ensinados códigos secretos para a comunicarem a movimentação de navios dos Aliados ancorados nos portos ou em navegação”. (Pimentel, 2014: 273)

a especulação dos preços e as situações de fome e miséria, como se haviam vivido durante a Primeira Guerra Mundial.

Para além das consequências graves da guerra nos setores económicos madeirenses, motivadas pelas dificuldades na navegação marítima de pessoas (turismo) e bens (exportações e importações), a Madeira teve de enfrentar ainda nesse período um conjunto de graves intempéries, com efeitos de tal modo nefastos, que só pioraram as condições de vida da sua população.

A emigração sempre foi vista como uma fuga das condições precárias de subsistência que se viviam na Madeira em determinados períodos, não havendo uma família madeirense que não tenha os seus parentes emigrados. Enquanto fenómeno sempre presente na história deste espaço insular, também durante a Segunda Guerra Mundial, a emigração dos madeirenses foi vista pelo Governo como uma das soluções para atenuar as dificuldades que se viviam na ilha. O Decreto-lei n.º 29: 917, publicado no Diário de Governo, de 11 de setembro de 1939, estabeleceu várias disposições de modo a facilitar a emigração para o Brasil dos madeirenses, nomeadamente, através da isenção de pagamento de taxas e licenças militares. O próprio reconhecia a emigração para o Brasil como um remédio rápido contra todos os males internos e contra os simples excedentes demográficos do arquipélago, desde os tempos da primeira crise económica.

Num documento de 29 de janeiro de 1939, dirigido ao Presidente do Conselho, o Governador Civil da Madeira advertiu para as potencialidades de receber na Madeira, os judeus fugidos do regime nacional-socialista mais abastados e/ou com conhecimentos técnicos especializados, como por exemplo, na área do bordado e das tapeçarias, setores que pretendiam desenvolver na ilha.⁶⁰

Relativamente à proibição do desembarque dos judeus na Madeira, mesmo em visita passageira, José Nosolini referiu: "por mais judeu que um judeu seja, desembarcando, tem pelo menos que pagar a lancha. É sempre uma fonte de receita, ainda que magra, que se abre." Quanto à fixação de judeus na Madeira, este considerava que "só em casos excepcionais e de vantagem económica indiscutível devia ser permitida", mas o desembarque e a estadia curta deveriam ser permitidas por princípio.

⁶⁰ Arquivo da Torre do Tombo – Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, caixa 6, processo 177/4, n.º 10 – “Contratação de técnicos judeus necessários para a indústria de tapeçaria da ilha da Madeira” – PT/TT/SGP-GPC/017700010

Este ponto de vista de José Nosolini, face à sua recusa na limitação da entrada de judeus na ilha levou a um aceso debate, com o Ministério do Interior e a polícia. A sua visão economicista e utilitária da vinda dos imigrantes judeus para o desenvolvimento do turismo, do comércio e da indústria, chocava com a visão ideológica da polícia, que tinha o apoio do Ministério do Interior e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

4.3.3. A comunidade alemã - denúncias, acusações e intrigas

Para além das dificuldades na vida dos habitantes da ilha da Madeira já referidas consequentes da Segunda Guerra Mundial, relativamente aos judeus aí estabelecidos é necessário acrescentar um conjunto de contrariedades, que marcaram a sua vida social, profissional e afectiva durante este período da história mundial.

A professora Anne Martina Emonts a partir da consulta do espólio do Consulado Alemão no Funchal (1938-39), que se encontra atualmente no arquivo Político da República Federal Alemã, em Berlim, realizou um trabalho de investigação, intitulado *Arianização na Madeira* (Emonts, 2000). Este estudo serviu de base para o romance de Helena Marques, *O Bazar Alemão* (2010), cuja nota prévia refere:

Elementos da comunidade alemã de origem hebraica, alguns deles longamente estabelecidos e integrados na vida local, viram-se confrontados com insistentes tentativas de discriminação, exercidas não só através de pressões e chantagens directas, mas também de cartas de denúncia anti-semita enviadas aos serviços centrais da Gestapo em Berlim, com imediatas repercussões sobre o Consulado Alemão no Funchal e sobre a vida pessoal e profissional dos cidadãos denunciados. Na época, nenhuma informação passou para a opinião pública: as vítimas da perseguição, atingidas na estabilidade familiar e na segurança profissional, guardaram em silêncio todas as suas tentativas de resistência. (Marques, 2010:11)

Os judeus residentes na Madeira sentiram a pressão e os efeitos das “Leis de Nuremberga”, em grande parte através das denúncias e das acusações feitas às autoridades do seu país, por alguns elementos da comunidade alemã aí estabelecida.

Anna Martina Emonts (2000) refere a título de exemplo, a carta de denúncia do casal Maria e Hans Sanderberger, dirigida ao consulado alemão de Barcelona, onde estes enunciam um conjunto de acusações, contra os judeus alemães, e contra os alemães não-judeus, que com eles continuavam a travar amizade, relações profissionais e de negócio.

Tanto o cônsul alemão na Madeira, bem como a esposa do presidente do núcleo da NSDAP do Funchal, não ficaram imunes à ira deste casal, que denunciava as relações de amizade mantidas por estes com judeus.

As acusações entre o casal Sanderberger e o cônsul Emil Gesche demonstram o clima de difamações que se estabeleceu no seio desta pequena comunidade, não despojada da “mesquinhez pequeno-burguesa” (Emonts, 2000).

Um dos negócios alvo das acusações pertencia aos alemães **irmãos Bach**⁶¹, mestres salsicheiros e donos da Charcutaria Bach, localizada numa das artérias mais movimentadas da cidade, disponibilizando produtos pouco comuns na época para os madeirenses, como longos cordões de salsichas frescas, chouriços, carnes diversas, fiambres, patés e manteigas.⁶²



Imagem 11 – Emma Bach - Photographia – Museu “Vicentes”

⁶¹ **Anexo 4:** Visto de autorização de residência de Martin Bach. Arquivo Regional da Madeira – GCFUN – 1066-3 – p.006

⁶² O estabelecimento dos irmãos Bach, décadas mais tarde, transformou-se no primeiro supermercado da Madeira, situado na Rua das Pretas n.º13, considerado para a altura um estabelecimento de luxo, com secção de talho, charcutaria, congelados, produtos frescos e gelados.

Estes judeus alemães teriam chegado à Madeira entre 1936 e 1937, partindo décadas mais tarde para os E.U.A. (Wilhelm, 2012:55-60).

A qualidade dos seus produtos levava a que muito dos alemães ignorassem o facto de os donos serem judeus, e acabavam por comprar aí os seus enchidos, em detrimento do compatriota alemão Claudius Johansen, também estabelecido naquela praça.

A sua mãe Emma Bach, também refugiada na Madeira, faleceu a 19 de dezembro de 1945, encontrando-se sepultada no Cemitério Israelita do Funchal.

4.3.4. Gesche & Schnitzer – Processo de saneamento e separação de sócios judeus

No capítulo anterior havíamos já falado da família Schnitzer, nomeadamente as dificuldades que enfrentou o patriarca da família, Willy Schnitzer, no âmbito da Primeira Guerra Mundial. Pelo que daremos agora conta do percurso atribulado dos seus filhos, durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Após a morte de Willy Schnitzer em 1930, o seu filho Gilbert Schnitzer manteve a sociedade com Emil Gesche, na empresa Gesche & Schnitzer⁶³. No entanto, na década de 30 sendo um dos sócios judeus e o outro titular do cargo de cônsul alemão, a pressão tornou-se ainda maior para que dissolvessem a sua sociedade.

O processo de saneamento e separação de sócios judeus desta firma, “encheu três dossiers do Arquivo Político em Bona” (Emonts, 2000), tentando Gesche adiar ao máximo esta separação, face às perdas avultadas para os envolvidos, tanto a nível económico, como também dos laços de amizade que ligavam as duas famílias.

A irmã de Gilbert explica que o declínio desta firma deveu-se a vários motivos: a recusa das outras companhias fazerem negócios com uma empresa com um sócio judeu; o facto do seu irmão ter maiores aptidões artísticas (pianista) do que para os negócios; a falência do Banco Henrique Figueira da Silva; a situação económica nas vésperas do conflito mundial e a própria hostilidade da comunidade alemã residente na Madeira.

⁶³ **Anexo 5:** Publicidade da empresa Gesche & Schnitzer, na imprensa regional, jornal *Re-Nhau-Nhau*, de 14 de março de 1936, p. 9.

Gilbert Schnitzer com grandes habilidades técnicas na construção e conserto de rádio juntou-se com o irlandês William Lawrence Wraight, e fundaram uma firma de importação e reparação de rádios, a Electro Reparadora, Ld.^a, na Rua do Carmo, n.º22.⁶⁴

Casou com Hermine Maximiliane Henriette Helm Schnitzer, e tiveram dois filhos Willy, já falecido na Austrália, e Helga Eltis que vive atualmente no Reino Unido.⁶⁵

Tal como o seu pai e a sua mãe, Gilbert encontra-se sepultado no cemitério israelita do Funchal, tendo falecido nessa cidade em 1951, com apenas 49 anos.

4.3.5. Casamento entre judeus e cidadãos de sangue alemão - “Lei para a proteção do sangue alemão e da honra alemã” - Artigo 1.º, n.º1

O artigo 1º, 1) da “Lei para a protecção do sangue alemão e da honra alemã”, instituía a proibição dos casamentos entre judeus e cidadãos de sangue alemão ou aparentado, declarando-os nulos e sem efeito mesmo que tivessem sido realizados no estrangeiro.

Este artigo irá marcar o destino de Lisbeth Schnitzer⁶⁶ e Eugen Brendle, que viram o seu noivado prolongado de 1933, até 26 de janeiro de 1949, quando finalmente conseguiram obter os documentos para realizarem o seu casamento na Madeira.

Ainda que tendo nascido já no Funchal, o facto de Lisbeth ser de família judaicas, impossibilitou a obtenção da certidão comprovativa de habilitação para o casamento (*Ehetauglichkeitszeugnis*), com o noivo alemão Eugen Brendle.

Como a própria Lisbeth referiu no seu testemunho, ela e o marido “foram castigados como alemães e como judeus, nunca estiveram do lado certo”. (Emmons, 2000) Em 1939, por ser alemão o seu marido Eugene Brendle foi despedido da firma inglesa de vinho Leacock, tendo passado a executar trabalhos como electrotécnico, a arranjar frigoríficos dos hotéis madeirenses. Lisbeth entrou a trabalhar em 1938, na empresa “Imperial de Bordados Ld.^{aaa}”, localizada na esquina da Rua do Castanheiro, com a Rua de São Pedro, com entrada no n.º 28, onde permaneceu em funções mais de 50 anos.

⁶⁴ *Diário de Notícias*, da Madeira, artigo “A exposição técnica da Electro Reparadora”, 1 de dezembro de 1945, pág.1 e 6

⁶⁵ Informações sobre a família Schnitzer, comunicada por correio eletrónico, em julho de 2014, por Peter Schnitzer Gama-Lobo

⁶⁶ Rose Lisbeth Schnitzer nasceu no Funchal a 14 de maio de 1914 e faleceu a 15 de julho de 1999 nesta mesma cidade.

4.4. Os judeus refugiados na Madeira

4.4.1. Os judeus refugiados de Gibraltar – “os gibraltinos”

Uma das soluções encontradas para fazer face aos problemas económicos da ilha, e nomeadamente do desemprego crescente nas áreas de atividade relacionadas com o turismo, acabou por passar por acolher na Madeira mais de 2000 refugiados de Gibraltar.

Gibraltar enquanto enclave britânico com uma posição estratégica no controlo do mar Mediterrâneo foi alvo de bombardeamentos durante a Segunda Guerra mundial, levando os seus habitantes a procurarem refúgio em Inglaterra, na Madeira e na Jamaica.

A Associação Comercial do Funchal e o Governador Civil da Madeira viram nesta possibilidade de receber os refugiados gibraltinos, uma oportunidade para revitalizar a economia madeirense, uma vez que muitas destas famílias essencialmente inglesas com residência em Gibraltar possuíam avultadas fortunas pessoais.

Esta intenção foi atendida pelo Governo Nacional, sendo o próprio Oliveira Salazar a telefonar ao Presidente da Câmara do Funchal pedindo esclarecimentos sobre o número de pessoas que o Funchal poderia receber. (Janes, 2001:196)

Deste modo, através da Associação Comercial do Funchal e da Delegação de Turismo da Madeira, começam a encetar-se esforços junto dos proprietários de habitações que se encontrassem para alugar e dos proprietários dos hotéis para preparem os seus estabelecimentos, de modo a tornar o destino ainda mais apelativo, atraindo os refugiados gibraltinos estacionados em Lisboa, suprimindo assim falta de turistas devido à guerra.

Os refugiados gibraltinos começaram a chegar a partir de julho de 1940, em três navios, transportando cerca de 2000 passageiros⁶⁷ divididos em três categorias: A, B e C, de acordo as suas condições financeiros, sendo a categoria C constituída por pessoas de menores recursos, cerca de 335 que ficaram acomodados nas modestas instalações do Lazareto⁶⁸. As famílias

⁶⁷ Ao porto do Funchal chegaram os seguintes navios: o *Royal Ulsterman* em 21 de julho de 1940, com 452 passageiros (878 menores); o *Ulter Monarch* em 24 de julho de 1940, com 282 passageiros (55 menores) e o *Neuralia* a 13 de agosto de 1940, com 1248 passageiros (316 menores).

Lista de passageiros dos navios disponível no Arquivo Regional da Madeira:

Royal Ulsterman – Arquivo Regional da Madeira - Alfândega do Funchal - Caixa 191/9, contramarca 238/40

Ulter Monarch – Arquivo Regional da Madeira – Alfândega do Funchal - Caixa 191/11, contramarca 240/40

Neuralia – Arquivo Regional da Madeira – Alfândega do Funchal – Caixa 193/8, contramarca 261/1940

⁶⁸ Os edifícios que compõem o Lazareto já desempenharam diversas funções ao longo do tempo, incluindo serviço prisional, morgue na época das grandes epidemias como a peste, local de quarentena, hospital e lar de idosos.

gibraltinas da categoria A e B ficaram dispersas por alguns hotéis, por pensões e casas particulares.⁶⁹

Durante os quatro anos em que aqui permaneceram fundaram vários clubes como *Gibraltar Sport Club*, o *Selfton Sporting Club*, a *Gibraltar Women Guild*, apoiaram iniciativas humanitárias e caritativas, constituindo mesmo uma escola inglesa para a instrução dos mais novos enquanto permaneciam na Ilha – *The British School for Gibraltar Children*, instalada no edifício do Hotel Monte Carlo.



Imagem 12 - The British School for Gibraltar Children (1942) - Photographia – Museu “Vicentes”

A vida social madeirense animou-se de tal modo com a chegada das famílias gibraltinas, que ainda hoje é frequente ouvir-se falar das “gibraltinas”, que na altura provocaram um certo escândalo na pacatez da vida urbana funchalense pelos seus modos de vestir, por fumarem em público e frequentarem os cafés. Algumas dessas raparigas e rapazes acabaram mesmo por casar no Funchal, com madeirenses.

Com o termo da guerra, os gibraltinos começaram a abandonar a Madeira, iniciando-se a saída a 28 de maio de 1944. Nos jornais da época podemos encontrar vários anúncios de despedida e agradecimento à sociedade madeirense pelo modo como foram recebidos.⁷⁰

⁶⁹ O *Diário de Notícias*, da Madeira de 22 de julho de 1940 dá-nos conta da chegada dos refugiados de Gibraltar, que ficaram hospedados nos seguintes hotéis e pensões: Hotel Reids, Savoy, Monte Palace, Belmonte, Bela Vista, Golden Gate, New Avenue, Mira Mar, Victória, Atlantic, Camacha, Universal, Quinta da Esperança, quinta das cruces, New English Hotel, Hotel Monte Carlo, Pensão Vista Alegre, Helvetia, Phoenix, Santos, Voga, Avenida, Lido, Santa Clara, Boa Vista.

No Parque de Santa Catarina (Funchal) foi colocado no dia 8 de abril de 2008, um monumento em homenagem aos refugiados gibraltinos que morreram na Madeira entre 1940 e 1945, oferta da Comunidade de Gibraltar como símbolo da sua gratidão. A 13 de maio de 2009 foi assinado um protocolo de gemação entre os municípios do Funchal e de Gibraltar.

- Comunidade judaica de Gibraltar no Funchal

Neste contingente de 2000 evacuados, contam-se cerca de 80 membros da comunidade judaica de Gibraltar⁷¹, que no Funchal receberam a orientação do seu líder religioso David Benaim, funcionando a sinagoga por cima da casa deste, na Calçada do Socorro n.º 2.

O jornal *The Sentinel* (Chicago), de 12 de dezembro de 1940 dá-nos conta desta pequena comunidade criada no Funchal por David Benaim:

London (Jewish Telegraphic Agency) – A small party of Gibraltar Jews, under the leadership of David Benaim, vice-president of the Gibraltar Hebrew Congregation, left for Madeira when the island was evacuated, The Jewish Chronicle reports, and they have established a compact little community at Funchal. As there was no constituted Hebrew congregation there, Benaim procured Sifrei Torah and other ritual appurtenances from Gibraltar and Lisbon and instituted regular services.

Na imprensa regional, nomeadamente no *Diário de Notícias*, da Madeira podemos encontrar vários anúncios em inglês, convidando os membros da comunidade judaica de Gibraltar, a participar nas diversas práticas religiosas.

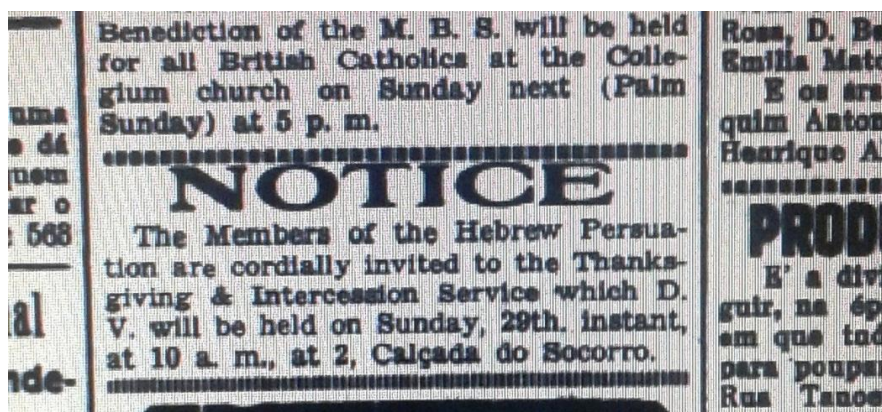


Imagem 13 – Notícia publicada no *Diário de Notícias*, da Madeira nos dias 27 e 28 de março de 1942

⁷⁰ **Anexo 6:** Anúncios de despedida na imprensa regional madeirense, por ocasião do retorno dos refugiados a Gibraltar.

⁷¹ **Anexo 7:** Lista de refugiados da comunidade judaica de Gibraltar - Informação comunicada por Louis Pereira via correio electrónico no dia 31 de janeiro de 2013.

Louis Pereira nasceu em Gibraltar a 21 de agosto de 1926 e veio como refugiado para a Madeira em 1940, juntamente com a mãe e os irmãos. No dia 2 de janeiro de 2013 foi-lhe atribuído pela Câmara Municipal do Funchal a Medalha de Mérito Municipal Grau Ouro, pelo seu esforço na criação de laços fortes entre Gibraltar e a Região Autónoma da Madeira.

Várias são as fotos que testemunham a vida cultural, social e religiosa da pequena comunidade judaica de Gibraltar, desenvolvida no período que permanecera no Funchal, denotando uma normalidade possível face à condição de refugiados.⁷²



Imagem 14 – Sinagoga e residência de David Benaim, na Calçada do Socorro, n.º 2

Destacamos a título de exemplo, dessa atividade cultural, a exposição do pintor de origem judaica Jacobo Azagury, que se realizou no salão da Associação Comercial do Funchal, em 21

⁷² **Anexo 8:** Imagens de celebrações, festas de aniversário e casamento da comunidade judaica de Gibraltar no Funchal – Gingell, Joe (2014): Imagens cedidas por Joe Gingell, via correio electrónico no dia 10 de julho de 2014

de maio de 1944, reunindo 34 quadros, essencialmente paisagens e retratos.⁷³ Este pintor recebeu em 2008 a título póstumo, a Medalha de Honra de Gibraltar, pelos seus serviços pelas artes.

Os elementos da comunidade judaica de Gibraltar que faleceram durante a sua estadia na Madeira, foram sepultados no Cemitério Israelita do Funchal, tendo quatro deles sido trasladados para Gibraltar.⁷⁴

4.4.2. Os judeus refugiados do Leste europeu

Nos anos 30 vieram para a Madeira vários judeus provenientes do Leste europeu, alguns antecipando os tempos difíceis que iriam ser alvo, outros mais tarde, fugindo das perseguições do regime nazi.

Destacaremos algumas dessas figuras que passaram pela Madeira durante esses tempos conturbados, algumas delas aqui permaneceram findo o conflito mundial, onde faleceram e se encontram sepultadas, nomeadamente no Cemitério Israelita do Funchal.

Walter Emanuel Alexander-Katz e família

O médico Walter Emanuel Alexander-Katz nascido em Hamburgo formou-se novamente em Portugal, em 1936 na Faculdade de Medicina de Lisboa. Exerceu primeiro medicina em Lisboa, e fazia viagens regulares ao Funchal para exercer clínica de oftalmologia. Em 1939 à medida que a situação ficava insuportável para os judeus na Alemanha, Walter Katz acabou por trazer a sua família para o Funchal.⁷⁵

O seu pai Willy Alexander-Katz médico especialista de doenças de estômago e intestino, com trabalhos publicados na área do cancro, viu-se forçado a deixar a sua clínica em Hamburgo, bem como a maior parte dos seus pertences, acabando por falecer no Funchal em 1945 poucos

⁷³ *Diário de Notícias*, da Madeira, artigo “Vida Artística – Exposição de pintura Jacobo Azagury”, de 18 de maio de 1944

⁷⁴ Gibraltinos sepultados no Cemitério Israelita do Funchal por ordem de enterramento: 10 de outubro de 1940 - Samuel M.S. Benady (transladado para Gibraltar); 6 de maio de 1941 - David Cohen; 28 de dezembro de 1941 - Esther Benaim Hassen (transladado para Gibraltar); 4 de janeiro de 1942 - Donna Hassan Bentata (transladado para Gibraltar); 21 de janeiro de 1942 - Mordejay Labos; 10 de setembro de 1942 - Baruj Tobelem (transladado para Gibraltar); 15 de outubro de 1945 - Rosa Benyunes; 11 de maio de 1943 - Estrela Labos; 26 de Setembro de 1943 - Abraham Benzecry. (Santos, 1992:138)

O obituário de Abraham Benzecry foi publicado no *Diário de Notícias*, da Madeira, de 28 de Setembro de 1943, pág. 2

⁷⁵ Anúncio dando conta da chegada do médico Walter Alexander-Katz, publicado no *Diário de Notícias*, da Madeira a 26 de fevereiro de 1939: “Walter Alexander-Katz – Especialista operador de doenças de olhos – Chega pelo “Carvalho Araújo” a 24 e começa a atender no dia 28, no consultório do Ex.º Sr. Dr. Carlos de Castro Abreu, Rua da Carreira n.º 26”

meses antes do final do conflito, encontrando-se sepultado no Cemitério Israelita do Funchal.⁷⁶

Walter Belmonte

O médico Walter Belmonte (1901-1982) nascido em Leipzig, filho do médico de clínica geral e obstetra Isaac Abendana Belmonte, saiu da Alemanha por volta de 1933 a conselho de um dos seus chefes, e deslocou-se para Portugal, onde voltou a formar-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Terá convencido as autoridades portuguesas, das suas origens lusas, através dos seus antepassados provenientes da localidade de Belmonte. E mudou-se em 1935 para o Funchal, eventualmente, a pedido do cônsul alemão E. Gesche, onde exerceu medicina até finais de 1979. (Wilhelm,1994)

Sob sua tutela trabalhava o “dentista”⁷⁷ alemão Karl Rohwedder, que também era seu inquilino, o que levou o cônsul e o vice-cônsul a prevenirem Rohwedder que esta relação não era conveniente, pelo que este deveria procurar um novo trabalho e uma nova residência.⁷⁸(Emonts, 2000)

Walter Belmonte recuperou a nacionalidade alemã em 1979, que lhe havia sido retirada pelos nacional-socialistas, e foi reconhecido pelo Governo da República Federal da Alemanha pelos méritos demonstrados no campo da Pediatria e Ortopedia Pediátrica.

Charlotte Bergmann

Ao contrário de Belmonte e Katz, a médica Charlotte Bergmann de ascendência judaica e de educação protestante veio directamente para a Madeira com o seu marido e não voltou a licenciar-se em Portugal, ficando assim impedida de exercer a sua especialidade de oftalmologia, fazendo-o clandestinamente por seis meses como assistente de um

⁷⁶ Obituário de Willy Alexander-Katz, publicado no *Diário de Notícias*, da Madeira, a 10 de abril de 1945

⁷⁷ O dr. Walter Belmonte deu protecção a Rohwedder perante as autoridades portuguesas, pois este exercia funções como dentista, quando era apenas protésico dentário.

⁷⁸ No Anuário do Turismo de 1939/1940, podemos já encontrar a nova morada de Karl Rohwedder, na Quinta das Tangerinas, na Travessa de Santa Luzia, que comprova a separação dos dois dentistas.

oftalmologista do Funchal, mas foi obrigada a abandonar as suas funções devido a denúncia de outros médicos.⁷⁹

No seu relato “Crônicas da Emigração 1932 a 1954”⁸⁰, Charlotte Bergmann descreve esses tumultuosos tempos, em que foi obrigada a abandonar as suas funções. Antes da vinda para a Madeira, o casal fugiu para a Suíça, onde tiveram dificuldades em oficializar o seu matrimónio.

A 4 de janeiro de 1937 chegam à Madeira, e a facilidade com que foram recebidos leva-a a afirmar: “Julguei que tínhamos desembarcado no Paraíso. Passadas algumas semanas tínhamos obtido a nossa autorização de residência⁸¹ que só era preciso renovar uma vez por ano. Nunca mais nos pediram um passaporte.”

As dificuldades em exercer a sua especialidade devido às restrições impostas pela lei n.º 1976 de abril de 1939, que proibia o exercício de Medicina a todos os estrangeiros que não tivessem feito o exame de equivalência até 28 de fevereiro desse ano, levaram a que tivesse de recorrer a outras atividades para garantir a subsistência, tomando conta de pessoas doentes durante a noite e dando aulas com o marido aos filhos dos gibraltinos abastados que se encontravam refugiados na Madeira. O marido leccionava alemão, grego, história da arte e história. E ela, francês e português aos ingleses, e inglês aos portugueses. Em junho de 1941 foi-lhes retirada a nacionalidade alemã, segundo comunicação do cônsul da Alemanha.

Com o fim da guerra em 1945, os alunos gibraltinos regressaram a Gibraltar e os jovens ingleses enviados para colégios internos em Inglaterra, e o seu marido recusava os convites para professor de Germanística em universidades alemãs, pois considerava que “não queria ser convidado só por ser anti-nazi”, curiosamente, só depois da queda de Hitler é que voltou a ser capaz de compor poesia, escrevendo "Paisagem Atlântica. "

Wolf Bergmann foi recomendado para o Instituto Alemão (Instituto Goethe) em Lisboa que estava a nascer, e começou em 1954 a exercer funções como professor de Alemão, em 1956 foi nomeado diretor dos cursos de Alemão e em 1960 diretor do Instituto.

Faleceu em Lisboa no dia 7 de outubro de 1972, onde se encontra sepultado no Cemitério Alemão.

⁷⁹ Como a própria Charlotte refere nas suas crónicas: “Depois de tanto sucesso com os meus pacientes algo tinha de acontecer. Fui chamada à polícia - provavelmente subornada. Foi-me dito: "Pode escolher entre fechar o consultório ou ser mandada de volta à Alemanha." Fiquei desesperada. Mas o que é que eu podia fazer?"

⁸⁰ “Crônicas da Emigração 1932 a 1954”, de Charlotte Bergman encontram-se disponíveis no site oficial da Liga Luso-Hanseática www.phg-hh.de/PP_PDF/Portugal_Post/PP29/s_pp29_bergmannLisboa.html#cronica. Data de acesso 13 de setembro de 2014.

⁸¹ **Anexo 9:** Visto de autorização de residência de Charlotte Bergmann. Arquivo Regional da Madeira – GCFUN – 1066-3 – p.008, a,c,d

Kurt Coper e família

Em 1929, encorajado a partir pelo laureado Franz Haber, o berlinense Kurt Coper⁸² aceita o lugar de professor na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, onde leccionou as cadeiras de Noções Gerais de Química Física (1931-1933), Química (1933-1937), Química Orgânica (1937-1938) e Noções Gerais de Química Física (1937-1938). A seu pedido rescinde o contrato em março de 1938 e parte para a ilha da Madeira, para trabalhar na firma Leacock & Co.⁸³

Acompanhado pela sua mãe Rose Coper, e a companheira sueca Ruth Bungner, com o eclodir da Segunda Guerra Mundial vê-se retido na Madeira, durante os 6 anos seguintes.

O seu filho Gunnar Maximino Bungner Coper nasce na Madeira, em junho de 1939, não sendo reconhecido nem como português, nem como alemão, por seu pai ter perdido a nacionalidade alemã enquanto judeu.

Com o fim da guerra, Kurt Coper parte para os Estados Unidos da América, onde se reúne com irmão que havia fugido da Alemanha, e a sua companheira e o filho partem para a Suécia. Em finais de 1947 a família reúne-se nos Estados Unidos, onde hoje podemos encontrar os seus descendentes.⁸⁴

Hans (João) Wetzler

Poucos meses antes do eclodir da Segunda Guerra Mundial, o judeu Hans Wetzler⁸⁵ saiu de Praga e veio para o Funchal, onde se associou a Manuel Hugo Luís da Silva, e fundam uma empresa exportadora de bordados e outros produtos manufacturados, com venda local na “Loja Bimbo”, o primeiro estabelecimento na ilha de roupa de criança.

Adquire a nacionalidade portuguesa em 1949⁸⁶, adaptando o seu nome Hans, para João. Torna-se um importante colecionador, nomeadamente de peças de antiguidade e de mobiliário

⁸² **Anexo 10:** Visto de autorização de residência de Kurt Coper. Arquivo Regional da Madeira – GCFUN – 1066-2 – p.006 (a,b,d)

⁸³ Dados disponíveis no site oficial da Universidade de Coimbra www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/atores/COPERkurt Data de acesso 13 de setembro 2014

⁸⁴ Testemunho de Gunnar Coper sobre a sua passagem pela ilha da Madeira disponível em www.collenbrook.org/Collenbrook/News/Entries/2011/3/1_Link_n_Tower_Volume_111_Issue_2_3_files/link-n-tower-mar-2011.pdf Data de acesso 13 de setembro 2014

⁸⁵ Hans Wetzler nasceu a 10 de junho de 1869 em Viena de Áustria, filho de Otto Wetzler e de Olga Wetzler e faleceu a 11 de junho de 1966 no Funchal.

⁸⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Pedidos de naturalização de estrangeiros residentes em Portugal e nas colónias - Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, cx. 164, proc. 1262/95, n.º 9

inglês, que obtém através de famílias britânicas residentes na Madeira, que abandonavam a ilha.

Em 1946, este seu gosto pelo coleccionismo e pelas antiguidades levaram-no à abertura de uma casa de antiguidades, na Rua da Carreira nº 128-130 - as “Galerias da Madeira”.



Imagem 15 – Imagem das Galerias da Madeira, de João Wetzler - Photographia – Museu “Vicentes”

Ao longo dos anos, adquiriu um vasto conjunto de peças na ilha da Madeira, em Portugal Continental, e no estrangeiro, onde visitava várias casas de leilões. Chegou a ter a seu cargo mais de 200 empregados, distribuídos pela indústria do bordado e o ramo das antiguidades. No final da sua vida converteu-se ao catolicismo, chegando mesmo a ser baptizado.

Com o seu falecimento em 1966, e dando cumprimento às determinações do seu testamento, foram entregues 333 peças de ourivesaria, à Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, a favor do Museu da Quinta das Cruzes, deste vasto espólio destacam-se algumas as peças ligadas ao culto judaico.

A família Schnitzer

Por várias vezes falamos neste estudo da família Schnitzer, nomeadamente Willy Schnitzer e os seus filhos Gilbert e Lisbeth, cuja permanência na ilha da Madeira remonta o princípio do século XX.

No entanto no decorrer da investigação, encontramos um ramo da família Schnitzer, que se refugiou na Madeira durante a Segunda Guerra Mundial, reunindo-se aos familiares que ali já estavam estabelecidos.

Rose Schnitzer, sobrinha de Willy Schnitzer, foi a primeira da família a sair de Berlim, para estabelecer-se na Madeira como farmacêutica, na Farmácia Portuguesa, na Rua João Távira, ainda hoje, uma das mais conhecidas farmácias do Funchal.⁸⁷



Imagem 16 – Farmácia Portuguesa (Rose Schnitzer no lado direito)

Depois de estabelecida, Rose conseguiu trazer o seu irmão Julius para a Madeira, que começou a trabalhar apenas com 15 anos na firma de bordados Imperial Linens, de quem eram proprietários Leo Behrens e Charles Rolland. Estes dois proprietários fazem parte da importante comunidade síria-americana, que aproveitou a saída forçada das firmas de bordados alemãs, durante a Primeira Guerra Mundial, para se reafirmarem neste mercado,

⁸⁷ O pedido de Rose Schnitzer para a obtenção do título de residência pode ser consultado no Arquivo Regional da Madeira – Governo Civil – GCFUN -Livro 1063, pág.152

apostando fortemente na exportação dos bordados, sobretudo para os Estados Unidos da América.⁸⁸

A família acabou por ficar reunida com a chegada dos seus pais Arthur e Elsa. Rose conheceu Eduardo Gama-Lobo que havia chegado de Lisboa para trabalhar na farmácia, e casaram em 23 de março de 1938 no Funchal, onde os seus filhos Peter e Fred nasceram, respectivamente, a 26 de janeiro de 1939 e 28 de junho de 1945.



Imagem 17 - Rose Schnitzer e Eduardo Gama-Lobo no dia do casamento (23 de março de 1938)

⁸⁸ Os empresários Leo Behrens e Charles Rolland foram identificados como sendo judeus, segundo informação comunicada por Trude Schnitzer, viúva de Julius Schnitzer, via correio electrónico no dia 23 de julho de 2014.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a empresa americana Campbell, Metzger & Jacobson enviou para a Madeira como seu representante **Leo Behrens**, a quem se juntou mais tarde **Charles Rolland**. Em 1925 decidiram abrir a sua própria empresa, a Imperial Linens (Imperial de Bordados) e tiveram um papel importante no desenvolvimento de novas técnicas aplicadas à indústria do bordado, impulsionando um novo design para os bordados da Madeira, quer através da adaptação de pinturas clássicas europeias, quer através da utilização de desenhos das flores locais, ricas em cores e exotismo. (Walker e Holman, 1987)

Em 1951 Charles Rolland ofereceu à Camara Municipal do Funchal a quantia de 30 mil escudos e material para a construção do Aquário Municipal, que foi inaugurado em dezembro de 1953 no rés-do-chão do Palácio de São Pedro (Rua da Mouraria, Funchal), com 15 tanques de exposição onde se encontravam representados os elementos da fauna marinha costeira da Madeira, sob a direção científica do taxidermista e cientista de origem alemã Doutor Günther Maul (Diretor do Museu de História Natural do Funchal entre 1943-1981). Na imprensa regional da época que dá conta da inauguração do Aquário é também feito um agradecimento a Eugen Brendle (marido de Lisbeth Schnitzer Brendle) por ter importado “o material do estrangeiro sem exigir lucros”.

Com o fim da guerra Julius Schnitzer estabeleceu-se nos Estados Unidos, onde vendia roupa de cama, da firma Imperial Linens. A restante família acabou por o seguir, onde se encontram ainda hoje os seus descendentes.

A viúva de Julius Schnitzer conta que o seu marido de porte atlético esperava participar nos Jogos Olímpicos de Berlim, mas o facto de ser judeu não o permitiu.

Relativamente aos hábitos religiosos da família enquanto viveu na Madeira, esta celebrava as principais festividades judaicas. Tendo Peter, o filho mais velho de Rosa, frequentado a escola portuguesa, onde inevitavelmente teve formação católica, como era usual nas escolas públicas portuguesas na altura.

Vários foram os membros das família que faleceram nos campos de concentração, o que os levou a contratar um advogado alemão a fim de seguir o rasto desses familiares, e a tentar obter alguma compensação por parte do governo alemão, pelas perdas infligidas.

Ao se estabelecerem nos Estados Unidos da América, mais propriamente em Chicago, a família restabeleceu as suas ligações com a religião judaica.⁸⁹

A família Neugarten

O alemão Kurt Louis Neugarten, nascido em Hörder (Dortmund) terá chegado à Madeira em 1935, com apenas 25 anos, podemos encontrar vários anúncios no *Diário de Notícias*, da Madeira, onde disponibiliza os seus serviços de pedicuro-especialista, diplomado pelo National School of Chiropody, de Manchester, pela International School of Practipedics, de Londres e pela Internationale Praktipedia-Schule, de Frankfurt.⁹⁰

Os seus pais Ferdinand e Johanna Neugarten chegaram ao Funchal, a 25 de fevereiro de 1939, a bordo do navio *Cap Arcona* proveniente de Hamburgo.⁹¹ Esta família judaica terá permanecido na Madeira após o fim da Guerra, tendo Kurt Neugarten, casado no Funchal a 31 de dezembro de 1951, com Margit Anne Gertrud Friedman.

⁸⁹ Rosa Gama-Lobo faleceu em 2009, com 96 anos e o seu irmão Julius Schnitzer faleceu em 2007, com 87 anos e encontram-se ambos sepultados no Jewish Oakridge – Cemetery Hillside (Illinois).

⁹⁰ **Anexo 11:** Exemplo de um dos anúncios de Kurt Neugarten, publicado no *Diário de Notícias da Madeira*, de 13 de dezembro de 1935, pág. 2

⁹¹ Ferdinand Neugarten nasceu a 28 de agosto de 1882, profissão comerciante. Johanna Neugarten nasceu a 4 de agosto de 1885, doméstica. Lista de passageiros do navio *Cap Arcona* (25 de fevereiro de 1939) - Arquivo Regional da Madeira – ALFUN – Caixa n.139 – Processo n.º5

Os Neugarten tornaram-se comerciantes, donos de uma loja de discos e rádios, na Travessa do Forno n.º 7, no Funchal. Na altura uma loja muito conhecida por ser a representante da marca alemã Nordmend.

Desta família apenas sabemos da morte de Margit Neugarten a 4 de dezembro de 1958, com 43 anos de idade na cidade do Porto, e encontra-se sepultada no Cemitério Israelita do Funchal.

Durante a investigação sobre esta família, o nome de Ferdinand Neugarten surgiu na *The Central Database of Shoah Victims' Names*, no entanto à data do seu suposto desaparecimento, este encontrava-se no Funchal, como se pode confirmar através da consulta da lista de passageiros do navio *Cap Arcona* (1939), e da certidão de casamento do seu filho Kurt (1951), onde foi uma das testemunhas.⁹²

Valérie Isabella Melich de Agrela Farinha

Valéria Melich não foi uma refugiada da Segunda Guerra Mundial, ainda que tenha passado algumas dificuldades burocráticas até chegar a Portugal, devido ao período de guerra iminente e às suas origens judaicas, que a colocaram em perigo na sua saída através do porto de Hamburgo, os motivos que a levaram para a Madeira prenderam-se com o seu casamento com um madeirense.

Nasceu no seio de uma família judaica a 20 de fevereiro de 1915, em Opava, uma cidade no norte da República Checa, nessa altura ainda pertencente ao Império Austro-húngaro. Casou na Hungria com Manuel Agrela Farinha, um industrial madeirense da zona dos Prazeres (Calheta), que se encontrava em visita de negócios ao Leste europeu, com vista a obter maquinaria para a sua fábrica. Casaram primeiro no registo civil húngaro em 14 de janeiro de 1939, em segundo no Consulado de Portugal em Budapeste e por último no dia 26 de janeiro de 1939, na Capela do Cristo Rei (Budapeste) numa cerimónia celebrada em 2 línguas, latim e esperanto.

⁹² Disponível em <http://db.yadvashem.org/names/nameDetails.html?itemId=3616024&language=en> Data do acesso 13 de setembro de 2014

Lista de passageiros do navio *Cap Arcona* (25 de fevereiro de 1939) - Arquivo Regional da Madeira – ALFUN – Caixa n.139 – Processo n.º5

Certidão de casamento de Kurt Louis Neugarten e Margit Anne Gertrud Friedman – Arquivo Regional da Madeira - Conservatória do Registo Civil do Funchal, Livro 139, Registo 830



Imagem 18 - Valérie Isabella Melich de Agrela Farinha

Chegou ao Funchal, no navio *Cap Arcona*, a 25 de fevereiro de 1939 onde se converteu ao catolicismo, tendo sido baptizada na Igreja Paroquial da Freguesia dos Prazeres, desde então não guardou objetos ou seguiu qualquer prática religiosa judaica. Regressou por três vezes à Hungria, mas apesar da sua insistência a sua família nunca a visitou em Portugal, de referir que alguns dos seus familiares passaram pelos campos de concentração nazis.

Mãe de dois filhos e duas filhas, depois de alguns anos de adaptação à realidade madeirense e à zona da Freguesia dos Prazeres na altura de traços marcadamente rurais, tornou-se uma católica fervorosa, falecendo a 23 de maio de 1996, no Funchal.⁹³

⁹³ Informação e fotografia disponibilizadas por Paulo Farinha, filho de Valérie Melich de Agrela Farinha, em reunião e via correspondência eletrónica.

5. Os judeus em Portugal no século XXI

5.1. Contexto nacional – Presença, memória e assimilação

Para falarmos de presença, memória e assimilação no contexto da comunidade judaica portuguesa, seja a nível nacional, ou no caso específico da Madeira, necessitamos ter em consideração a seguinte questão: “Quem são os Judeus? - que não é o mesmo que - “Quem é judeu?”.

O professor de Demografia do Instituto de Judaísmo Contemporâneo da Universidade Hebraica de Jerusalém, Sergio DellaPergola, (2013) considera os judeus como um grupo pertencente a uma classe mais extensa de grupos definidos por identidades religiosas, étnicas e culturais, que podem ser analisados sob três perspectivas: consolidacionista (vê as populações judaicas como objectos discretos para definição e avaliação empírica), situacionista (vê a população judaica como grupos que se podem estudar, mas não se podem quantificar) e manipuladora (vê a população judaica como gerada por intervenções calculadas de elites, sem verdadeira realidade empírica, nem legitimidade).

De modo a responder à questão “Quem são os judeus?”, este autor refere a análise de quatro tipos de identidade judaica, que emergiram ao longo dos tempos que passam por: fazer parte de uma comunidade religiosa judaica abrangente e exclusiva; ser voluntariamente membro de um grupo judeu coeso, de etnia comum; manter uma relação individual independente com a cultura judaica, fora das ligações de filiação; ausência até deste último resíduo distintivo, ser judeus devido á ausência de uma identidade alternativa.

Ao longo dos vários capítulos deste trabalho, acompanhamos o percurso do “regresso” do judaísmo a Portugal, desde os princípios do século XIX, com a chegada de judeus de origem sefardista, de Marrocos e Gibraltar; a abolição oficial da Inquisição em 1821; o esforço no sentido de obter o reconhecimento oficial da comunidade, não só a de Lisboa, mas também a do Porto; a consolidação das instituições judaicas; o ressurgimento do fenómeno criptojudáico; o papel das instituições judaicas no apoio aos refugiados da Segunda Guerra Mundial; a alteração dos equilíbrios dentro da própria comunidade, com a redução do número de judeus sefarditas face ao número crescente de judeus asquenazim; a assimilação progressiva do nome das famílias sefarditas, sobretudo por via do casamento; o envelhecimento da população e a dificuldade na renovação; a própria educação das crianças,

face à saída em 1960 de muitos jovens que se recusavam a ir para a guerra colonial; até chegarmos aos desafios da atualidade, sobretudo de um Portugal saído do 25 de abril de 1974, aberto ao mundo globalizado.

Esther Mucznik no seu artigo, publicado na Revista *História* (1999) dá-nos conta desses desafios da atualidade, que passam por gerir pressões endógenas e exógenas à comunidade. Por um lado, “a pressão da sociedade, tendente a assimilar, a absorver, a neutralizar e a esbater as diferenças”, e por outro lado, a pressão sobre a comunidade actual em relação às memórias do passado, no contexto do aumento do interesse pelas questões judaicas, nomeadamente, no que diz respeito ao “judaísmo português medieval ou pelo marranismo”.

Não só no caso do judaísmo, mas de um modo geral, em relação às religiões seculares, têm vindo a ser confrontadas com um autêntico desafio, face a uma crise espiritual e um reposicionamento da importância da religião, na vida quotidiana do indivíduo.

Atualmente a presença de uma comunidade judaica em Portugal não se resume a Lisboa, continuam a existir no Porto, Belmonte ou no Algarve e com maior ou menos atividade também encontramos pequenos núcleos espalhados pelo país (Mação, Ortiga, Abrantes, Carção, Vilarinho dos Galegos, etc.). E cada vez mais encontramos iniciativas que estreitam esses laços entre o passado e o presente, aproveitando as potencialidades económicas, culturais e históricas dessa relação, como é exemplo, a criação da rede de juduarias com grande potencial ao nível do desenvolvimento turístico e da preservação das memórias.

5.2. Contexto regional: o caso da ilha da Madeira

Como referimos na contextualização metodológica do trabalho, a utilização dos dados dos censos oficiais apresentam problemas, quando se trata de quantificar o fenómeno religioso, havendo o risco de esses dados não representarem a totalidade dos fenómenos de diferenciação religiosa.

No entanto à parte do fenómeno religioso, e para melhor compreendermos a influência britânica e alemã na ilha da Madeira, no período pós Primeira Guerra Mundial e durante e pós Segunda Guerra Mundial, apresentamos o seguinte gráfico comparativo, realizado com os dados dos recenseamentos gerais da população dos anos 1930, 1940 e 1950.

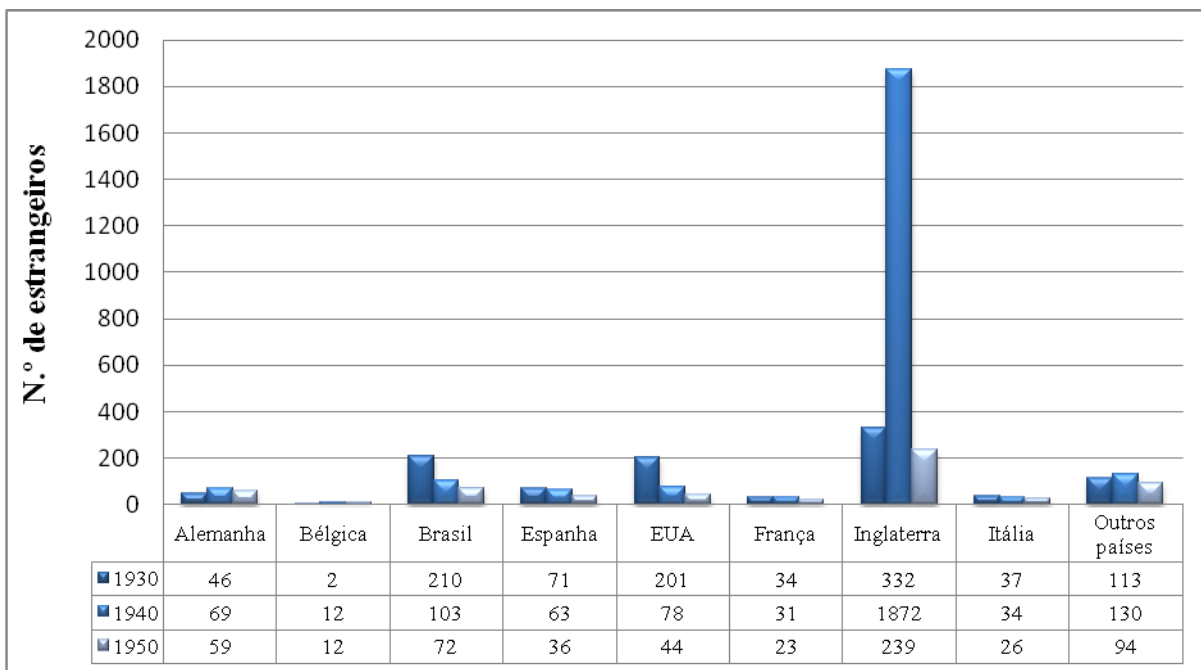


Gráfico 1 – Estrangeiros a viver na Madeira, por anos, segundo a sua nacionalidade (1930,1940,1950)

Em 1940, assistimos a um grande aumento dos estrangeiros de nacionalidade britânica a viver na Madeira, sobretudo devido aos gibraltinos que ali estiveram refugiados no período da guerra.

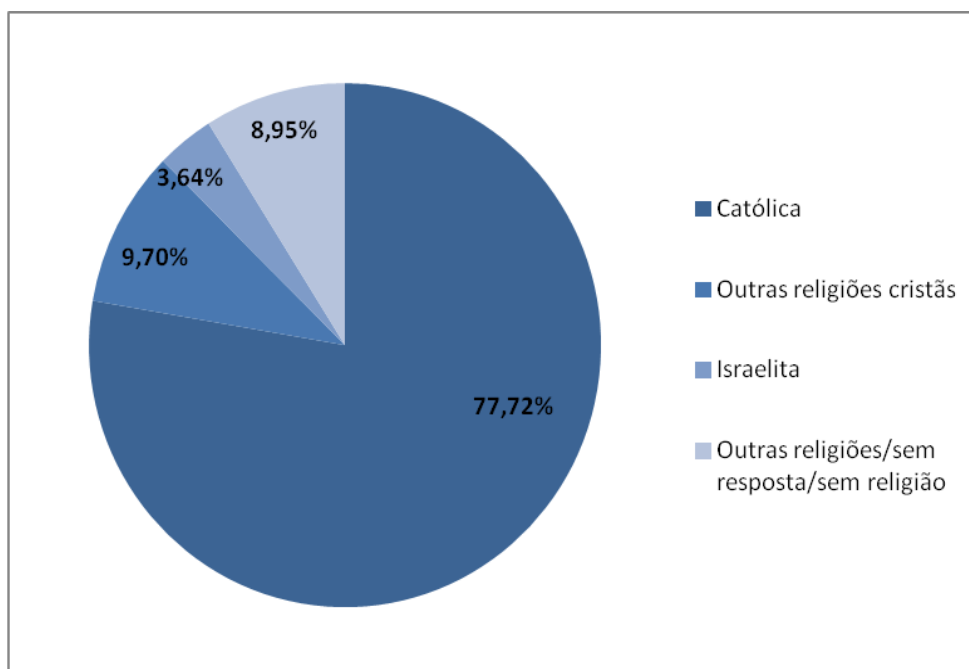


Gráfico 2 – Percentagem de estrangeiros a viver na Ilha da Madeira, segundo a sua religião (1940)

Por sua vez, e segundo dados do VIII Recenseamento Geral da População, podemos ver quem em 1940, cerca de 3,64% dos estrangeiros a viver na Ilha da Madeira, indicavam ser da religião judaica. Desses 87 indivíduos, 11 eram alemães e 76 ingleses, enquanto o número total de indivíduos a professar a religião judaica em 1900, era apenas de 11.

No Censos de 1981 surge o valor de 127 indivíduos que indicam pertencer à religião judaica na ilha da Madeira, em 2001 esses valores desceram para 21, e no último Censos de 2011 os valores voltaram a aumentar para 46. No entanto, pelos contactos encetados ao longo do presente estudo não nos foi possível confirmar tais valores, ainda que a “percepção” da totalidade de indivíduos judeus a viver na Madeira, seja bem menor do que o valor indicado nos últimos Censos.

Das famílias que referimos ao longo deste trabalho, sejam elas das primeiras que se fixaram na ilha ou das que chegaram mais tarde, verificamos que dos seus descendentes, que ainda continuam a viver na Madeira, não podemos afirmar que algum deles ainda professe a religião judaica. Podemos assim eventualmente falar, e segundo Marina Pignatelli (2008:20), tanto numa assimilação progressiva marital ou racial, bem como numa assimilação estrutural, “que implica uma aceitação progressiva mas completa, de um grupo étnico, nas relações sociais primárias e secundárias do grupo maioritário”.

Por sua vez os descendentes dos refugiados de origem alemã agora a viver nos EUA, afirmam que com a sua partida da Madeira e estabelecimento noutro país, recuperaram os seus laços com o judaísmo.

Em março de 2013, foi noticiada a primeira cerimónia judaica em décadas, realizada na Madeira, promovida pela Shavei Israel, uma organização fundada em 2012 que ajuda descendentes de judeus que foram forçados, ao longo dos séculos, a deixarem a religião hebraica, a retomarem os laços com Israel e o seu povo – os *bnei anussim*⁹⁴.

Neste grupo de indivíduos que se consideram *bnei anussim*, encontramos vários indivíduos sobretudo de nacionalidade brasileira, que se estabeleceram na Madeira por razões profissionais e que têm procurado recuperar os laços com passado e com a história dos seus antepassados cristãos-novos, mantendo relações privilegiadas e acompanhamento religioso, nomeadamente, pelo líder espiritual judaico de Belmonte.

⁹⁴ Bnei anussim significa “filhos dos conversos” ou marranos.

Tal como Marina Pignatelli referiu no VII Congresso Português de Sociologia, da Universidade do Porto⁹⁵, relativamente aos *bnei anussim* de Lisboa, mas que poderá ser igualmente aplicada à realidade da ilha da Madeira:

Estes *bnei anussim* aglomeram um conjunto de pessoas que para além de reduzido, também é bastante heterogéneo. Há por um lado aqueles que são efectivamente marranos ou seus descendentes de 2.^a ou 3.^a geração, (...) há outros indivíduos que são de famílias de há muitas gerações nascidos [na Madeira] mas que encontraram (...) as suas raízes judaicas que, apesar de poderem até ser muito recuadas em termos geracionais, são fortemente sentidas (...). A par destes (...) há ainda o grupo de indivíduos que buscam a conversão por uma intensa afinidade. (...) Finalmente, há aqueles que se consideram judeus mas que se vêm frustrados por não serem considerados pela ortodoxia por não serem filhos de mãe judia.

Ao longo deste trabalho identificamos vários tipos de indivíduos que se consideram judeus: alguns estrangeiros que se estabeleceram na Madeira e mantêm aqui algum tipo de religiosidade, ainda que sem um acompanhamento de um rabi; alguns estrangeiros que apenas temporariamente permanecem na Madeira, por períodos curtos de tempo, sobretudo relacionados com a Universidade da Madeira (alunos e/ou professores) e um conjunto de pessoas que se consideram *bnei anussim*, e buscam as suas raízes judaicas (estrangeiros e portugueses).

Não podemos ignorar os madeirenses que reclamam os seus antepassados expulsos ou convertidos forçadamente aquando das visitas da Inquisição à Madeira⁹⁶, ainda é possível encontrar pessoas que reconhecem esses antepassados e ainda que não praticantes do judaísmo continuam a relembrar as suas origens.

5.2.1. Memórias da presença judaica na Madeira

Das marcas da presença judaica na Madeira, destacam-se ao nível do património arquitetónico e arqueológico, o Cemitério Israelita do Funchal, que apesar do seu estado de conservação, guarda em si um conjunto de lápides funerárias, com inscrições em hebraico e/ou apresentando alguma simbólica judaica como a estrela de David ou a *menorah*.

⁹⁵ Intervenção da Professora Doutora Marina Pignatelli no VII Congresso Português de Sociologia, da Universidade do Porto (19 a 22 de junho de 2012) - “Os judeus askenazi de lisboa: contactos culturais durante a recongregação de uma comunidade”- disponível em www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0312_ed.pdf Data do último acesso 13 de setembro de 2014.

⁹⁶ Primeira visita da Inquisição data de 1591-1592 e a segunda visita de 1618. Sobre esta matéria recomendamos a consulta da obra *Rol dos judeus e seus descendentes* (Arquivo Regional da Madeira, 2003).

Ao nível do património móvel judaico, é sobretudo graças ao contributo de João Wetzler, que se pode encontrar no Museu Quinta das Cruzes (Funchal) um conjunto de peças de arte relacionadas com o culto judaico, parte do espólio cedido por este judeu refugiado, que fez da Madeira o seu lar.

Seja por apenas gosto decorativo, ou com algum fundo religioso, podemos também encontrar pela ilha algumas peças que nos remetem para o culto judaico, como o *menorah*, desconhece-se no entanto as motivações daqueles que os exibem.

Relativamente à influência ao nível da toponímia da ilha da Madeira, podemos encontrar poucas referências à presença judaica: a Achada dos Judeus (concelho de São Vicente) e o Pico Judeu (Caniçal – concelho de Machico).

Ao nível lexicográfico madeirense fazemos referência à obra “Vocabulário Madeirense”, do Padre Fernando Augusto da Silva (1950) que refere: “Judeu — Alcunha do habitante da freguesia de Santa Cruz. Indivíduo de maus instintos.”

Esta utilização pejorativa do termo “judeu”, “em virtude da polissemia decorrente das línguas naturais” (Pignatelli, 2008:227) continua a ter alguns vestígios na sociedade atual, visto que ao longo da investigação as pessoas ao serem indagadas se conheciam judeus na Madeira, frequentemente identificavam indivíduos de caráter avarento ou sovina, e raramente indivíduos que efetivamente professavam a religião judaica.

Outro exemplo da polissemia relacionada com termos do léxico judaico é a palavra “sinagogas”, que o Padre Fernando Augusto da Silva (1950) refere como: “Sinagogas — Esgares. Modilhos. Sinais.”

Outro marco interessante da influência da presença judaica na ilha da Madeira encontra-se presente na sinalética de uma das mais conhecidas casas de bordados do Funchal - “Oliveiras Bordados” - cujo símbolo da marca incorpora uma estrela de David (uma bordadeira no fundo de uma estrela de David).

O seu proprietário António Gomes Oliveira, aproveitando o facto de a Madeira ser visitada por muitos viajantes rumo aos Estados Unidos da América, muitos deles judeus, viu na inclusão da estrela de David uma oportunidade de negócio, pelo que em 15 de junho de 1953 regista a insígnia e a 14 de maio de 1959 regista a marca que perdura até aos nossos dias.⁹⁷

⁹⁷ Informação disponível em <http://pt.slideshare.net/CarlosAlbertoAbreu1/trabalho-oliveiras-completo> Data do último acesso 13 de setembro 2014.



Imagem 19 – Publicidade da Fábrica de Bordados Oliveiras

António Gomes Oliveira passou a ser conhecido como “O Judeu” e os seus descendentes que gerem atualmente o negócio relembram vários episódios, que demonstram o seu espírito inovador para a época (década de 40 e 50) com a aplicação de autênticas técnicas de ”marketing” para atrair os clientes para a sua loja que ficava perto do cais da cidade, como a colocação de música judaica a tocar muito alto quando sabia que estavam barcos ancorados com judeus a bordo.

Os seus descendentes relembram uma parceria de sucesso, entre o seu tio e um judeu que passou na ilha da Madeira, rumo à Africa de Sul, que se tornou representante da marca nesse país, com a abertura de uma loja que perdurou até recentemente. Ainda que se desconheça se por razões comerciais ou por convicção religiosa António Gomes Oliveira deslocou-se a Lisboa várias vezes para participar em cerimónias judaicas, sendo detentor de objectos do culto judaico, como por exemplo, a *kipá* (solidéu).⁹⁸

A *Magen David* no logótipo da empresa continua a atrair turistas judeus para as suas lojas, que frequentemente questionam a razão da sua presença na sinalética desta casa de Bordados Madeira.

⁹⁸ Informação e fotografia cedida por Egídio Oliveira, sobrinho de António Gomes Oliveira e um dos atuais proprietários da “Oliveiras Bordados”.

5.2.1.1. O Cemitério Israelita do Funchal

Um dos marcos da presença judaica na ilha da Madeira continua a ser o Cemitério Israelita do Funchal, localizado no Caminho do Lazareto, empoleirado numa falésia em risco de desabar. Mais recentemente, alvo de várias notícias nos jornais regionais, pelo que a população recorda-se vagamente deste local, mais pelo seu estado de deterioração avançado do que pelo seu significado religioso.

Como Rui Santos (1992:126) refere: “E, como tudo, a sua existência tem uma história. Além do mais, este pequeno recinto destinado ao sepultamento de judeus alberga, em si, um pouco da história da nossa cidade, como também de outras partes ou países”.

Não encontramos registos anteriores à construção do cemitério israelita do Funchal, que indiquem como seriam realizados os sepultamentos dos judeus antes dessa data, ainda que haja algumas indicações que seriam eventualmente sepultados em terrenos anexos a cemitérios públicos ou os seus corpos atirados ao mar.

A necessidade da construção do cemitério deverá ter advindo do crescente número de judeus residentes na Madeira, e da necessidade de disporem de um recinto onde pudessem sepultar os seus mortos de acordo com os ritos da sua religião. Pelo tamanho do terreno (21 metros de comprimento por 14 de largura) e a disposição das campas, contabilizaram-se cerca de 38 sepultamentos entre 1854 e 1976, pelo que podemos considerar tratar-se de uma pequena comunidade.

São poucas as indicações relativas à sua construção, no entanto terão sido Judah Allof e Isaac Esnaty que arremataram o terreno que se encontrava penhorado, em 19 de dezembro de 1850 pela quantia de 40 100 reis, para além destes dois, assinaram também o documento Jacob Pallace e Elias Benaim, todos eles comerciantes na praça do Funchal. A carta de arrematação terá sido entregue pelo filho de Isaac Esnaty ao Comité Israelita de Lisboa, através de carta datada de 21 de março de 1906.

No alto da porta da entrada do cemitério figura o ano 1851, não havendo no entanto elementos sobre licenças, obras ou limitações impostas para a sua construção.

Também na imprensa regional, não há nenhuma indicação sobre a sua construção, pelo que a primeira referência ao Cemitério Israelita do Funchal, podemos encontrar no livro *Jornal de uma visita à Madeira e a Portugal – 1853-1854* da visitante inglesa, Isabella de França que o caracteriza como:

O sítio do velho mundo de aparência mais triste e sombrio que eu jamais vi, e com a sua inscrição em hebraico sobre a porta parece a própria morada da desolação. Contudo, o que ali está é um monumento ao grande progresso da tolerância; há cinquenta anos que não se permite a nenhum judeu que viva na ilha, quanto mais seja lá sepultado! (França, 1970)

Outras das referências ao cemitério, podemos encontrar na descrição do escritor Oskar Adolf Hermann Schmitz, que em 1908 passou pela Madeira à procura da sepultura do seu tio-avô do lado materno Ferdinand Schwarzchild, falecido em 1868, enquanto permanecia na região recomendado pelos médicos para curar a sua doença dos pulmões:

Mediante o mapa, o viajante encontrou o portão com toda a facilidade mas em parte alguma se via um porteiro e nenhum dos curiosos, que se tinha reunido, em grande número à volta do alemão, sabia quem guardava a chave e nem sequer de que ali havia um cemitério. (...) Schmitz perguntou então, aos circundantes se no Funchal ainda havia judeus. Alguém lhe respondeu algo como: “Deus nos livre! Ou valha-nos Deus. (Wilhelm, 2004:19)



Imagem 20 – Porta do Cemitério Israelita do Funchal

O cemitério tem apenas uma porta, e o acesso faz-se por umas pequenas escadas, não tem alas ou divisões, nem qualquer instalação de apoio ao enterramento, é vedado por um muro de

alvenaria, que caiu no ângulo sul-leste devido ao terremoto de 1975, levando também à queda de uma campa e das ossadas, que se pressupõe que sejam de Fortunato Abudarham. No topo do frontão da porta parece ter existido uma pedra redonda com a inscrição em hebraico, significando “Habitação da Vida” e a data de 5611, correspondente a 1851.

A família com maior representação é a Abudarham com cerca de quatro gerações, e os Schnitzer com três elementos da família ali sepultados. Destacam-se vários elementos que terão falecido na Madeira enquanto ali se encontravam de passagem por motivos de saúde (turismo terapêutico) ou apenas de férias. Relativamente às nacionalidades dos sepultados, contam-se: 11 da Inglaterra, 8 da Alemanha, 3 de França, 2 de Portugal, 1 da Áustria, 1 dos Estados Unidos da América, 1 de Marrocos, 1 da Síria, e 9 de nacionalidade desconhecida.

A comunidade de judeus gibraltinos deslocados durante a Segunda Guerra Mundial, enterraram no local 9 dos seus elementos, tendo quatro sido trasladados para Gibraltar.

A degradação actual do Cemitério é bastante evidente, não só pelos sinais do passar do tempo e a falta de manutenção, como também pela delapidação e atos de vandalismo a que foram sujeitas várias campas. O terremoto de 1975 para além de levar à queda de uma das campas colocou em perigo de queda as adjacentes.

O Governo Regional da Madeira através da resolução n.º 1354/93, de 30 de dezembro, classificou o Cemitério Israelita do Funchal como de Valor Cultural Local, enquanto imóvel que evoca a presença da comunidade israelita na Ilha da Madeira.

Várias têm sido as diligências nos últimos anos para encontrar uma solução para o estado de degradação do cemitério, envolvendo os autarcas do Funchal, o Governo Regional, a Comunidade Israelita de Lisboa e os embaixadores de Israel, que várias vezes se deslocaram à região.

Em 2008, chegou mesmo a ser disponibilizada pela Câmara Municipal do Funchal, uma área de 466 metros quadrados no cemitério de São Martinho. No entanto, segundo o relatório efectuado pelos dois rabinos da organização ZAKA que se deslocaram de Israel à Madeira para averiguar a situação do cemitério, a lei judaica da Halakah opõe-se a que se proceda à sua evacuação – mesmo porque a única alternativa de terreno para a trasladação das campas seria numa parte do cemitério católico, o que ficou automaticamente fora de questão.⁹⁹

⁹⁹ Informação obtida através de correspondência electrónica e de documentos enviados via postal pela Embaixada de Israel em Portugal, em janeiro de 2013.



Imagem 21 – Muro exterior do Cemitério Israelita do Funchal, junto a uma ravina

A única solução passou a ser a construção de uma parede de cimento na zona do penhasco que dá para o mar, envolvendo uma obra complicada de engenharia e um custo considerável que as autoridades locais não poderiam, à data, suportar.

Mais recentemente deslocaram-se à Madeira (25 de junho de 2014), o rabino Herschel Gluck, membro da direção da *Conference of European Rabbis*, um representante da *Claims Conference* e da *Heritage Foundation for Preservation of Jewish Cemeteries* e ainda o tesoureiro da Comunidade Israelita de Lisboa, que manifestaram a intenção da comunidade judaica recuperar o cemitério, estando, actualmente, a decorrer contactos para a angariação dos fundos necessários.¹⁰⁰

5.2.1.2. A Sinagoga do Funchal

Um dos assuntos que tem sido alvo de grandes dúvidas relativamente às suas origens ou ligações ao rito judaico, trata-se de um edifício na Rua do Carmo, n.º 33, que pelas suas

¹⁰⁰ *Diário de Notícias* da Madeira, de 25 de junho de 2014, pág.3

“parecenças” com a Sinagoga do Rato e a presença de uma estrela numa das suas vidraças, tem sido frequentemente considerada como a Sinagoga do Funchal.¹⁰¹

No site oficial da Comunidade Israelita de Lisboa podemos ler o relato da visita de Esther Mucznik ao Funchal, onde refere:

Da sinagoga apenas resta a fachada, ainda bonita, embora já ocupada em baixo por um café e uma lavandaria, parecendo uma réplica, em pequeno, da sinagoga de Lisboa. Parece ter sido construída de raiz, com fachada para a rua, e uma Magen David incrustada numa das janelas, o que indica que terá sido edificada depois da implantação da República. Mas isto é apenas uma suposição dado que não encontrei nenhuma referência à construção da Sinagoga do Funchal. (Tikvá n.º 27, 3º ano)

E com base nessa suposição, iniciou-se um esforço em encontrar registos que provassem a hipótese de ter aí funcionado uma Sinagoga. O primeiro esforço foi no sentido de fazer um levantamento dos seus antigos proprietários e inquilinos, desde os mais recentes até aos mais antigos, procurando inclusive junto dos descendentes dos mais antigos alguma informação relevante, no entanto nenhum deles avançou com informações que comprovassem essa hipótese.

Junto das Finanças foi possível aferir que o registo de matriz predial do imóvel data de 1937-1938, estando na altura do seu primeiro registo na posse de Isabel de Freitas Branco¹⁰², a esposa de Sidónio Bessa Pais, filho do antigo Presidente da República Sidónio Pais.¹⁰³

Face à possibilidade do edifício ter sido construído pelo responsável do projeto da Sinagoga do Rato, o arquiteto Ventura Terra e procurando uma opinião especializada na presença desta figura na Madeira, foi contactada Teresa Vasconcelos, autora da tese “O Plano Ventura Terra e a Modernização da Cidade do Funchal”, que referiu não ter encontrado no âmbito das suas pesquisas, nenhuma pista que comprove a hipótese. Uma vez que no decorrer da sua investigação, não encontrou o projeto original deste edifício no arquivo de obras públicas e arquivo de obras particulares da Câmara Municipal do Funchal (não colocando de parte a hipótese deste existir mas a falta da data da sua construção dificulta a pesquisa no manancial de processos existentes).

Relativamente às semelhanças entre a Sinagoga do Rato e este edifício, estas ficam-se pelos revivalismos associados ao gosto por gramáticas arquitetónicas da Idade Média, a sinagoga de

¹⁰¹ Nóbrega, Tolentino (2013). “Antiga sinagoga na Madeira descoberta um século depois”. *Jornal Público* de 31 de março de 2013. Disponível em www.publico.pt/j582041

¹⁰² De referir que Isabel de Freitas Branco era prima do Visconde do Porto da Cruz, que falamos no capítulo anterior, pelos seus ideais germanófilos e anti-semitas.

¹⁰³ Registo da venda do edifício da Rua do Carmo n.º 33, por Sidónio Bessa Pais a João Agostinho Camacho, Arquivo Regional da Madeira – Notários – Livro 86, Cota 8412, Folha 24

Lisboa mais ao gosto neo-românico, enquanto o edifício da Rua do Carmo possui elementos que remetem para o gosto neo-árabe, como os arcos de volta ultrapassada ou arco moçárabe, algo que na Madeira foi até os finais dos anos 30 do século passado.

Numa tentativa de esclarecer o ano de construção e o arquitecto responsável pela obra, foi endereçado um pedido de informação à Câmara Municipal do Funchal¹⁰⁴, recebendo a seguinte resposta: “os serviços têm uma ficha relativa a este prédio uma vez que está inventariado, mas a referida ficha não contém as informações que procura. E junto ao processo E 13988/08 com o levantamento deste imóvel, não estão as informações relativas ao ano de construção e autor do projeto.”

A hipótese de ser uma *Magen David* incrustada numa das janelas leva-nos a uma observação mais cuidada da referida janela, de acordo com as seguintes imagens:



Imagem 22 – Janela do edifício da Rua do Carmo n. 33 – vista exterior

¹⁰⁴ Exposição à Câmara Municipal do Funchal - E 4285/14; Resposta por correio eletrónico a 5 de março 2014.



Imagem 23 – Janela do edifício da Rua do Carmo n. 33 – vista do interior

A Estrela de David ou *Magen David* é composta por um hexagrama de seis pontas, feita de dois triângulos entrelaçados. As seis pontas simbolizam o governo de Deus sobre o universo em todas as seis direcções: norte, sul, leste, oeste, para cima e para baixo.

Na Cabalá, os dois triângulos representam as dicotomias inerentes ao homem: bem vs. mal, espiritual vs. físico, etc. Os dois triângulos também podem representar o relacionamento recíproco entre o povo judeu e Deus. O triângulo apontando “para cima” simboliza as nossas boas ações que sobem ao céu, e onde ativam um fluxo de bondade de volta ao mundo, simbolizado pelo triângulo apontando para baixo.

A estrela de David é composta de seis triângulos menores emergindo de um hexágono central, com doze lados que representam, as doze tribos de Israel.

Pela observação da vidraça podemos identificar que no interior da estrela encontramos a forma de um pentágono e não um hexágono.

Para a presença de um pentagrama (estrela feita pela união dos pontos de um pentágono regular e cinco triângulos isósceles congruos) na vidraça da janela, poderão ser apresentadas várias hipóteses, como por exemplo o trabalho de um carpinteiro pouco hábil na arte de esculpir estrelas de David. Tal como Mery Ruah referiu em correspondência trocada relativamente a esta matéria, a hipótese da pouca habilidade na construção da vidraça aconteceu efectivamente na cidade de Larache, em Marrocos, onde um edifício antigo de

habitação de famílias judias, apresenta numa vidraça um pentagrama semelhante, graças à inabilidade do seu construtor.

Outras das hipóteses poderá indicar possíveis referências à simbologia maçónica¹⁰⁵, uma vez que foi a ilha da Madeira uma das primeiras terras de Portugal em que a Maçonaria encontrou mais favorável acolhimento, em 1770 havia já uma loja maçónica na Madeira. Após um interregno do seu funcionamento em 1872, a maçonaria madeirense montou uma tipografia onde publicou o *Madeira Liberal* e o *Oriente do Funchal*. Em 1921, funcionavam no Funchal a loja do Trabalho (fundada em janeiro de 1901), o Grémio 5 de outubro (13 de outubro 1911), a Britannic Lodge (29 de dezembro de 1913) e a loja Pátria Portuguesa (12 de janeiro de 1916). (Silva e Menezes, 1984)

Não foi possível obter junto das famílias judaicas com quem entramos em contacto ao longo desta investigação, alguma confirmação de ali ter funcionado uma sinagoga. Por exemplo, pela análise do registo de casamento dos membros da família Abudarham, vemos frequentemente a menção de se terem realizado na sua casa situada na Rua dos Ferreiros ou celebrados na Sinagoga de Lisboa.

Um dos filhos de Rose Schnitzer nascido no Funchal lembra-se de frequentar uma sala de oração, mas não reconhece as fotografias enviadas do local, nem do seu interior, nem do seu exterior, no entanto tendo em conta a sua tenra idade na altura, a sua percepção poderá não ser considerada conclusiva.

Como já referimos no capítulo relativo aos refugiados gibraltinos, efectivamente funcionou no Funchal uma sinagoga, no edifício da Calçada do Socorro n.2 sob a liderança espiritual de David Benaim. Relativamente ao acompanhamento espiritual por parte de um rabi, apenas encontramos a referência a David Benaim, e a Jacob Bergel um comerciante no Funchal, que desempenhou essas funções no funeral de Hermann Horwitz, em maio de 1901.

¹⁰⁵ Tendo em conta a simbologia maçónica: Estrela flamejante – derivada do pentagrama, é o canon do número de ouro ou proporção dourada, ou seja, o símbolo da natureza do homem que nela está inscrito. Pentalfa – figura formada por cinco triângulos, símbolo da paz, amizade e bom acolhimento, sabedoria e perfeição. (Martins, 1893:32)

6. Conclusão

A ilha da Madeira, pela sua posição geográfica no quadro atlântico, com o seu clima ameno e beleza ímpar, atraiu e beneficiou da presença de indivíduos de várias nacionalidade e culturas desde tempos remotos. A fixação de estrangeiros na Madeira remonta ao tempo da colonização da ilha, tendo o comércio do açúcar levado ao estabelecimento de genoveses, flamengos e italianos, entre eles mercadores judeus.

No entanto este estudo não teve por objecto esta primeira permanência remota dos judeus na ilha da Madeira, mas pretendeu dar resposta às questões relacionadas com a sua presença na ilha no século XIX até aos nossos dias, com especial incidência para o período das Guerras Mundiais. A busca por respostas demonstrou ser uma árdua caminhada, uma vez que a documentação disponível era escassa e na sua maioria carecia ainda de longa pesquisa dentro do rico e vasto espólio do Arquivo Regional da Madeira. Muita informação de carácter inédito foi obtida através de entrevistas presenciais ou de correspondência electrónica mantida com descendentes de alguns judeus que passaram pela ilha da Madeira, que partilharam não só as suas memórias, como também, fotografias dos seus familiares, o que permitiu conjuntamente com a colaboração do *Museu de Fotografia Vicentes* recolher um conjunto de imagens ilustrativas da época e desta temática.

A “errância” do povo judeu deixou marcas na ilha da Madeira e respondendo às questões - quem foram os judeus que passaram pela ilha da Madeira, as suas motivações e principais atividades desenvolvidas-, podemos considerar que as primeiras famílias que chegaram no século XIX foram favorecidas pelos novos ventos trazidos pela extinção da Inquisição e movidas por interesses sobretudo de carácter comercial. Destacam-se as famílias Abudarham, Adida e Athias que foram ganhando destaque e conquistando prestígio na sociedade madeirense, pelos cargos que ocuparam e por via dos casamentos que realizaram.

A ilha da Madeira começara no século XIX a despertar nos alemães um profundo interesse, inicialmente de carácter científico e lúdico, enquanto local de passagem de inúmeras personalidades da monarquia europeia, botânicos e médicos, que aí procuravam a cura para os seus males de saúde, especialmente as doenças pulmonares, atraídos pelas qualidades terapêuticas do clima da ilha.

Esse interesse partilhado com os britânicos foi ganhando relevo na vertente económica, o que levou a um crescente jogo de interesses das *colónias* desses países fixados na ilha da Madeira, e influenciou o que podemos considerar uma segunda fase da presença judaica, que foi fortemente condicionada pelos conflitos mundiais que conduziram a um aumento da chegada de judeus à ilha da Madeira, uns procurando mais uma vez condições comerciais vantajosas, sobretudo na área do Bordado Madeira, outros fugindo das dificuldades que se começavam a sentir na Europa.

O impacto das guerras mundiais na vida dos judeus que por essa altura escolheram a ilha da Madeira como ponto de escala ou de fixação temporária ou permanente fez-se sentir a vários níveis. Por um lado, na Primeira Guerra Mundial os judeus sofreram as consequências da confiscação dos bens e da saída dos alemães da região, para quem e com quem muitos deles trabalhavam e padeceram como o resto da população madeirense com os bombardeamentos do Funchal que prejudicaram o já afetado e limitado trânsito naval atlântico, do qual esta ilha sempre dependeu para se abastecer e estabelecer as suas trocas comerciais.

Por outro lado, com o fim da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra Mundial começam a chegar à ilha da Madeira judeus do Leste europeu, não só ligados à área comercial, mas muitos deles médicos, farmacêuticos e intelectuais. Durante o conflito e apesar da declarada neutralidade portuguesa, a ilha da Madeira recebeu cerca de 2000 refugiados provenientes de Gibraltar, que no seu seio contavam com uma comunidade judaica de cerca de 80 elementos, liderada por David Benaim.

Na ilha da Madeira também se fizeram sentir os ecos do nacional-socialismo, quer através de alguns estudiosos madeirenses assumidamente germanófilos, quer através da pressão dentro do seio da comunidade germânica com a discriminação dos judeus, ao nível do impedimento de celebração de casamentos ou a pressão exercida para que se extinguissem as empresas de sócios “arianos” e judeus - num processo apelidado de “arianização da Madeira”.

Por último e não esquecendo da questão sobre a presença dos judeus na ilha da Madeira atualmente, podemos afirmar que encontramos nos nossos dias sobretudo estrangeiros que por razões profissionais fixaram residência, destacando-se, no entanto, o aparecimento de um movimento de *bnei anussim*, que têm contribuído para chamar a atenção para a questão do Cemitério Israelita do Funchal que se encontra devotado ao abandono, em profundo estado de ruína e risco de queda. O estado a que chegou o referido cemitério é demonstrativo da curta

permanência que determinadas famílias judaicas tiveram na ilha, encontrando-se na região apenas alguns descendentes das família Abudarham e Adida.

Apesar da presença judaica ter sido constante desde o século XIX e ainda que a religião fosse a mesma, o facto de os indivíduos terem nacionalidades diferentes e cultos distintos, contribuiu para que não possamos falar da presença de apenas uma comunidade judaica na ilha da Madeira, mas sim falar de pequenas comunidades de acordo com o seu rito sefardita ou asquenazim, e ainda marcadas pelo tipo de duração da sua permanência na ilha, que foi maioritariamente de curta duração, exceptuando as primeiras famílias das quais ainda encontramos descendentes na sociedade madeirense, mas completamente assimilados na cultura e religião local.

7. Bibliografia

ABECASSIS, José Maria (1990-1991). *Genealogia hebraica. Portugal e Gibraltar. Sécs. XVII a XX* (1.^a ed). Lisboa: José Maria Abecassis. 5 vols.

ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA (2003). *Rol dos judeus e seus descendentes*. Funchal: Arquivo Regional da Madeira.

AZEVEDO, Carlos Moreira (2000). *História religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo dos Leitores.

AZEVEDO, Carlos Moreira (2001). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

CANELO, David Augusto (1987). *Os últimos cripto-judeus em Portugal*. Belmonte: Centro Cultural Pedro Álvares Cabral

CARITA, Rui (1998 - 1999). *História da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional da Educação, 7 vols.

CARITA, Rui e Mello, Luís de Sousa (2002). *Associação Comercial e Industrial do Funchal – Esboço Histórico (1836-1933)*. Funchal: Edicarte

CARITA, Rui (2003). *Associação Comercial e Industrial do Funchal – Esboço Histórico (1933-2002)*. Funchal: Edicarte

CARITA, Rui (2013). *História do Funchal*. Funchal: Associação Académica da Universidade do Funchal.

ECO, Umberto (1984). *Como se faz uma tese em ciências humanas* (3^a ed.). Lisboa: Presença.

FRAGA, Luís Alves de (2003). *Guerra e Marginalidade – O comportamento das tropas portuguesas em França (1917-1918)*. Lisboa: Prefácio.

FRANÇA, Isabella de (1970). *Jornal de uma visita à Madeira e a Portugal: (1853-1854) / Isabella de França* (v. portuguesa). Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo

GINGELL, JOE (2011). *“We Thank God and England...”*. Londres: Dennis D. Beiso

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA (1986). *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração - Direção Regional dos Assuntos Culturais.

- GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA (1993). *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira* (1ª ed.). Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GRADY, Tim (2011). *The German-Jewish Soldiers of the First World War in History and Memory*. Liverpool: Liverpool University Press.
- JANES, Emanuel (2001). “Reflexos da 2.ª Guerra Mundial na Madeira: A Imigração Gibraltina” em Almeida, Luis Ferrand de (coord.) - *Imigração e emigração nas ilhas*. Funchal: CEHA, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp.191-200
- KAYSERLING, Meyer (1971). *História dos judeus em Portugal*. São Paulo: Liv. Pioneira.
- KUPERMINC, Victor (2003). *Os judeus*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- LARA, António de Sousa (2000). *Colonização moderna e descolonização (sumários para o estudo da sua história)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1983). *A maçonaria portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote, 1983
- MARQUES, Helena (2010). *O bazar alemão*. Lisboa: Dom Quixote.
- MARTINS, Jorge (2010). *A República e os Judeus*. Lisboa: Nova Veja.
- MARTINS, Jorge (2011). *Breve história dos judeus em Portugal*. Lisboa: Nova Veja.
- MARTINS, Jorge (2012). *Portugal e os Judeus – Volume II – Do ressurgimento das comunidades judaicas à Primeira República*. Lisboa: Nova Veja.
- MARTINS, Jorge (2006). *Portugal e os Judeus – Volume III – Judaísmo e anti-semitismo no século XX*. Lisboa: Nova Veja.
- MENDES, Nuno Canas (2008). *História e conjuntura nas relações internacionais*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MILGRAM, Avraham (2010). *Portugal, Salazar e os judeus* (1ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- MUCZNIK, Esther, RUAH, Joshua (2007). *Israel, ontem e hoje*. Miraflores: Difel
- MUCZNIK, Lúcia; Tavim, José A.R.; Mucznik, Esther e Mea, Elvira (2009). *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença
- MUCZNIK, Esther (2012), *Portugueses no Holocausto*. Lisboa: Esfera dos Livros.

- NEPOMUCENO, Rui (2006). *História da Madeira – Uma Visão Actual*, Porto: Campo de Letras.
- PENSLAR, Derek J. (2013). *Jew and the Military: a History*, Princeton: Princeton University Press.
- PERNETA, Helena Paula Freitas (2011). *A Madeira e os alemães, 1917-1939: o discurso na imprensa madeirense*. Dissertação de mestrado em Gestão Cultural. Funchal: Universidade da Madeira
- PIGNATELLI, Marina (2000). *A comunidade israelita de Lisboa: o passado e o presente na construção da etnicidade dos judeus de Lisboa*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- PIGNATELLI, Marina (2008). *Interioridades e exterioridades dos judeus de Lisboa*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2006). *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: em fuga de Hitler e do holocausto* (1ª ed). Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2013). *Espiões em Portugal Durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PIMENTEL, Irene Flunser e Ninhos, Cláudia (2013). *Salazar, Portugal e o Holocausto* (1.ª ed.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- SILVA, Fernando Augusto e Meneses, Carlos Azevedo (1984), *Elucidário Madeirense: Fac.Símile da edição de 1946, 3 vols*. Funchal: Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- SILVA, Padre Fernando Augusto da (1950). *Vocabulário Madeirense*. Funchal: Edição da Junta Geral do Funchal.
- SHAMA, Simon (2014). *A História dos Judeus*. Lisboa: Temas e Debates
- TÖNNIES, Ferdinand (1979). *Community and Association*. Londres: Routledge & Kegan Paul
- URIS, Leon (1988). *Exodus*. Mem Martins: Europa América
- WEBER, Ronald (2012), *Passagem para Lisboa*. Lisboa: Clube do Autor.
- WILHELM, Eberhard Axel (1997). *Visitantes e escritos germânicos da Madeira: 1815-1915*. Funchal: Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- WILKE, Carsten L. (1962). *História dos judeus portugueses*. Lisboa: Ed. 70.

WIGODER, Geoffrey (1996). *Dictionnaire Encyclopédique du Judaïsme*. Paris: Robert Laffont

YIN, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman

Publicações

CORSÉPIUS, Yolanda (2010), O Depósito de Concentrados Alemães no Castelo de S. João Batista, Angra do Heroísmo (1916-1918- I Grande Guerra). *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, LXVII e LXVIII:225 a 251.

EMONTS, Anne Martina (2000). Arianização na Madeira. *Revista Islenha*, 26, 55-67.

MUCZNIK, Esther (1999). Comunidade Israelita de Lisboa: presença e memória. *Revista História*, 15 (ano 21 nova série), 32-41

SANTOS, Rui (1992). O Cemitério Israelita do Funchal. *Revista Islenha*, 10, 125-164.

SANTOS, Rui (1993). A família Abudarham do Funchal. *Revista Islenha*, 12, 106-139.

VERÍSSIMO, João Nelson (1990). A questão dos sanatórios da Madeira. *Revista Islenha*, 6, 124-144.

WILHELM, Eberhard Axel (1988). Estrangeiros na Madeira: João Wetzler - industrial de bordados, antiquário e doador duma colecção de pratas. *Revista Islenha*, 2, 69-76.

WILHELM, Eberhard Axel (1990). As casas alemãs de bordados entre 1880 e 1916 e a família Schnitzer. *Revista Islenha*, 7, 52-60.

WILHELM, Eberhard Axel (1993). A Madeira entre 1850 e 1900: uma estância de tísicos germânicos. *Revista Islenha*, 13, 116-121.

WILHELM, Eberhard Axel (1994). Uma figura ilustre da Antiga colónia alemã do Funchal: o médico judeu Walter Belmonte. *Revista Islenha*, 15, 37-40.

WILHELM, Eberhard Axel (2000). Ferdinand Schwarzschild: um judeu alemão sepultado no Funchal. *Revista Islenha*, 26,135-137.

WILHELM, Eberhard Axel (2004). Como um alemão encontrou no Funchal a sepultura do tio-avô judeu. *Revista Margem*, 18,17-25.

WILHELM, Eberhard Axel (2011). O Ataque de um Submarino alemão ao Porto do Funchal, em 1916. Revista *Isleña*, 48,97-120.

WILHELM, Eberhard Axel (2012). O Romance Funchalense – O Bazar Alemão, de Helena Marques (2010) Algumas achegas sobre as suas personagens. Revista *Isleña*, 51, 31-66

Outras publicações

Jornal *Ha Lapid* (19127-1958)

Boletim Informativo da Comunidade Israelita de Lisboa *Tikvá*

Fontes Estatísticas

Instituto Nacional de Estatística

1900 - Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900: IVº Recenseamento Geral da População - *Vol. II : população de facto agrupada segundo as idades, distinguindo o sexo, o estado civil e a instrução elementar ; população segundo a religião*

1930 - Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930: VIIº Recenseamento Geral da População - *Vol. I : Famílias, população de residência habitual e população de facto, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução.*

1940 - VIII Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes em 12 de Dezembro de 1940 - *Vol. XXIII : Açores e Madeira.*

1950 - IX Recenseamento Geral da População no continente e ilhas adjacentes em 15 de Dezembro de 1950 - *Tomo I : População residente e presente, famílias, casais, mulheres casadas, convivências, estrangeiros, cegos, surdos-mudos e orfãos.*

1981 - XII Recenseamento Geral da População. II Recenseamento Geral da Habitação - *Resultados definitivos. Madeira - 1981*

2001 - XIV Recenseamento geral da população. IV Recenseamento geral da habitação - *Resultados definitivos. Região Madeira - 2001*

2011 - XV Recenseamento geral da população. V Recenseamento geral da habitação - *Resultados definitivos. Região Autónoma da Madeira – 2011*

Correspondência

Cordeiro, Helena (assessora do Departamento Político e de Relações Públicas da Embaixada de Israel em Portugal)

Eltis, Helen (neta de Gilbert Schnitzer)

Gingell, Joe (autor do livro “We Thank God and England...”)

Gama-Lobo, Peter e Fred Schnitzer (filhos de Rose e Eduardo Gama-Lobo)

Martins, Jorge (autor de vários livros sobre os judeus em Portugal)

Mucznik, Esther (vice presidente da Comunidade Israelita de Lisboa)

Pereira, Louis (refugiado de Gibraltar)

Schnitzer, Trude (viúva de Julius Schnitzer)

Schnitzer, Robert e Mark (netos de Julius Schnitzer)

Imagens - *Photographia – Museu “Vicentes”*

Imagem 2 – Joseph (José) Abudarham

Imagem 3 - Jacob Abudarham

Imagem 7 - Willy Schnitzer

Imagem 8 – Família Athias (1887)

Imagem 10 - Visita das excursões KdF na entrada da cidade do Funchal (1938)

Imagem 11 – Emma Bach

Imagem 12 - The British School for Gibraltar Children (1942)

Imagem 15 – Imagem das Galerias da Madeira, de João Wetzler

Imagens - Joe Gingell

Imagem 14 – Sinagoga e residência de David Benaim, na Calçada do Socorro, n.º 2

Imagem 24 – David Benaim

Imagem 25 – Festa na “Jewish Room”

Imagem 26 – Cerimónia de casamento da comunidade judaica de Gibraltar - Calçada do Socorro n.º2 (1940-1945)

Imagem 28 – Membros de uma família judaica na varanda da sua residência – Esquina da Rua do Surdo com a Rua da Mouraria (1940-45)

Imagem 30 – Representantes judeus na Madeira

Imagem 31 – Festa de aniversário de Clara Serruya (?) (15 de novembro de 1941)

Imagens – Arquivo Regional da Madeira

Imagem 4 – Rótulo de vinho Madeira da Viúva Abudarham & Filhos

Imagem 13 – Notícia publicada no *Diário de Notícias*, da Madeira nos dias 27 e 28 de março de 1942

Anexos 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10

Imagens cedidas pelas famílias e empresas

Imagem 16 – Farmácia Portuguesa (Rose Schnitzer no lado direito)

Imagem 17 - Rose Schnitzer e Eduardo Gama-Lobo no dia do casamento (23 de março de 1938)

Imagem 18 - Valérie Isabella Melich de Agrela Farinha

Imagem 19 – Publicidade da Fábrica de Bordados Oliveiras

Anexo 1

Lista de autos cívéis de arrolamento de súbditos alemães na ilha da Madeira durante a Primeira Guerra Mundial.

- **Arquivo Regional da Madeira – Processos Judiciais**

Réu	Tribunal	Ano	Caixa	N.º	Observações	
Wilhelm Marum	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1919	2703	17	Casa de Bordados	
Theodor Otto Renter	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1919	2710	6	Processo subiu ao Tribunal da Relação de Lisboa (cx 2703, n.º18)	
R. Kretschmar	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1919	2810	1	Casa de Bordados	
Paul Heins	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1918	2810	3	Casa de Bordados	
Emil Gesche	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1923	2810	7	Cônsul alemão (1910 a 1916, 1921 a 1945, 1957 a 1966)	Foi para Espanha com a família, regressou à Madeira em 1920
Franz Dutting	Tribunal Judicial da Comarca do Funchal	1916/ 1925	169	2	Casa de Bordados Dutting & Gaa	Foi com a esposa Emmy Dutting para o depósito de concentrados da Ilha Terceira
Alfred Julius Schmidt	Tribunal Judicial da Comarca do Funchal	1916	169	3	Casa de Bordados	
Max Reichmann	Tribunal Judicial da Comarca do Funchal	1916/ 1920	169	7	Casa de Bordados	

Deutsches Kohlen Depot; Sociedade Insulana de Transportes Marítimos	Tribunal Judicial da Comarca do Funchal	1916/ 1919	191	8	Empresa de Hamburgo detentora de depósitos de carvão, com agência no Funchal desde 1905	
Hugo Fritz	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1919	479	9	Procurador e Comerciante	Foi com a mulher Ingeborg e o filho Olli para o depósito de concentrados da Ilha Terceira, onde faleceu a 7 de setembro de 1919
Gebrunder Wartenberg	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	479	11	Casa de Bordados Casa Alemã	
Gerburder Ikle ou Ikle Freres	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1917	479	12	Casa de Bordados Casa Suissa (Rua da Carreira, Funchal)	
Kurt Granpe	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	479	14	Foi para o depósito de concentrados da Ilha Terceira (detinha apenas bens pessoais)	
Berta Fucks	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1928	479	15	Professora de piano (Rua 31 de janeiro, Funchal)	Foi para o depósito de concentrados da Ilha Terceira
Luisse Kranssalteiror ou Luise Kranz	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	479	17	Professora	Foi para o depósito de concentrados da Ilha Terceira

Karl Muller	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	481	16	Professor	Foi para o depósito de concentrados da Ilha Terceira
Madeira Embroidery & Companhia (família Kiekeben)	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1917	479	16	Casa Americana	A família Kiekeben foi para o depósito de concentrados da Ilha Terceira: Wilhelm Max , Maria , Julius e Paul Kiekeben e a criada portuguesa Isabel Correia
George Friedrich Sattler	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1925	479	18	Cônsul alemão de 1870 a 1910, sogro de Emil Gesche	
Heinrich Hempel	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	481	1	Por respeito à sua idade e à sua longa estadia na Madeira, foi excepcionalmente permitida a sua permanência. O seu filho Carlos Ernesto Hempel foi para o depósito de concentrados da Ilha Terceira. ¹⁰⁶	
Arthur Gehsbert ou Gehlert	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	481	2	Foi com a esposa Luise para o depósito de concentrados da Ilha Terceira	

¹⁰⁶ **Heinrich Hempel** foi para a Madeira a conselho médico em 1875, foi professor de línguas e embora fosse alemão, foi secretário do clube inglês do Funchal e administrador do cemitério e da igreja inglesa. Casou no Funchal com a britânica Mary Anne Tessie Hutchison, um dos seus filhos alistou-se no Exército britânico para combater os inimigos, enquanto o filho Carlos Ernesto quis alistar-se no Exército português, mas não lhe foi permitido, de acordo com a opinião do embaixador britânico em Lisboa: “O pai, alemão, mantém uma acentuada visão pró-germânica, Karl [é] muito bem visto por toda a gente na Madeira, mas se libertado iria presumivelmente ficar sob influência do pai, com resultados indesejáveis.

Deste modo, Carlos Ernesto Hempel acabou por ter de ir para o depósito de concentrados da ilha Terceira, no entanto o facto de ser filho de mãe britânica fez com que fosse alvo de insultos e agressões dos outros concentrados, tendo mesmo que ser isolado num quartel.

Para mais informações consultar o artigo “ Os Campos de concentração para alemães em Portugal”, de Pedro Jorge Castro, na revista *Sábado*, n.º 510, de 6 a 12 de fevereiro de 2014. Disponível em www.sabado.pt/Special-Pages/Print.aspx?printpath=/Multimedia/FOTOS/Sociedade/I-Guerra-Mundial--os-campos-de-concentracao-em-Port&classname=Article.Media. Data de acesso 13 de setembro de 2014

Wolffanstein Horwitz¹⁰⁷	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1917	538	8	Casa de Bordados
Luting & Gás¹⁰⁸ (Dutting & Gaa)	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916/ 1920	479	13	-
Edith Mabel Schlaaff	Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente	1916/ 1919	481	14	-
Gertrud Eggert	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	481	15	-
Ernest Liechmam	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	479	19	-
K. C. Kannes	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	481	17	-
Ernest Kransse	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	481	18	-
Henriette Frecke	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	481	19	-

¹⁰⁷ **Wolffanstein Horwitz** – Esta casa de bordados surgiu-nos associada à figura do judeu berlinense Hermann Horwitz, que morreu em maio de 1901 e encontra-se sepultado no Cemitério Israelita do Funchal. Após a morte deste desconhecemos qual o destino que foi dado à empresa. O processo de arrolamento foi levado até ao Supremo Tribunal de Justiça e no processo podemos encontrar as várias diligências dos seus sócios, em provar que a empresa era pertença exclusiva de cidadão americanos (Henry Wolffenstein, William Oelendorf e Sigmund Siegel) e constituída segundo as leis dos Estados Unidos da América, como elemento de prova apresentam certidões passadas pelo cônsul de Portugal em Nova Iorque, que atestam da veracidade das suas declarações.

¹⁰⁸ O processo do arquivo Regional da Madeira encontra-se registado com o nome “Luting & Gás” mas parece referir-se à casa de bordados “Dutting & Gaa”.

Frieda van Viegen	Tribunal Judicial da Comarca do Funchal	1916	165	16	-
Gerta Rose	Juízo de Direito da Comarca do Funchal	1916	479	8	-

Anexo 2

Assento de nascimento de Jaime Anahory Athias.

Arquivo Regional da Madeira – Administração do Concelho do Funchal –
ACFUN, Livro 349, Folha 1, 3 e 3 verso

ACFON: LU=439
fls. 1/2v/3/3v



Servirá este livro para o duplicado das registas, celebradas no anno de 1882, neste cancelho de nascimentos de filhas legitimas, de subditas portuguezes nas cathedraes, e das de estrangeiras, que forem requeridas

Por todas (por mim, digo) as mas folhas por mim numeradas e rubricadas com a rubrica que seya de "farualhos" e lha na fim o competente encerramento

Funchal 31 de Dezembro de 1881

O Presidente da Camara Municipal
João do Farualhos



metabol
arco
rui e
seus
- do
vite
Alma,
lado,
lançada)
ia de
e Par-
l da
Lisboa
meta
a d'Alto,
ma-
de L.
a d'Alto
- Ann-
d'esta
- ma
Frodo
Alha
cis, pre
ete
huante
unhas

Número
três.
Jayme
Anahory
Althias.

Ced. 43717

Exp. de nascimento

foi por todos assignado
Era ut supra.

A Administração do Concelho.

Abraham Althias

Declarante.

Abraham Althias

Os testemunas

José Leite Monteiro

Vitória Rodrigues Gonçalves



Na Administração do Concelho do Funchal, ás três horas da tarde do dia dez do mez de Março do anno de mil oitocentas oitenta e dois haui v:

Assento de nascimento de uma pessoa, do sexo masculino, nascida ás duas horas da manhã do dia três do mez de fevereiro do anno de mil oitocentos oitenta e dois, que se chama Jayme Anahory Althias, filho legítimo de Abraham Althias, guarda-livros natural de Gibraltar, e de Deborah Anahory Althias, natural de Lisboa, ambos domiciliados á Freixinha - rua da Carrira, freguesia da Sé, neto paterno de March Althias, fallecido, natural de Gibraltar e de Mary Althias, natural de Mojador, domiciliada na Freixinha á rua da Carrira freguesia da Sé, neto materno de Moyses Anahory, fallecido, natural de Gibraltar e de Mary Anahory, fallecido, natural de Mojador. Coram testemunas José José Vieira, casado, amannense d'esta Administração, natural da freguesia de Santa Lucia e domiciliado á rua do Pelique



Lava-chaf

freguesia do Sé e Theodorou João Henriques,
casado, professor publico de instrucção pri-
maria na freguesia de Santo Antonio e do-
miciliado na mesma freguesia ao sitio das
Casas Proximas, natural da freguesia de
Santa Maria Maior, os quaes todos se-
rem os proprios.

E para constar houve, em duplicado,
este assento, que, depois de ser lido e con-
ferido perante o declarante Abraham
Almeida e as testemunhas, foi por todos
assignado.

Era ut supra.

O declarante.

Abraham Almeida

As testemunhas

João Américo

Theodorou João Henriques

O Administrador substituto do Concelho

[Handwritten signature]
12 de Março de 1888
14 de Março de 1888



Anexo 3

Visto de autorização de residência de Helmut Uhse.

Arquivo Regional da Madeira – Governo Civil - GCFUN – 1066-3 – p.121a,b,c

Valido até 24 AGOSTO 1942



REPUBLICA PORTUGUESA



GOVÉRNO AUTÓNOMO DO DISTRITO DO FUNCHAL

AUTORIZAÇÃO

No. 664

Nos termos do art. 5.º do Decreto n.º 16:386, de 18 de Janeiro de 1929, é autorizada a permanência em Portugal, pelo prazo máximo de SEIS MESES, a HELMUTH UHSE Técnico de Moagem, de 34 anos, SOLTEIRO, de nacionalidade ALEMÃ e residente Rua da Conceição Nº 134 Funchal, 24 de FEVEREIRO de 1942.

Keh O Secretario do Govérno Autónomo



Helmut Uhse

121

REPUBLICA PORTUGUESA
GOVÉRNO AUTÓNOMO DO DISTRITO DO FUNCHAL

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA ESTRANGEIRO

Nota importante:

Esta autorização é válida por Seis meses. Este documento, também, será apresentado na repartição da Policia de Vigilancia e Defesa do Estado.

Funchal, 24 de Fevereiro de 1942.

O Chefe da 1.ª Repartição

Sêlo ...
Emol. ... } Esc. 15\$00
Adic. ... }

P.V.D.E. - Secção Internacional
REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMIGRAÇÃO
FUNCHAL
VISTO N.º 1147 de 24 de Fev. de 1942
VALIDO POR 30 DIAS
Pel' O Delegado
[Signature]

Anexo 4

Visto de autorização de residência de Martin Bach.

Arquivo Regional da Madeira – Governo Civil - GCFUN – 1066-3 – p.006 a,b,c

P. Ind. 224/37



REPUBLICA PORTUGUESA



GOVÊRNO AUTÓNOMO DO DISTRITO DO FUNCHAL

AUTORIZAÇÃO

No. 600

Nos termos do art. 5.º do Decreto n.º 16:386, de 18 de Janeiro de 1929, é autorizada a permanência em Portugal, pelo prazo máximo de SEIS MESES, a MARTIN BACH, COMERCIANTE, 43 anos, Casado, de nacionalidade ALEMÃ e residente Rua Roberto Ivens Nº 4

Funchal, 14 de FEVEREIRO de 1942

P.V.D.E. - Secção Internacional

REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMPrego

FUNCHAL

VISTO N.º 1175 em 18-8-42

VALIDO POR 30 DIAS

Delgado

Signature of Delgado

O Secretario do Govêrno Autónomo

Signature of Secretary and 10500 stamp

REPUBLICA PORTUGUESA



GOVÊRNO AUTÓNOMO DO DISTRITO DO FUNCHAL

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA ESTRANGEIRO

Nota importante:

Esta autorização é válida por Seis meses. Este documento, também, será apresentado na repartição da Policia de Vigilancia e Defesa do Estado.

Funchal, 14 de Fevereiro 1942

O Chefe da 1.ª Repartição

Sêlo ... Emol. ... Adic. ... Esc. 15\$00

P.V.D.E. SECÇÃO INTERNACIONAL VISTO Funchal, 16 de Fev. de 1942

Anexo 5

Publicidade da empresa Gesche & Schnitzer, na imprensa regional.

Arquivo Regional da Madeira, jornal *Re-Nhau-Nhau*, de 14 de março de 1936,
p. 9.

Gesche & Schnitzer Lda. anuncia a abertura da sua

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO

no corrente ano, de aparelhos de radio-telefonía

14 modelos diferentes

TODOS PHILCO

Philco não precisa de elogios

PHILCO

É

PHILCO!

Já abrimos as nossas portas

Martins & Rebelo

participa a todos os seus Ex.^{mos} Amigos, fornecedores, clientes e a todo o comércio em geral que mudaram as instalações da sua fábrica de manteiga no Funchal, para a

Rua das Hortas N.º 13

onde esperam continuar merecendo a honra das suas ordens e preferencia.

ENCERAR COM

ENCERITE

E' conseguir com menos tempo, menos dinheiro, o maior brilho nos soalhos e conservação da cor dos oleados.

A' venda nos principais estabelecimentos e no depósito:

CASA LONDRINA

Formidavel sortido

1.000 sacos de Begonias e Gloxinias

A mais linda colecção em sementes de flores proprias para a estação—**145 variedades diferentes.**

A' venda na

"Mercearia Probidade"

CERA "GALO,"

A MELHOR E A MAIS BARATA

Em cada 12 latas, oferece-se uma de brinde!

Anexo 6

Anúncios de despedida na imprensa regional madeirense, por ocasião do retorno dos refugiados a Gibraltar.

Diário de Notícias, da Madeira, 25 de maio de 1944, pág.3

Diário de Notícias, da Madeira, 28 de maio de 1944, pág.5

TEATRO MUNICIPAL DE BALTAZAR DIAS (CINEMA) HOJE- Quinta-feira
 Matinée às 5.30

A magnífica comédia musical da Fox Filmes de grande alegria e movimento!

A Serenata da Alegria

Com BETTY GRABLE-VICTOR MATURE e JOHN PAYNE | Um grande êxito mundial!

Amanhã Sexta-feira-Ar's 9.30- ESTREIA- UMA EXCELENTE COMÉDIA DE GRANDE GARGALHADA!

O HOMEM E O ESPELHO

(The man in the mirror)

Com o impagável actor cómico inglês EDWARD EVERETT HORTON e GENEVIEVE TOBIN!

Magníficos complementos, entre eles, a estreia dom **JORNAL GAUMONT BRITISH!**

Cine-Jardim

Dois ótimos filmes em DESP

"Navio dos Fantasmas" e "Cast"

Empolgante filme de grande acção, mistério e sensação!!!
 Magnífico desempenho de MILTON BERNE-BRENDA
 JOYCE e JOHN SHELTON.

O melhor de todos os filmes em Desp

EDITAL

AIRÉS VICTOR DE JESUS, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SANTA CRUZ, DISTRITO AUTÓNOMO DO FUNCHAL.

Faço publico que na sessão ordinária desta Camara Municipal que se realisar, no dia um do proximo mês de Junho do corrente anno, pelas 12 horas, nos Paços deste Concelho e na Sala das sessões, irá a Praça a convocação do 1.º lance da estrada de ligação, entre a estrada Nacional para a Gerancia e as Carreiras de Cima na já referida localidade.

A base do licitação é de Esc. 624,885 (sessenta e dois mil oitocentos vinte e quatro escudos e oitenta e um centavos). Não pode ser admitido a licitação quem não tiver efectuado o depósito provisório na Caixa Geral de Depósitos da quantia de Esc. 312,442 (três mil cento e quarenta e um escudos e trinta e dois centavos).

As guias devem ser solicitadas na Secretaria da Camara Municipal em todos os dias úteis e durante a hora do expediente, até o dia do concurso.

O arrematante obriga-se a transformar em o habito o depósito provisório que será de 50% do valor da arrematação.

As propostas devem ser entregues dentro um subscrito fechado e lacrado, com a designação «CONCURSO PARA A CONSTRUÇÃO DO 1.º LANÇO DA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE A ESTRADA NACIONAL PARA A CAMACIA E A DAS CARREIRAS DE CIMA».

havendo duas propostas com o mesmo preço proceder-se ha à licitação verbal, não sendo admitidos lances de valor inferior a o um escudo.

A Camara reserva-se o direito de adjudicar ou não a referida obra assim e entender mala convocação para os interesses do Municipio.

As condições, projecto e o mapa referente encontra-se na Secretaria a quem

GIBRALTAR REPATRIATES

Heavy Baggage

Gibraltar Repatriates are reminded that ALL their heavy baggage must be sent to the PONTINHA THURSDAY MAY 25TH AT 10. A.M. Repatriates living in PRIVATE residences please take note.

«HEAVY LUGGAGE means all luggage other than ONE suitcase or the equivalent per person which can be carried by hand.

LUSALITE

DEPOSITO DE VENDAS

RUA DOS NETOS, 50 TELEFONE, 124



UMA GOTTA DE HERPETOL. • o de uso) de coçar passivo. A irritação é domada, e pela refracção e o alívio com o HERPETOL.

Comarca de Santa Cruz

S. Sampaio

ANUNCIO

No dia onze de Junho proximo por duas horas, no Tribunal Judicial desta comarca, será arrematado em primeira postea e pelo maior lance oferecido acima do valor indicado, o seguinte: Predio rural, em urbano, no alfo dos Marrocos, freguesia de Machico, confronta Norte com

A' Colonia

Gibraltina

A CASA INGLESA
 R. Camamu Pestana 26

Deseja ás senhoras gibraltinas que partem, uma feliz viagem, agradecendo-lhes a preferencia demonstrada enquanto cá estiveram e ficando sempre ao seu dispor em tudo quanto lhes possa ser util.

Simultaneamente, espera continuar a merecer das senhoras que ficam, o grato favor das suas ordens.

TELEFONE, 1314 — A GERENCIA.

LADY LIDDELL'S GUILD

(Gibraltar Women's Guild, Madeira)

The Committee wish to express, on behalf of the President and Vice President and in their own name, their sincere appreciation and gratitude to those members of the Guild who are shortly returning to Gibraltar, for their very valuable support during the course of the last three and a half years. They also welcome hearty thanks to all those other Gibraltar Evacuees now about to leave who, though not members, have in various ways rendered most useful service. To all these friends of the Guild they wish a pleasant voyage and a very happy reunion with their families in Gibraltar.

Funchal, 23rd May 1944.

DRINK

CHURCH SERVICES

Anexo 7

Lista de refugiados da comunidade judaica de Gibraltar.

Informação comunicada por Louis Pereira, via correio electrónico no dia 31 de janeiro de 2013

NAMES OF MEMBERS OF THE GIBRALTAR JEWISH COMMUNITY EVACUATED
TO MADEIRA IN 1940

MOSES SERRUYA
CLARA SERRUYA
ESTHER SERRUYA
FANNY SERRUYA
ALBERTO SERRUYA
EDMUND SERRUYA
VICTORIA SERRUYA
IRIS SERRUYA
ANNABELLE SERRUYA
SHAYA SERUYA
KATIE SERUYA
YVONNE SERUYA
DAISY SERUYA
ROBERT SERUYA
ROSA BENDIT
DAVID BENAİM
ESTHER BENAİM
MOSES BENAİM
PEPE BENAİM
DONA BENAİM
MESODA BENAİM
MOLLY BENAİM
ALEGRIA BENAİM
JOSEFINA BELILO
MORDEJAY BELILO
SULTANA BELISHA
MARY BENAMOR
TITI BENAMOR
BONINA BENAMOR
ESTER BENISO
RICA BENISO
DONNA BENYUNES
ESTHER BENYUNES

RAMONA BENYUNES
ROSA BENYUNES
DAVID COHEN
MARIA COHEN
MAZALTOB COHEN
ESTHER HASSAN
ESTRELLA LABOS
MARCOS LABOS
JOSEPH BALENSI
RACHEL BALENSI
DONNA BANATAR
JULIE BALENSIE
DONNA BALENSI
JULIE BALENSI
REBECA MATTANA
EMMA MATTANA
POLY MATTANA
ESTHER BENZAQUEN
SAM BENZAQUEN
RACHEL BENZAQUEN
SIOMY MATTANA
ESTHER MATTANA
MARY MATTANA
MOJLUF BENYUNES
COTY BENYUNES
ISAAC BENYUNES
JOSEPH BENYUNES
HANAH SEQUERRA
ISAQUE SEQUERRA
JUTITH SEQUERRA
LOLI SEQUERRA
LOLI BAEZAQUEN
JULIE BENZAQUEN

HANNAH BALENSI
MALE BALENSI
ORITA LEVY
ABRAHAM LEVY
ANITA LEVY
DONNA LEVY
ALBERTO BENADY
TITO BENADY
MESODA BENADY

ALFRED BENADY
NITA BENADY
VICTOR BENADY
FANNY BENADY
ABRAHAM SERUYA
DONNA SERUYA
SOLOMON SERUYA
NORAH BENZAQUEN

Anexo 8

Imagens de celebrações, festas de aniversário e casamento da comunidade judaica de Gibraltar no Funchal.

Imagens cedidas por Joe Gingell, via correio electrónico no dia 10 de julho de 2014



Imagem 24 – David Benaim



Imagem 25 – Festa na “Jewish Room”



Imagem 26 – Cerimónia de casamento da comunidade judaica de Gibraltar - Calçada do Socorro n.º2 (1940-1945)



Imagem 27 – Estado atual do edifício na Calçada do Socorro n.2 (2014)



Imagem 28 – Membros de uma família judaica na varanda da sua residência – Esquina da Rua do Surdo com a Rua da Mouraria (1940-45)



Imagem 29 - Esquina da Rua do Surdo com a Rua da Mouraria (2014)



Imagem 30 – Representantes judeus na Madeira



Imagem 31 – Festa de aniversário de Clara Serruya (?) (15 de novembro de 1941)

Anexo 9

Visto de autorização de residência de Charlotte Bergmann.

Arquivo Regional da Madeira – Governo Civil - GCFUN – 1066-3 – p.008



VALIDO até 6 SETEMBRO 1942

REPUBLICA PORTUGUESA



GOVÊRO AUTONOMO DO DISTRITO DO FUNCHAL

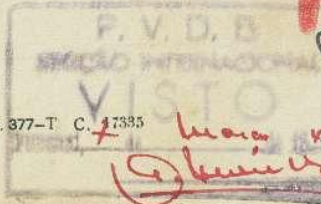
AUTORIZAÇÃO

No. 700

Nos termos do art. 5.º do Decreto n.º 16:386, de 18 de Janeiro de 1929, é autorizada a permanência em Portugal, pelo prazo máximo de SEIS MESES, a CHARLOTE LUISE MASASSE BERGMANN Trabalhos domesticos de 34 anos CASADA de nacionalidade ALEMÃ e residente Beco das Portadas ILHEUS Funchal, 6 de MARÇO de 1942.

O Secretario do Governo Autónomo

J. G.-Mod. 377-T C. 17335



Handwritten signature and red checkmark.

REPUBLICA PORTUGUESA



GOVÊRO AUTONOMO DO DISTRITO DO FUNCHAL

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA ESTRANGEIRO

Nota importante:

Esta autorização é válida por Seis meses. Este documento, também, será apresentado na repartição da Policia de Vigilancia e Defesa do Estado.

Funchal, 6 de MARÇO de 1942

O Chefe da 1.ª Repartição

Sêlo ... Emol. ... Esc. 15\$00

P.V.D.E. Secção EMIGRAÇÃO

FUNCHAL VISTO N.º 11753 EM 6-9-42

VALIDO POR 90 DIAS Delegado

Anexo 10

Visto de autorização de residência de Kurt Coper.

Arquivo Regional da Madeira – Governo Civil - GCFUN – 1066-2 – p.006
(a,b,d)



GOVERNO

Re

AVISO

Sempre que o estrangeiro mude de residencia, ainda que dentro da mesma localidade, deve participá-lo á Secção Internacional da P. V. D. E. da mesma localidade, e se a não houver, á Autoridade Administrativa.

Tornando-se suspeita essa feita de comunicação, pode originar a expulsão de Portugal do infractor.

AUTORIZAÇÃO

No. 706

Nos termos do art. 5.º do Decreto n.º 16:386, de 18 de Janeiro de 1929, é autorizada a permanência em Portugal pelo prazo máximo de seis MESES, a Kurt Israel Coper, chimico, de 38 anos, solteiro, de nacionalidade Alemã e residente Rua do Til n.º 53

P.V.D.E. Funchal, 8 de Setembro de 1941.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVICOS DE EMIGRAÇÃO FUNCHAL

VISTO N.º 3057 M. 513- VALIDO POR 30 DIAS

O Delegado J. G. - Mod. 377 T. C. 17325



Pelo Secretario do Governo Autónomo O 2.º Oficial



26

REPUBLICA PORTUGUESA

GOVERNO AUTONOMO DO DISTRITO DO FUNCHAL

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA ESTRANGEIRO

P.V.D.E. SECÇÃO INTERNACIONAL VISTO

Esta autorização é válida por seis meses.

Este documento, também, será apresentado na repartição da Policia de Vigilancia e Defesa do Estado.

Funchal, 8 de Setembro de 1941.

O Chefe da 1.ª Repartição

Sélo ... Emol. ... Adic. ... Esc. 7\$50

P.V.D.E. SECÇÃO INTERNACIONAL VISTO

Anexo 11

Exemplo de um dos anúncios de Kurt Neugarten, publicado no *Diário de Notícias*, da Madeira, de 13 de dezembro de 1935, pág. 2

TELEGRAMAS

DE PORTUGAL

O cruzeiro aereo das Colonias

LISBOA, 12.—Em virtude das más condições atmosféricas, os aviadores adiarão a última hora a sua partida para o cruzeiro aereo ás Colónias, estando porém prontos para largar amanhã.

LISBOA, 12, ás 22 horas.—A esquadilha aerea do «Voador» ás Colónias já não levanta vôo amanhã, conforme se esperava.

A partida não está ainda fixada, apesar dos aviadores setarem prontos para a larga a primeira voz.

LISBOA, 12.—Em Arganil, o dr. Salazar visitou o local onde foram descobertos ritos alucinados satânicos.

DO ESTRANGEIRO

Alemanha

Uma opera de Wagner, proibida pela policia

BERLIM, 12.—A policia de segurança publica da cidade de Graz, prohibiu a representação da «Parsifal» de Wagner, «Meisters Cantoren», em vista de provocar cõntinuas manifestações publicas, que longe de representarem entusiasmo artistico, dão origem a tumultos de caracter politico.

Os traidores

BERLIM, 12.—O Tribunal do Povo condenou a trabalhos forçados por três a vida, Franz Herder, de Franco, acusado de alta traição á Patria.

A Igreja Luterana de Hanover

HANOVER, 12.—O governo provincial da Igreja Luterana, do Hildesheim, acaba de espalhar em toda a Alemanha, um manifesto apelando para que todos os adeptos do Lutero organizem núcleos de resistência contra a campanha destrutiva que está sendo sustentada pelos inimigos da paz e da igreja nacional do Reich.

Complica-se a situação

CAIRO, 12.—O chefe do governo Nessim Pechá, apresentou hoje ao rei Fouad, o pedido de demissão coletiva do ministério.

Segundo consta está já preparado um projecto de lei segundo o qual é restabelecida a Constituição egípcia de 1923.

Checo-Slovacia

Está na iminencia de cair o actual governo

PRAGA, 12.—Prevendo que não poderá manter-se muito mais tempo no poder, o governo da presidencia de Tiodia, vai por estes dias apresentar o pedido de demissão colectiva.

França

A caminha de Genebra

PARIS, 12.—A caminha de Genebra seguem animadas, por via ferroviaria, Anthony Eden e M. Laval, que ali vão trocar impressões com os delegados dos países membros da S. D. N. sobre as propostas conciliatorias que vão ser apresentadas á Italia e Etiópia.

Inglaterra

O movimento na Bolsa de Londres

LONDRES, 12.—O movimento na Bolsa desta capital foi hoje muito regular.

Os títulos do empreendimento de guerra foram cotados a 106-1/2 e o ouro a 142-4.

PARA QUEM PRECISARI...

Tules sutissimas em cor e branco, terrafas, franjas, cortinas e melho, stures em larefas cruas e brancas. Cretons, repetas, nacionais e estrangeiros. Panos de mesa, atalhados, etc. Tapetes, carpetes, cachapas, etc. e todos os artigos proprios para embellezar as vossas casas.

Na Loja Espirito Santo.

Preços: os mais baixos da praça.

MUNICIPAL Sexta-feira, 13

Recita da Colonia Estrangeira

Entre os complementos — Aus despartistas da Madrat!

Noticário desportivo de UFA

O combate de box Jone Louis-Max Baer

Notas documentário do «match» realizado ha poucas semanas em Nova York entre Max Baer e Jone Louis, conhecido na America com o nome de «Família Negra»!

Uma filmagem sabonerosa que permite seguir com toda a nitidez e que foi este celebre combate

Bravemente — A super profeção gigantesca de UFA

O OIRO

Filme em francos e realçado por CARL HARTL, o realizador de «F. I. não responde»

Magnifica creação dos grandes artistas BRIGITTE HELM e PIERRE BLANCHARD

Um filme de antecipaçao scientifica, que constitue a mais arrojada realisacão de todos os tempos!

Domingo, 15—Matinée ás 2.30—Última e definitiva exhibição de «ESGANDALOS ROMANOS»

Matinée ás 5.30—«O FILHO DO CARNAVAL», em última exhibição

Importante

Lindos modéios de sapatos para homens, senhoras e crianças, recebeu a Sapataria «Atlas» para serem vendidos por preços muito baratos durante este mês das FESTAS!

Aproveitem!!!

L.280



... «In dos KELLOGG'S CORN FLAKES um prato habitual no teu novo lar. São tão fáceis de digerir que o teu Carlos estará sempre de bom humor e está sempre segura do seu esplendido PALEADAR».

Excelente conselho para as recém-saídas — excelente conselho para toda a gente. KELLOGG'S Corn Flakes são ricos em energia — um prato saudável que sabe bem a qualquer paladar velho ou novo. Fácilmente de preparar. Não é necessário cozinhar, abar o pacote e tem uma deliciosa refeição. Sirva com leite frio, podendo juntar-lhe frutas frescas ou compotas.

Kellogg's CORN FLAKES

Agente: LEONEL O. LUIS, Lda. — Telef. 154. Rua da Quelhada de Balzo, 24.

Cera Marvis

Por que razão vimos até junto de V. Ex. apresentar uma cere que, pela designação geográfica, pode parecer um assento sem interesse? É porque a Cera Marvis difere em absoluto de todos os similares e os seus resultados são surpreendentes. Desde a sua applicação á seccagem e ao brilho, ella conquista com as suas extraordinárias qualidades os clientes e os mercados.

Cera Marvis apresenta-se em latas com o aspecto igual ao da cera e o conteúdo de cada lata de vanda encerra mais de 25 metros quadrados, ou uma mobilia completa.

O seu fructo sobre todas as similares consiste nestas caracteristicas inconfundiveis: Isenção do cheiro. Secagem em 10 minutos. Realtaçãõ á agua, que caindo sobre ella não mancha.

Extrordinario rendimento e economia na sua applicação, superiores no de qualquer outra cera. Marvis é uma marca que garante sempre um bom producto e que é preço fixo e exigit em d. feza propria.

Com a marca Marvis encontrará V. Ex. hoje no mercado 3 grandes productos, que recomendamos no seu proprio interesse:

CERA MARVIS — O produto inconfundivel de beleza e economia.

CREMELINA MARVIS — O unico limpador metálico que dá brilho intenso e duradouro, sem atacar os metais.

FORMICIDA MARVIS — O produto que defende as casas, os celares e as arcas dos mais preciosos objectos: os forquises. Absoluto e infallível.

Nos estabelecimentos onde costuma abastecer-se e em que precisa de adquirir estes artigos, não se esqueça V. Ex. de exigir sempre a da marca Marvis.

Vendem-se em todos os bons estabelecimentos do genero e outros.

Como se emprega a CERA MARVIS? Com uma pequena boneca de ferro, uma escovinha macia ou com a propria mão, untar levemente a parte que se deseja encetar, evitando camadas grossas ou pastas, isto é, para fazer uma boa applicação da cera Marvis, deve applicar-se como a pomada sobre o escaudo. Após a sua applicação e verificada a seccagem, puz-se lustro com uma cardão ou escova propria, a depois com um pano de algodão rijo, sem pêlos. Com este esplendido preparado encerrará a sua casa, a sua mobilia, ou objectos em pouco tempo e economicamente.

Cada lata de CERA MARVIS custa apenas 3\$50

A' venda nos principais estabelecimentos. DEPOSITARIO: JOÃO AUGUSTO DOS SANTOS

Rua do Aljube, 45-1.

CAPITOL FILM CORPORATION

Precisa-se 200 homens de 25 a 35 anos de idade, que tenham feito o serviço militar.

Trata-se com Mr. Felix Ganz, no proximo sabado, 14 do corrente, pelas 13 horas, no Restaurante Beira-Mar (proximo do Mercado).

NEUGARTEN, M. N. I. CH.

Telefone 618 Rua de João Teófilo, 4-1. Das 11-13 e das 15-18 e por mercado

no HOTEL UNIVERSAL Também em sua casa FUNCHAL-MADERA ou no Hotel.

PÉDICURO-ESPECIALISTA

Tratamento de todas as enfermidades dos pés: Calos Callosidades Joanetas Unhas encravadas — pé chato e pé fraco, etc.

Diplomado pela NATIONAL SCHOOL OF CHIROPODY, MANCHESTER | Inglaterra INTERNATIONAL SCHOOL OF CHIROPRACTICISTS, LONDON | Alemanha e INTERNATIONALE PRAKTIKUM-SCHULE FRANKFURT a/Meno, Alemanha

Amanhã Sabado e Segunda-feira

deleitas que a

'Loja das Melas'

dedica ás classes trabalhadoras menos «abatidas», fazendo-lhe um desconto de

10%.

em todos os artigos de malha, mais como Puro-covora, sacacos, colletes, faldões para creanças, camizotas, camisas de malha e faldões, paugas e meias de lã, etc., etc.

Este desconto é só para os artigos cujo preço de venda não seja superior a 80 escudos.

Aproveitem estes dois dias de excepcional rebatido que a LOJA DAS MELAS vos oferece

4.338

As pessoas magras vivem mais

E' o que declara um eminente médico

Em recente experiencia, perante a Academia Americana de Medicina, um eminente médico declarou que as pessoas magras vivem mais.

O senso comum confirma esta asserção. As companhias de seguros rejeitam, frequentemente, os corpos de peso excessivo, ou cobram uma taxa mais elevada, em virtude do acrescimo nos riscos. A gordura prova um esforço desnecessario do coração. Muitas indispõsões — até o reumatismo, a acidez, a falta de respiração e o cansaço — são associadas com frequencia, á gordura.

Libre-se, portanto, dessa perniciosa e pouco saudável gordura. Não ha motivo algum para que não o faça, pois que a ciencia lhe proporciona um tratamento seguro e eficaz: — uma colher de chá de Sars Kruschen num copo de agua morna, pela manhã, em jejum, todos os dias.

Esta pequena dose diaria de Kruschen livrará o organismo das perigosas toxinas, contribuirá para o restabelecimento das funções normais do organismo e falo-lhe sentir-se sempre bem disposto. Enquanto se emprega, gradativamente o sistema tomará o lugar da spalla indolente.

Se Sars Kruschen podem-se obter em todas as farmacias, ao preço de Esc. 17\$50 o vidro.

L.112

Preferir: o



AGENTE: João Augusto dos Santos

RUA DO ALJUBE, 45-1 - Funchal

Am Sonnabend, den 14.

Por Esc. 250\$00

Uma Gábardine Impermeavel

Com fôrro desmontavel

Ne sua interessante visita, antes de comprar, a

CASA LINDRINA

Telef. 332.

NOTAS MUNDANAS

Pedido de casamento

A sr. D. Maria Mafalda de Melo Noronha da Camara, genitoria filha de sr. D. Margarida Botelho Machado, Bathenocout da Camara e do sr. Dr. Ray. Bencosmit da Camara, foi pedida em casamento para o sr. Dr. Manoel de France Doria, filho do sr. Manoel de France Doria, filho do sr. Manoel de France Doria, filho do sr. Manoel de France Doria.

A noiva é uma distinta senhora da sociedade, com muita instrução e as mais illustres familias da Madeira.

As duas promissoras de noivas são duas educadas, inteligentes e as mais illustres familias que podem distinguir uma nobreza.

O noivo, que é distinto medico na capital, possui a mais considerável e a mais illustre familia da Madeira.

As noivas e a sua illustre familia o Diabo de S. Paulo, e a sua illustre familia o Diabo de S. Paulo, e a sua illustre familia o Diabo de S. Paulo.

Esperados

São esperados em breve na Madeira, um novo grupo de estudantes sr. Antonio Alberto Faria de France Jardim, Antonio Aguiar Branco e Alberto Branco Afonso.

O sr. Eduardo Puentes e esposa, que se encontram em Lisboa, devem regressar dali no dia 17 do corrente.

Nascimento

Trece ante-ontem á noite a sua «deliciosa», nasceu a pequena criança do sr. Antonio, a sr. D. Maria J. da Conceição Franco Figueira Fernandes, filha do sr. Antonio Franco Figueira Fernandes, filho do sr. Antonio Franco Figueira Fernandes, filho do sr. Antonio Franco Figueira Fernandes.

As nossas felicitações aos pais e aos da reconhecida.

Doentes

A sr. D. Leonilde França foi operada na «Vila Guizé» pelos sr. drs. Jacinto Henriques e Antonio Costa, sendo satisfactorio o resultado.

«Bom dia» muito doente na sua casa de S. João de Lido, Guizé, a sr. D. Leonilde França de Castro e Abreu, da cidade de S. João de Lido, Guizé, da cidade de S. João de Lido, Guizé, da cidade de S. João de Lido, Guizé.

Desajustes as suas melhoras.

Antecessarios

Fatem hoje anno, as sr. D. Maria Emilia Rego F. Santos, D. Maria Antonia Gomes T. de S. Jo. D. Eugénia Maria Clara de Nobrega D. Maria Constantina Pereira. D. Adelina Lopes Ribeiro. D. Gregório de S. João de Lido, Guizé. D. Adelina Pereira Machado. D. Sacerdotia Luiza de S. João de Lido, Guizé. D. Maria Luiza de França.

E os sr. João Augusto dos Santos de Freitas Junior. Jaime Candido Sapatada Monteiro. João Augusto Pigeira Cemecho.

Um dever de gratidão

Oscar de Sousa, tendo sido há pouco, acceitado de uma grave enfermidade intestinal d que foi tratado pelo habil e competente medico-opera dor sr. Dr. Americo Durão, encontrando-se, hoje, quasi res tabelecido, julga cumprir o dever de gratidão, vindo agora decer, em publico, a tão nota vel clinico, as atenções que lh' alispsencia, pondo em jogo tod a sua ciencia e toda a sua cuidados, afim de restitu-lh a saude.

Volando, agora, de novo, a trabalho, graças aos esforços do tão illustre medico, não ez contra melhores palavras o agradecimento, mas no seu ítimo conserto a mais profunda gratidão, por todas as atenções recebidas.

Para o sr. Dr. Antonio Lei Monteiro, que toda a Madeia conhece como distinto clinico, não tambem os seus agradecimentos, pela forma como i clinico o atendeu.

Funchal, 13 de Dezembro de 1935.

Oscar de Sousa